



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 6ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 18 DE MARÇO DE 2025

ATA Nº. 7 / 2025

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 3.2.1. ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E UM DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – ATA NÚMERO DOIS, DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.2. ATA DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E OITO DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – ATA NÚMERO TRÊS, DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
 - 3.2.2.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.3. ATA DA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – ATA NÚMERO QUATRO, DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
 - 3.2.3.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.4. ATA DA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A ONZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – ATA NÚMERO CINCO, DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

- 3.2.4.1. VOTAÇÃO
- 3.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MIGUEL MACEDO, APRESENTADO PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO PSD E DO INOV
- 3.3.1. VOTAÇÃO
- 3.4. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – OBRAS NA ESCOLA SECUNDÁRIA PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO LUCAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
- 3.4.1. SR^a. DEPUTADA FÁTIMA RODRIGUES (IN-OV)
- 3.4.2. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.4.3. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.4.4. SR^a. DEPUTADA ISABEL LOURENÇO (IN-OV)
- 3.4.5. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.4.6. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 3.4.7. VOTAÇÃO
- 3.4.7.1. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.5. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – CRIAÇÃO DE UM ROTEIRO GASTRONÓMICO DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IL
- 3.5.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.5.2. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.5.3. SR^a. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.5.4. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.5.5. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.5.6. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.5.7. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.5.8. SR. DEPUTADO FREDERICO ANTUNES (CH)
- 3.5.9. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)
- 3.5.10. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.5.11. SR^a. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.5.12. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.5.13. SR. DEPUTADO JOSÉ MONTEZO (IN-OV)
- 3.5.14. SR^a. DEPUTADA GLÓRIA SARMENTO (PSD)
- 3.5.15. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.5.16. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.5.17. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.5.18. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.5.19. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.5.20. VOTAÇÃO
- 3.5.20.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.6. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.7. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.8. SR^a. DEPUTADA PAULA NETO (IN-OV)
- 3.9. SR. DEPUTADO ACÁCIO OLIVEIRA (IN-OV)
- 3.10. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.11. SR. DEPUTADO FREDERICO ANTUNES (CH)
- 3.12. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
- 3.13. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.14. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.15. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.16. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.

- 3.17. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.18. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.19. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.20. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – MELHOR MARGINAL – MELHOR SAÚDE, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL EVOLUIR OEIRAS
 - 4.1.1. VOTAÇÃO
 - 4.1.1.1. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.1.1.2. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.1.1.3. SR. DEPUTADO FREDERICO ANTUNES (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.1.1.4. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.1.1.5. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 83/2025 – DMAG/DFP/DP – RELATIVA À DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA ANTÓNIO PEDRO, CARNAXIDE
 - 4.2.1. VOTAÇÃO
 - 4.3. APRECIACÃO DA PROPOSTA CMO N.º 91/2025 – DMAG/DFP – RELATIVA ÀS DECLARAÇÕES NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS - APRECIADA
 - 4.4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 94/2025 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA À 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (1.ª REVISÃO) ÀS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR)

4.4.1. VOTAÇÃO

- 4.5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 95/2025 – DMOGAH/DOM/UPGO – RELATIVA À P.º 2024/101 – DEM/UCR – “USF LINDA-A-VELHA (CENTRO DE SAÚDE) – REMODELAÇÃO GERAL E MELHORIA DE DESEMPENHO ENERGÉTICO” – DECISÃO DE CONTRATAR E ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO – PEÇAS DO PROCEDIMENTO E NOMEACÃO DO RESPETIVO JÚRI

4.5.1. VOTAÇÃO

- 4.6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 134/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO P.º 10/DCH/2024 – “CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE SÃO MARÇAL – 40 FOGOS, CARNAXIDE” – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS AO PRESENTE ANO

4.6.1. VOTAÇÃO

- 4.7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 135/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO P.º 34/DCH/2024 – “CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DA QUINTA DAS ACÁCIAS – 42 FOGOS, CARNAXIDE” – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS AO PRESENTE ANO

4.7.1. VOTAÇÃO

- 4.7.1.1. SR. DEPUTADO FREDERICO ANTUNES (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- 5.1. SRª. PAULA AMBRÓSIO, MUNÍCIPE DE OEIRAS

- 5.2. SRª. ADOSINDA PEREIRA, MUNÍCIPE DE OEIRAS

- 5.3. SR. MANUEL EDUARDO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.4. SR. RUI AMARAL, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.5. SR. TOMÁS RIBEIRO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.7. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 5.8. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.9. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5.10. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.11. SR. VEREADOR NUNO NETO
- 5.12. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5.13. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 5.14. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: 25/03/2025			
a 15-04-25			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	10		
PS	3		
PSD	2		
EO	2		
CDU	1		
EL	1		
CH	1		
PAN	1		
INNOVAR ALGÉS	1		
INNOVAR BARCARENA	1		
INNOVAR CARNAXIDE	1		
INNOVAR OEIRAS	1		
INNOVAR PORTO	1		
INNOVAR SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENCAO			

-----ATA DA 6ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 18 DE MARÇO DE 2025

-----ATA Nº. 7 / 2025-----

----- Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Sexta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes Sarmento, Mónica dos Santos

Albuquerque Correia, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.- -----

-----Os Senhores Deputados António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Diana Leonor Alves Gonçalves e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, do Partido Socialista, Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata e Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, do Partido Chega. -----

-----Faltou o Senhor Deputado David Machado Ferreira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, tendo a Mesa justificado a respetiva falta. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais e os Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta de Recomendação – Melhor Marginal – Melhor Saúde, apresentada pelo Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 83/2025 – DMAG/DFP/DP – relativa à Desafetação do domínio público para integração no domínio privado de uma parcela de terreno sita na Rua António Pedro, Carnaxide; -----
3. Apreciação da Proposta CMO N.º 91/2025 – DMAG/DFP – relativa às Declarações no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 94/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (1.ª Revisão) às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR); ----
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 95/2025 – DMOGAH/DOM/UPGO – relativa à P.º 2024/101 – DEM/UCR – “USF Linda-a-Velha (Centro de Saúde) – Remodelação geral e melhoria de desempenho energético” – Decisão de contratar e abertura de procedimento por concurso público – Peças do procedimento e nomeação do respetivo júri;-----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 134/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao P.º 10/DCH/2024 – “Construção do Novo Programa de Habitação de São Marçal – 40 fogos, Carnaxide” – Reprogramação Financeira, Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustados ao presente;-----
7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 135/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao P.º 34/DCH/2024 – “Construção do Novo Programa de Habitação da Quinta das Acácias – 42 fogos, Carnaxide” – Reprogramação Financeira, Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustados ao presente ano. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:-----

----- “Bem, boa tarde a todos, vamos começar os nossos trabalhos. E vamos começar pela chamada. Pedir ao nosso Secretário o favor de fazer a chamada. -----

----- Muito obrigada. Temos cinco atas para aprovar.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS -----

3.2.1. Ata da Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e cinco – Ata número dois, de dois mil e vinte e cinco -----

3.2.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e sete votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves) dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Pessoas-Animaís-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, do Partido Socialista,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Maria da Glória Fernandes Sarmiento, do Partido Social Democrata, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata e Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, do Partido Chega, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.2.2. Ata da Terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco – Ata número três, de dois mil e vinte e cinco -----

3.2.2.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Jorge Manuel Damas Martins Rato), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica

dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, do Partido Socialista, Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Nuno Miguel de Oliveira Custódio, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, do Partido Chega e João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito.-----

3.2.3. Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco – Ata número quatro, de dois mil e vinte e cinco-----

3.2.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves) dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).

----- Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, do Partido Socialista e Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, do Partido Chega, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.2.4. Ata da Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a onze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco – Ata número cinco, de dois mil e vinte e cinco-

3.2.4.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e quatro votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, do Partido Socialista, João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária e Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, do Partido Chega, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) diz que a Ata da primeira Sessão Ordinária ainda não viu. Então deixamos ficar para aprovar na próxima reunião da Assembleia. -----

----- Eu vou pedir ao nosso Secretário o favor de ler, temos um voto de pesar e duas recomendações, e eu não tenho voz. Faça favor.”-----

3.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MIGUEL MACEDO, APRESENTADO PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO PSD E DO INOV-----

----- O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa, leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Em treze de março de dois mil e vinte e cinco faleceu Miguel Bento Martins da Costa Macedo e Silva, simplesmente conhecido por Miguel Macedo, um príncipe da política. -----

----- Dirigente da Associação Académica de Coimbra, onde se licenciou em Direito, Líder da JSD, Deputado à Assembleia da República, líder da bancada do PSD neste órgão, Secretário Geral do PSD, Secretário de Estado da Juventude, Secretário de Estado Adjunto do Ministro de mil novecentos e noventa a mil novecentos e noventa e um, Secretário de Estado da Justiça, Ministro da Administração Interna. -----

----- Mas também autarca na sua cidade natal, que sempre amou, Braga, onde foi vereador

de mil novecentos e noventa e três a mil novecentos e noventa e sete. -----

-----Mas foi enquanto Ministro da Administração Interna que Miguel Macedo se retirou definitivamente da política ativa, após ser injustamente acusado de ilícitos criminais, que afetaram a sua dignidade como homem e como político, conduzindo à sua demissão em dois mil e catorze para, cinco anos depois, ser absolvido e totalmente ilibado das acusações. -----

-----Miguel Macedo era um cidadão fortemente comprometido com a causa pública, com uma grande capacidade de gerar consensos, de aproximar pessoas. Era um homem e um político de princípios, com uma ética irreprovável, como o demonstrou ao demitir-se de Ministro da Administração Interna. -----

-----E, apesar de durante cinco longos anos ter sofrido em silêncio, num processo altamente mediático, a pressão da comunicação social, a acusação de um Ministério Público, justicialista, nunca perdeu o seu sorriso, ainda que interiormente sofresse. -----

-----Acreditava na Justiça. E ela aconteceu merecidamente. -----

-----Revelando sempre uma preocupação com a realidade nacional e internacional, visível na sua prestação como comentador residente do programa “O Princípio da Incerteza”, granjeou o respeito e a consideração nos mais variados setores da vida portuguesa. Quer nos momentos mais felizes de uma longa atividade, quer naqueles em que enfrentou situações adversas, sempre com resistência e afabilidade raras. -----

-----Um homem, um político, que respeitava os seus adversários políticos, que não necessitava de elevar a voz para vencer um debate. -----

-----A sua morte veio de forma inesperada, gerando um justificado coro de surpresa e tristeza de todos os quadrantes políticos. -----

-----O PSD perdeu um dos seus mais importantes militantes. Portugal perdeu um Homem de Bem, um homem de princípios, cada vez mais necessários num Mundo complexo e em que “realidades alternativas” vão sendo a regra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Assembleia Municipal de Oeiras delibera na sua sessão de dezoito de março de dois mil e vinte e cinco:-----

- ----- Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Macedo, apresentando à sua Excelentíssima Família, ao Partido Social Democrata e à Distrital de Braga do PSD as mais profundas condolências;-----

----- Aprovar um minuto de silêncio pelo seu falecimento; -----

----- Aprovar o envio deste Voto de Pesar à sua Excelentíssima Família, ao Partido Social Democrata e à Distrital de Braga do PSD, bem assim publicitar este Voto de Pesar num jornal diário de tiragem nacional.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Ponho à vossa consideração este voto de pesar.” -----

3.3.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes

Sarmiento), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes), um do Partido Pessoas-Animaís-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Carnaxide e Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes da altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 29/2025** -----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MIGUEL MACEDO, APRESENTADO PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO PSD E DO INOV** ----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animaís-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Macedo, apresentando à sua Excelentíssima Família, ao Partido Social



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Democrata e à Distrital de Braga do PSD as mais profundas condolências, bem como aprovar um minuto de silêncio pelo seu falecimento. -----

----- Foi ainda deliberado enviar o referido Voto de Pesar à sua Excelentíssima Família, ao Partido Social Democrata e à Distrital de Braga do PSD, bem assim como publicitá-lo num jornal diário de tiragem nacional.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Portanto, está aprovado e vamos fazer um minuto de silêncio.” -----

----- Foi feito um minuto de silêncio em memória de Miguel Macedo.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Ora, temos agora duas propostas de recomendação, que vou pedir também que sejam lidas.” -----

3.4. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – OBRAS NA ESCOLA SECUNDÁRIA PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO LUCAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS-----

----- O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “A Escola Secundária Professor José Augusto Lucas — ESPJAL foi construída no final dos anos setenta do século passado, não tendo sofrido em mais de quatro décadas, obras de fundo ou de manutenção expressivas.-----

----- Nos anos anteriores a dois mil e cinco, o amianto era um dos materiais mais utilizados na construção civil, em resultado da sua flexibilidade e do seu custo/benefício, quer nas coberturas dos edifícios, quer também em tetos, e paredes.-----

----- Conhecidos os perigos do amianto, a Assembleia da República legislou, em dois mil e

dezoito, no sentido de proibir a utilização de produtos com amianto e de se implementar um plano para identificação de edifícios, instalações e equipamentos com amianto.-----

-----Desde então, Administração Central e os Municípios têm desenvolvido programas de requalificação de edifícios públicos, com vista à remoção do amianto, em especial nas coberturas, quer porque era aí que se identificava com maior acuidade a sua utilização, quer porque eram tendencialmente as áreas com maior erosão. -----

-----Os estabelecimentos escolares foram, por isso, alvo de centenas de intervenções por todo o país, com prioridade para aqueles que, não necessitando de obras relevantes, careciam de intervenção apenas para a retirada do amianto. -----

-----A ESPJAL é, provavelmente, no Concelho de Oeiras, a Escola que terá mais amianto no edificado, não sendo estranho por isso que, em alguns estudos estatísticos, seja apontada como tendo uma maior incidência de carcinomas no seu pessoal docente.-----

-----Fruto do Acordo Sectorial de Compromisso entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses — ANMP, assinado a vinte e um de julho de dois mil e vinte e três, e das negociações entre o Município e o Ministério da Educação, foi garantida a verba necessária à reabilitação da Escola, orçada em catorze ponto oito Milhões de Euros, dos quais setenta e nove por cento serão financiados pelo PRR e vinte e um por cento pela Câmara Municipal de Oeiras. -

-----Dada a dimensão da obra, que obriga à sua realização em simultâneo com a atividade escolar, e atentos os perigos para a comunidade escolar, que podem resultar da remoção do amianto, assiste-se a alguma apreensão dos pais e encarregados de educação acerca da forma como o processo decorrerá e acerca das medidas de proteção que se prevê implementar.-----

-----Sabemos que a legislação aplicável é muito exigente e que uma obra desta natureza carece, obrigatoriamente, de diversos planos - como sejam o Plano de Gestão Ambiental ou o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição - para além do cumprimento das medidas específicas aplicáveis à remoção e limpeza das zonas envolventes à obra.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mas também sabemos que, com o início das obras, o desconhecimento das medidas tomadas e a tomar para garantir a segurança dos cidadãos em geral e da comunidade escolar em particular, geram receios e insegurança. -----

----- Assim, o Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras delibere recomendar ao município, através do Senhor Presidente, que desencadeie os mecanismos que considere necessários e adequados para: -----

----- Um. O total esclarecimento da comunidade escolar da ESPJAL acerca das medidas que serão adotadas com vista à correta e segura demolição das estruturas com amianto, bem como a completa remoção das fibras e partículas em todas as estruturas, equipamentos e zona envolvente;

----- Dois. O total esclarecimento dos moradores nas zonas envolventes; -----

----- Três. A divulgação desses esclarecimentos pelas demais comunidades escolares que, nas transições de ano letivo e de ciclo, alimentam a ESPJAL. -----

----- Desta deliberação deve ser dado conhecimento às comunidades acima referidas e deve ser publicitada no site da Assembleia Municipal e em, pelo menos, um jornal de dimensão nacional.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados, está à vossa consideração, não sei se alguém pretende usar da palavra sobre este assunto. Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV), faça favor.” -----

3.4.1. A Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde a todos. Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, público que nos assiste online e todo o resto do pessoal que nos assiste para a boa condução desta Assembleia.-----

----- Eu compreendo os receios do Partido Socialista se isto fosse uma coisa recente, e que nunca se tivesse passado em Oeiras. Ora, eu lembro que há cerca de quatro anos, a Escola

Secundária de Miraflores toda ela estava com uma estrutura de fibrocimento, toda ela com alguma perigosidade, também foi retirado e foram tomadas de forma cautelosa todas as providências para que a escola não tivesse ninguém ao seu redor, enquanto a estrutura de fibrocimento não é retirada. Para quem nunca viu e nós tivemos a possibilidade, alguns de nós, de assistir à retirada, aquilo é de tal maneira técnico, que não há possibilidade para aquilo que nós dizemos que são as possíveis quedas de amianto. Porquê? Isso só dá se as placas estiverem já muito destruídas, estiverem muito batidas e acontece, claro. Mas aquilo é tudo envolvido em material, que é impossível haver uma quebra de confiança na empresa que faz esse tipo de retirada do revestimento. -----

-----Eu pensava que a preocupação era com o local onde depois os jovens iam ter as aulas enquanto isto estivesse a decorrer, mas, pronto, é uma questão da estrutura. Mas posso afiançar que não há tanta perigosidade e que isso é um papão, é um papão que muita das vezes nos é dito desde que..., peço imensa desculpa, não haja por parte da empresa que assegura a remoção do amianto qualidade e alguma técnica.-----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais alguém pretende usar da palavra? Quem? Isabel Lourenço (IN-OV), e...”-----

3.4.2. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora... Muito obrigado, perdão.-----

-----la sugerir, se fosse possível, que o Senhor Presidente da Câmara desse alguma informação sobre esta matéria até para, enfim, podermos eventualmente antes de ...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Antes das intervenções.”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Se assim for entendido por Vossa Excelência.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu acho que sim. Senhor Presidente, o Senhor está disponível...”-----

3.4.3. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Bom, eu realmente considero que esta proposta não faz qualquer sentido. Realmente, compreendo individualmente a preocupação do Partido Socialista, mas acho que não tem nenhum sentido uma proposta desta natureza. Primeiro, porque a Câmara Municipal já procedeu através de empreitadas competentes à remoção do amianto de dezenas de escolas deste Concelho, e neste caso concreto, realmente... inclusivamente até suscita aqui dúvidas: “O total esclarecimento da comunidade escolar da ESPJAL acerca das medidas que serão adotadas com vista à correta e segura demolição das estruturas com amianto, bem como a completa remoção das fibras e partículas em todas as estruturas equipamentos e zona envolvente.” Bem, o que é isto? O que é a zona envolvente? A intervenção é na escola, como já foi em dezenas de escolas deste Concelho por empresas credenciadas para fazer este trabalho. Portanto, do ponto de vista técnico não há qualquer perigo, porque as empresas são certificadas e, portanto, não percebo porque é que aparece uma proposta destas agora a recomendar cuidados na questão da remoção do amianto, quando nunca tiveram essa preocupação..., desculpem..., quando não tiveram essa preocupação em escola nenhuma. - -----

----- Portanto, esta proposta no mínimo é ridícula, é estar a pôr em causa a confiança justamente das empresas que estão habilitadas, certificadas para fazer este trabalho. Não há qualquer alarme nesta matéria. As pessoas sabem muito bem que as empresas são certificadas, portanto, eu julgo, eu sugeria ao Partido Socialista que retirasse esta moção, caso contrário, eu recomendo que votem contra porque não faz sentido nenhum. É absolutamente ridícula esta proposta.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV), tinha pedido a palavra, faça favor.” ---

3.4.4. A Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente, mas já não faz sentido eu falar, porque ia mais ou menos dizer algumas das coisas que o Senhor Presidente também disse. Aproveito para cumprimentar todos. -----

-----Que, de facto, esta é capaz de ser a última de todas as escolas do Concelho a passar por este processo, e que sempre o processo decorreu em ligação com a comunidade, passando a informação e sabendo que as empresas estão, além de certificadas, fazem o trabalho com qualidade e não há nem sequer impactos negativos a nível ambiental. -----

-----Muito obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faça favor.” -----

3.4.5. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Boa tarde, Senhora Presidente. Desde já a cumprimento a si e à restante Mesa, Doutor Custódio, Doutor Miller, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, a quem está presente e a quem nos ouve. -- -----

-----Eu queria apenas dizer o seguinte: o que é importante e faço esta intervenção, porque ao longo deste mandato fui contactado, até informei o Vereador Pedro Patacho, porque os pais dos alunos ansiavam por esta obra. Esta obra, e isto é que deve ser aqui assinalado, este é que é o grande mérito do Doutor Isaltino, deste Executivo e do Senhor Vereador. Com certeza que temos que ter cuidados na remoção do amianto, mas senhores deputados sejamos sérios, então, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

queremos... E já que o amianto anda na ordem do dia, então façamos as coisas à sério. Façam uma moção a pedir à Câmara que faça um levantamento de todos os edifícios públicos e privados que estão nesta situação, não vamos aqui entrar em populismos. E aqui, queiram desculpar, não há a questão de “partidarite”, isto não é uma questão... As questões de saúde pública e ecológicas, de um modo geral, não têm cor partidária, não têm clube. Todos queremos o melhor para a população. Passaria pela cabeça de alguém a Câmara ir fazer uma obra que ponha em causa a saúde pública? Portanto, há que assinalar aqui é que aquela escola precisava urgentemente de obras, não tinha condições para ser lecionado o ensino secundário, os pais ansiavam, os pais lutaram, reivindicaram, tiveram reuniões com o Senhor Vereador, tiveram reuniões com o Senhor Presidente e a obra vai nascer. Como diria o poeta: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”.--

----- Muito obrigado.”-----

3.4.6. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Eu fico espantado que tanta gente não consiga ler o teor da recomendação que nós apresentámos. A recomendação não diz que não temos confiança nos empreiteiros, que as coisas são mal feitas, que não há experiência, etc. Não, a recomendação limita-se a apreender que há uma preocupação da parte dos pais e dos encarregados de educação que, por desconhecimento, não sabem o que é que vai ser feito, e propusemos, recomendámos à Câmara Municipal que faça esse processo de comunicar, comunicar, comunicar, para que toda a gente fique segura relativamente à matéria. --- -----

----- Senhor Presidente só para terminar. Zonas envolventes, aquilo que a lei diz que é preciso garantir na remoção do amianto, portanto, convinha também conhecer a lei para não estar a dizer que é ridículo o que o PS aqui apresentou. Quem é ridículo é quem não sabe ler aquilo que nós propomos. -----

----- Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Bem, vamos votar a proposta de recomendação sobre as obras na Escola Secundária Professor José Augusto Lucas.” -----

3.4.7. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada, com vinte e três votos contra, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Maria da Glória Fernandes Sarmento), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com nove votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com três abstenções, sendo uma do Partido Social



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), uma do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito) e uma do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes da altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 30/2025** -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – OBRAS NA ESCOLA SECUNDÁRIA PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO LUCAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com vinte e três votos contra, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com nove votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com três abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata, uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Está, portanto, recusada a proposta com nove votos a favor e três abstenções. Os votos

a favor são do Partido Socialista, do Evoluir Oeiras, da CDU e do PAN, as abstenções são uma do Partido Social Democrata, uma do Chega e da Iniciativa Liberal. -----

-----Peço o favor de ler a outra... Os votos contra já disse. Os votos contras são os restantes. São do IN-OV, do PSD (dois) e dos presidentes de junta. Quer fazer uma declaração de voto? Faça favor.” -----

3.4.7.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Muito boa tarde a todos. -----

-----De facto, é para uma declaração de voto muito rápida. Para dizer que o Grupo Político Evoluir Oeiras já tinha conhecimento desta situação deste e-mail que os pais preocupadamente enviaram para a Câmara Municipal. Apoia e saúda a proposta enviada pelo Partido Socialista a esta Assembleia Municipal, e considera que, de facto, é necessário além das obras, como outros deputados referiram que sim, são muito ansiadas pelos pais, mas também são neste momento muito ansiados os esclarecimentos. E era exatamente isso que a proposta pedia: o total esclarecimento da comunidade escolar, o total esclarecimento dos moradores, a divulgação desses esclarecimentos nas demais comunidades. Era isto que se pedia: esclarecimento, esclarecimento, esclarecimento. Comunicação. E, por isso, estamos a favor desta proposta e lamentamos que o Senhor Presidente considere isto ridículo. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Doutor Rui Miller (IN-OV), faça favor então de ler a outra proposta de recomendação.” -----

3.5. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – CRIAÇÃO DE UM ROTEIRO GASTRONÓMICO DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IL-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “A gastronomia portuguesa é um reflexo da história e das tradições do país. Cada prato conta uma história, seja sobre a influência das grandes navegações, que introduziram ingredientes como especiarias e açúcar, ou sobre os costumes regionais que moldaram receitas icónicas.-----

----- Portugal apresenta uma diversidade incrível de recursos naturais que inspira a criatividade e o engenho do povo português, que transforma ingredientes simples em pratos memoráveis, como as saborosas açordas, as iguarias à base de bacalhau e as irresistíveis sobremesas conventuais criando uma identidade gastronómica única. Tudo isso contribui para uma cozinha rica em sabores, texturas e histórias. -----

----- A mesa em Portugal não é apenas um lugar para comer, é um espaço de reunião e celebração, um traço profundo da cultura portuguesa. -----

----- Além disso, o ato de cozinhar e servir também é um gesto de carinho e hospitalidade, uma herança que passa de geração em geração. Esse sentido de comunidade e celebração da vida, através da gastronomia, é algo que ressoa em cada prato e torna Portugal tão especial, é o partilhar de momentos únicos. -----

----- A gastronomia tem um impacto profundo tanto na economia quanto no turismo, especialmente num país como Portugal, onde os sabores e tradições culinárias são uma grande atração. Aqui estão algumas formas pelas quais a gastronomia impulsiona ambos os setores: -----

----- Impacto Económico: -----

----- Um. Criação de Empregos: A indústria de restaurantes, cafés, pastelarias, adegas e mercados locais geram milhares de empregos diretos e indiretos. -----

----- Dois. Inovação e Negócios: Chefs e empreendedores criam novos conceitos e experiências gastronómicas, fortalecendo o empreendedorismo um exemplo disso é o Oeiras InnovGastronomy CoLAB. -----

-----O Concelho de Oeiras com uma localização privilegiada junto ao rio Tejo e uma forte ligação à tradição e inovação destaca-se pela sua ampla e diversificada oferta de restauração de qualidade tendo alcançado uma notoriedade ímpar no sector proporcionando experiências gastronómicas únicas para todos os gostos.-----

-----Desde restaurantes especializados em peixe e marisco fresco, valorizando a herança piscatória da região, até espaços mais contemporâneos que exploram fusões de sabores internacionais, Oeiras apresenta uma excelente variedade de opções sempre com um toque de autenticidade e hospitalidade.-----

-----Em Oeiras, a gastronomia está intimamente ligada à apreciação de vinhos e sobremesas, enriquecendo a experiência culinária da região.-----

-----O destaque vai para o famoso Vinho de Carcavelos, uma verdadeira joia local. Este vinho generoso, de produção limitada, tem uma longa história que remonta ao século XVIII,-----

-----Promoção da cultura e turismo: Festivais e eventos culinários como o "Vinhos & Petiscos" ou iniciativas sazonais celebram os sabores locais, atraindo não apenas moradores, mas também visitantes.-----

-----Neste sentido, a Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras reunida na sessão extraordinária seis/dois mil e vinte e cinco de dezoito de março de dois mil e vinte e cinco delibere recomendar ao executivo da Câmara Municipal que sendo a gastronomia uma peça chave da identidade cultural de Oeiras, recursos naturais e tradições e por forma a valorizar e promover a oferta gastronómica diversificada do concelho, a criação de um roteiro gastronómico abrangente e organizado tendo por objetivos:-----

-----Um. Promover a gastronomia local como uma alavanca para o turismo e a economia.

-----Dois. Valorizar a identidade e história culinária do Concelho de Oeiras.-----

-----Três. Fomentar a integração entre tradição e modernidade na oferta gastronómica. ---

-----Quatro. Facilitar a acessibilidade a experiências gastronómicas únicas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Cinco. Apoiar restaurantes, produtores locais e mercados municipais.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faça favor.” -----

3.5.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu, na versão... Isto deve haver aqui algum erro, é a única explicação que eu encontro. Porque na versão da proposta que eu tenho que foi distribuída aparece-me que ela é assinada pela Deputada Anabela Brito, da Iniciativa Liberal. Mas, quer dizer, esta proposta só pode ser do IN-OV. Queria saber se isto é mesmo assim, ou se há aqui algum erro.”-----

3.5.2. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) observou o seguinte:-----

----- “Obrigada. -----

----- Senhor Deputado, deve estar confundido, é que a proposta da Iniciativa Liberal fala do Concelho, não fala particularmente de almoços de trabalho. Deve estar confundido.”-----

3.5.3. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) observou o seguinte: -----

----- “A recomendação não recomenda nada de novo.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV), faça favor.” -----

3.5.4. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, munícipes e colaboradores da Assembleia Municipal. -----

----- Esta proposta é interessante, de facto, se pensarmos no trabalho que nesta área tem sido feito e bem realizado pela Câmara Municipal. Aliás, o roteiro gastronómico existe já há alguns anos e publicado pela Câmara Municipal. Se esta proposta pretender publicar, ou republicar, reeditar esse roteiro, naturalmente melhorando-o, até porque a realidade, neste momento é significativamente diferente para melhor da que existia quando esse roteiro foi publicado.-----

-----Portanto, assim sugerimos à Iniciativa Liberal que em vez de ter estes cinco pontos que estão incluídos na proposta, se os transformar num único ponto que seria a reedição desse roteiro, naturalmente melhorado e adaptado à realidade atual, aliás com os contributos que o Senhor Presidente tem na redes sociais divulgado, nem sei se haverá melhor roteiro do que exatamente esse que tem sido tem sido promovido, valorizando aquilo que é um dos elementos mais importantes da cultura do Concelho. Mais importante e seguramente o mais saboroso. Às vezes esquecemos que a gastronomia é também cultura e esta proposta faz muito bem em vincar essa ideia. - -----

-----Portanto, caso a Iniciativa Liberal entenda alterar estes cinco pontos para um único ponto, que seria a reedição ou uma nova edição desse roteiro que já foi publicado, naturalmente renovado, adaptado e valorizado, nós votaríamos favoravelmente. Caso contrário, limitar-nos-emos a abster.-----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faça favor.” -----

3.5.5. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu ainda estou aqui um bocadinho abalado, deixe-me só recompor-me, porque isto é muito informação. É muito informação de uma só vez, mas pronto. Como se viu agora pela intervenção do Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV), o IN-OV teria dificuldade em fazer melhor trabalho do que a Iniciativa Liberal numa proposta que traduzisse aquilo que tem sido o roteiro gastronómico que o Senhor Presidente da Câmara tem promovido enquanto influenciar gastronómico nas suas redes sociais, ao longo dos últimos meses. Eu acho que esta proposta, no entanto, ainda podia ser mais ao gosto de Isaltino Morais e do IN-OV, Senhora Deputada. O IN-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

OV dificilmente teria feito melhor trabalho, mas, mesmo assim, há aqui algumas coisas que me vêm à cabeça. A Senhora Deputada podia ter chamado a esta proposta, a Iniciativa Liberal podia ter chamado a esta proposta “criação da versão real do guia Isaltino” que já está nas redes sociais. Porque não pôr em papel e distribuir por todos os munícipes do Concelho o roteiro gastronómico que o Senhor Presidente anda a fazer pelo Concelho e a por nas suas redes sociais? Até lhe podiam chamar, sei lá, “rota do lavagante e do Pêra-Manca”, qualquer coisa assim do género, havia espaço para mais criatividade e para mais melhoria. -----

----- Quanto ao resto, eu fico muito surpreendido porque já é um evento por si só quando a Iniciativa Liberal apresenta uma proposta aqui na Assembleia Municipal de Oeiras, é mais ou menos o mesmo que um relâmpago cair no mesmo sítio duas vezes e, depois, quando apresenta propostas, são propostas tão estrondosas quanto estas que, quer dizer, eu tinha a impressão que a Iniciativa Liberal, até pela intervenção da sua antecessora, Senhora Deputada Anabela Brito (IL), a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) era crítica dos roteiros gastronómicos do Senhor Presidente, era crítica da conversa dos almoços de trabalho, era crítica da tentativa de fazer passar isto tudo por normal. E agora não só deixa de ser crítica a Iniciativa Liberal desta tentativa de normalização do que não é normal, como passa a vir fazer uma proposta que, Senhora Deputada, isso não tem outro nome, isto é “lambe-botismo” daquilo que o Senhor Presidente da Câmara anda a fazer nas redes sociais ao longo dos últimos meses. Lamentável. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

3.5.6. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Senhor Deputado Tomás (EO), tem que se acalmar e também tem que conter o seu linguajar. Isso primeiro. Depois, o Senhor está obcecado por qualquer coisa, deve ser pelo Senhor Presidente, porque aqui ninguém fala de roteiros do Senhor Presidente. Aqui fala-se de uma situação do Concelho que não pode escamotear. É do Concelho que se trata, não é dos roteiros ou

dos vídeos que o Senhor Presidente faz a autopromover-se. Portanto, o Senhor tem que ler e mais, e digo-lhe mais, tal como a minha antecessora, a Iniciativa Liberal critica tudo isso e continua a criticar. Isso é uma coisa, almoços de trabalho, tudo isso é uma coisa, o que nós vimos aqui propor é outra coisa e tem objetivos muito claros que não os pode escamotear, que é a importância em termos económicos para o Município, e são esses objetivos que nós esclarecemos aqui e são esses objetivos, também respondendo ao Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV), os quais não retiramos da nossa proposta. -----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faça favor.”-----

3.5.7. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Quase que me atrevia a dizer que a Iniciativa Liberal podia utilizar isto não como uma recomendação, mas como uma intervenção. Porque, de facto, se nós olharmos todos os considerandos e todo o seu conteúdo na proposta, estamos perfeitamente de acordo quanto à importância da valorização do Concelho, quanto à importância da perspetiva gastronómica do mesmo. É indesmentível. A questão que se coloca, que já foi aqui colocada, é que o roteiro já existe. Se o roteiro já existe, para que é que estamos a recomendar que ele seja criado? E esta é que é aqui a grande questão. E eu nem sequer me atrevo, porque acho que não o devo fazer, seria deselegante, dizer que isto é uma proposta que surge nestes tempos e até outubro vamos, provavelmente, enfim, ter acesso a muitas delas. -----

-----Agora, o que me parece de facto, é que se esta recomendação for no sentido de um rejuvenescimento do roteiro já existente, a sua atualização, tudo bem. Agora, a promoção, a valorização, o fomento, tudo isso é feito já através deste roteiro existente. E eu, enfim, já ouvi a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Senhora Deputada dizer que não retira rigorosamente nenhum dos objetivos aqui definidos e, como tal, iremos votar em conformidade com a posição da Senhora Deputada naturalmente, porque acho que não vale a pena estar “a chover no molhado”.-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Frederico Antunes (CH), faça favor.” -----

3.5.8. O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente. Cumprimento na sua pessoa todos os presentes.

----- Queria dizer apenas o seguinte: eu durante o momento em que os outros deputados estavam a intervir, fiz um exercício básico, que foi ir ao Google e procurar “roteiro gastronómico Oeiras”, porque eu próprio fiquei na dúvida, realmente, que os nossos colegas dizem haver um roteiro. Aquilo que o Google nos diz nas três primeiras páginas é “o roteiro gastronómico de Isaltino Moraes”. Aquilo que a Iniciativa Liberal aqui propõe (e não fazendo eu de advogado de defesa em nenhuma circunstância), é um roteiro gastronómico do Município, porque o roteiro gastronómico do Senhor Presidente nós todos já conhecemos. O que não conhecemos é o roteiro gastronómico do Município e, por isso mesmo, é uma boa oportunidade, uma boa ocasião, não discutindo o objeto da proposta, mas, acima de tudo a ideia geral, faz-me todo o sentido substituir o roteiro gastronómico do Presidente Isaltino por um roteiro gastronómico de Oeiras. Pelo menos que o google nos possa passar a dar essa informação.-----

----- Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), faça favor.” -----

3.5.9. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)

----- “Excelentíssima Presidente da Assembleia, caro Presidente, caros Vereadores, caros Deputados. -----

-----Eu gostaria de agradecer ao Presidente do Município de Oeiras por todos os vídeos que tem realizado e tem publicado na Internet. Um dos grandes deveres de um presidente de Câmara, ou de qualquer autarca, ou presidente de junta, é promover tudo o que de bom há no seu município, na sua localidade, e o nosso Presidente ter feito isso de uma forma muito positiva. Sem falar mal de ninguém, promove o que de melhor há, não só a nível gastronómico. Muitos dos vídeos são a pedido dos próprios proprietários. Vocês não se esqueçam do seguinte: ainda há pouco tempo todo o setor da restauração enfrentou grandes dificuldades devido à pandemia da COVID Dezanove, há muitos proprietários, donos de restaurantes que vêm nos pedir. Ainda há poucos dias, na semana passada, entreguei uma lista de restaurantes para o Senhor Presidente visitar e fazer os vídeos a pedido dos próprios. Também entreguei uma lista de locais de interesse da nossa união de freguesias, de associações e de instituições que, a pedido deles, pediram a presença do nosso Presidente para promover os locais, as instituições e os restaurantes. Por isso, só tenho a agradecer e, infelizmente, não tenho a capacidade de fazer esses vídeos, nem vocês. Também se tivessem, iria apelar a que todos fizessem o mesmo. -----

-----Disse.”-----

3.5.10. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Sejamos claros. O que aqui está a incomodar não é o facto de Oeiras ser uma referência gastronómica nacional. O que aqui está a incomodar não é o facto de ter havido uma transformação na Área Metropolitana de Lisboa, onde há vinte/trinta anos quando se queria ir almoçar ou jantar ia-se a Cascais, ou a determinadas zonas de Lisboa, e agora vem gente de todo o país para Oeiras. O que aqui está a incomodar não é o facto de o Senhor Presidente de Câmara ser talvez o maior influencer gastronómico (ou dos maiores) neste momento do país. O que aqui está a incomodar é o carisma político do Doutor Isaltino Morais. O que vos incomoda de um lado e de outro é que... Eu faço-vos o desafio, Tomás Pereira (EO), façam um vídeo. Não sei se sobre galos, sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

galinhas, não sei se sobre malas, se sobre malinhas, sobre casos, sobre casinhas, e tenha pelo menos cem mil visualizações. E eu pago-lhe um almoço. Cem mil. Os vídeos do Senhor Presidente têm centenas de milhares de visualizações. É um fenómeno, isto chama-se “carisma”. E isto não se vende, nem na loja do chinês, Senhor Deputado. O carisma, ou se tem ou não se tem. E se aliarmos o carisma à experiência política, se aliarmos o carisma aos resultados... Senhor Deputado, continue a ver o vídeo do galo, porque com um “grande galo” está Vossa Excelência. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), faça favor.”-----

3.5.11. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) observou o seguinte:-----

----- “... da intervenção aqui do meu colega João Viegas (IN-OV), acho que está tudo dito. Disse tudo o que eu queria dizer.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL).”-----

3.5.12. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- É assim, Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), nós não estamos aqui a falar do carisma do Senhor Presidente. Nós estamos aqui a falar do Concelho, nós estamos aqui a falar de algo que é, que pode ser realmente potenciado e trazer desenvolvimento ao Concelho. Não sei se os senhores deputados sabem, mas os roteiros e o turismo gastronómico são o terceiro fator que leva ao turismo. Portanto, na escala, nós viajamos e uma das causas, a terceira causa pelas quais as pessoas viajam é por roteiros gastronómicos. Portanto, nós não estamos aqui a falar... No fundo, dizem, cada um faz a interpretação e a leitura que quer. A Iniciativa Liberal apresentou uma proposta para o Concelho que nos parece que é importante e que pode valorizar o Concelho. Para

além disso, deixe-me também referir a todos que, tal como disse aqui o Deputado do Chega, que é melhor procurarem onde é que está o roteiro oficial do Concelho de Oeiras, porque realmente existem vários roteiros, mas oficial do Concelho de Oeiras, não me parece que encontrem.” -----

-----“Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado José Montezo (IN-OV), faça favor.”-----

3.5.13. O Senhor Deputado José Montezo (IN-OV) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Boa tarde, Senhora Presidente. Na sua pessoa a todos cumprimento.-----

-----Só para dar uma ajuda ao Senhor Deputado do Chega. É normal que isso aconteça, sabe Senhor Deputado, porque o Senhor Presidente foi eleito em oitenta e seis e o Google apareceu em noventa e oito. É normal, é normal que isso aconteça. Mas se nós fizermos e se formos honestos politicamente, o roteiro que diz é “roteiro de restaurantes do Isaltino Moraes” em que vemos onde vamos jantar, casal mistério, ou seja, nós não temos culpa (ou temos, se calhar, porque o elegemos, não é?) de ter uma pessoa que se dispõe a fazer o que faz, e que acredito que eu quando chegar à idade dele gostava de ter “o pedal” que ele tem e comer como ele come (adorava) e, acima de tudo, ser saudável. É justo é, pode é não ser correto, mas justo é. Agora, querer fazer-se de uma coisa que já foi dito aqui pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas..., é, de facto, um embaixador do nosso Concelho. É, de facto, uma pessoa que divulga e que traz pessoas que não conheciam os restaurantes de Oeiras, que não sabiam sequer que existia a oferta gastronómica que temos, por isso é desde mil novecentos e oitenta e seis a fazer por Oeiras, coisa que o Google, se fizer, é a partir de noventa e oito.-----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Não sei se mais alguém pretende usar a palavra sobre este ponto. Senhora Deputada Glória Sarmento (PSD), faça favor.”-----

3.5.14. A Senhora Deputada Glória Sarmento (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Os meus cumprimentos à Senhora Presidente, aos membros da Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, aos restantes Vereadores, aos meus colegas aqui Deputados na Assembleia Municipal, a quem nos está a ouvir aqui presencialmente e via online. -----

----- Eu relativamente a este tema, eu só queria deixar a seguinte nota, que é o seguinte: eu sempre fui e tenho sido aqui uma defensora do desenvolvimento do turismo em Oeiras. E julgo que há duas áreas que o turismo se pode desenvolver em Oeiras, que é o turismo gastronómico e o turismo desportivo. Relativamente ao turismo gastronómico e relativamente a esta temática, e saber se o turismo gastronómico do Município se chama “turismo municipal” ou “turismo Isaltino Moraes”, eu posso dizer uma coisa: de facto, não há dúvidas nenhuma que tem havido e houve uma intervenção que foi sobejamente publicitada nas redes sociais, protagonizada pelo nosso Presidente da Câmara Doutor Isaltino Moraes, que, de facto, veio desenvolver e fazer mais pelo turismo gastronómico do que tudo o que foi feito nos últimos anos aqui, pelos serviços até da Câmara. E eu acho que, de facto, relativamente a esta matéria tudo está a ser feito em matéria de turismo gastronómico e muito podemos enaltecer ao Senhor Presidente da Câmara relativamente a este assunto e àquele vídeo específico que o fez. Foram cinquenta e um restaurantes do Município de Oeiras que ele elencou, um por um com cada um dos pratos, que eram sobejamente conhecidos. E eu acho que isto diz muito sobre esta matéria e julgo que pouco mais haverá a fazer quanto a isto neste momento. De facto, faço minhas as palavras do Deputado Viegas (IN-OV) e do antigo deputado que disse que, de facto, o Senhor Presidente tem feito muito sobre o turismo gastronómico no nosso Concelho. -----

----- E mais não tenho a dizer. Obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Não sei se mais alguém pretende usar da palavra. Senhor Presidente, faça favor.” ----

3.5.15. O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Como calculam, este é um tema que me entusiasma. Tenho pena de não comer tudo, de não comer tanto, mas não consigo, realmente não consigo. Eu fico às vezes com a sensação que até engordo só com o olho. Só a ver, só olhar para o prato..., portanto, imaginam o esforço que eu faço para dieta. Mas gostaria de dar aqui duas ou três notas.-----

-----Primeiro. O Senhor Deputado do Chega está enganado. Está enganado pelo seguinte: porque fez aí uma afirmação dizendo que o roteiro do Presidente já todos conhecem. Ora bem, não é verdade, por uma razão: nem eu o conheço ainda, porque o roteiro do Presidente é um roteiro em construção. E, portanto, quer dizer que todos os dias aparecem novos restaurantes, novas surpresas, que eu próprio fico realmente surpreendido com as maravilhas deste Concelho. É uma coisa extraordinária. E, portanto, realmente é aquilo que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide disse, eu todos os dias recebo pedidos para ir a este restaurante, para ir àquele, porque as pessoas gostam que o Presidente da Câmara vá e faça a respetiva divulgação. Ora, e na realidade, vou descobrindo todas as semanas..., eu procuro, se repararem, eu só coloco um vídeo de restauração por semana. Nos outros dias, faço aquilo que realmente ali o Senhor Deputado Perestrelo (EO) não gosta. É que nos outros dias eu faço campanha eleitoral. Nos outros dias da semana estão a ver, são seis dias da semana em que apresento realizações, obras, equipamentos, aquilo que é a nossa realidade. E depois na sexta-feira ou no sábado meto um restaurante, e as pessoas vão criando esse hábito, aliás, estou mesmo convicto. Portanto, no fundo, para dizer ao Senhor Deputado que o roteiro ainda tem muito que crescer, porque há realmente muitos restaurantes onde eu ainda não consegui ir, mas que irei, com o tempo irei e, portanto, vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aumentando. -----

----- Agora, bem anda a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal e felicito-a porque, na realidade, apresentou aqui uma proposta muito interessante. Pois é. A Deputada da Iniciativa Liberal finalmente apercebeu-se que é com propostas construtivas que se podem conquistar mais uns votos. Ali daquele lado vão perdê-los, desse lado vai conquistá-los, porque, pois é.... Na realidade, as propostas construtivas é que dão credibilidade às forças políticas, às pessoas e aos políticos. E, portanto, no que é que esta proposta peca? Esta proposta peca naquilo que já é habitual, que é desvalorizar o que já foi feito. E, portanto, estamos num concelho onde a gastronomia, realmente o turismo a ela associada é muito importante. Eu devo dizer que alguns podem se rir, podem ironizar com os vídeos que o Presidente da Câmara faz, mas devo vos dizer o seguinte: eu há dias em que visito seis ou sete restaurantes. Quando estou num local com calma.... Claro que para o observador menos atento dirá: “bom, está em campanha eleitoral”. Mas isso, estou desde o primeiro dia. Desde o dia em que fui eleito, estou sempre em campanha eleitoral. Mas entro por vezes no mesmo dia em cinco e seis restaurantes, só para ver o ambiente. E, na realidade, houve uma transformação extraordinária decorrente destes vídeos. Hoje é uma realidade que há restaurantes, e são os próprios donos dos restaurantes que dizem isso, que a clientela hoje já é mais de fora do Concelho do que de dentro do Concelho, mesmo ao jantar. Portanto, ao almoço era natural, mas ao jantar, há restaurantes que tinham pouca gente e hoje, imaginem, a quantidade de pessoas que vêm de Cascais almoçar a restaurantes de Oeiras. Isto não acontecia. Muita gente de Lisboa, de fora de Lisboa, pessoas que vêm passar, de propósito ao Hotel Vila Galé para irem comer ao Astrolábio, à Casa Galega, ou a outro restaurante qualquer da zona. Realmente, criou-se uma dinâmica que, do ponto de vista da restauração, é extraordinária. -----

----- E, portanto, a criação do roteiro gastronómico do Município claro que é fundamental. E bem andou a Senhora Deputada em apresentar esta proposta. Onde é que julgo que a proposta peca? É que repare, está num município que organiza feiras gastronómicas. Feira gastronómica de

Oeiras, feira gastronómica de Paço de Arcos, organizamos (e aí até cita) o Oeiras InnovGastronomy CoLAB, onde cozinheiros de todo o mundo, chefes de cozinha fazem aqui, digamos, as suas demonstrações, concursos, enfim, mundiais, de maneira que há realmente uma grande atividade já da parte da Câmara Municipal no fomento realmente da gastronomia. E, portanto, esta proposta se referisse que já há um roteiro gastronómico, está publicado, é um excelente roteiro, foi publicado para aí há uma dúzia de anos, é capaz é de estar praticamente esgotado e está desatualizado, obviamente está desatualizado porque nos últimos cinco/seis anos nasceram realmente muito restaurantes, aliás, nos últimos meses. Se há atividade dinâmica no Concelho é essa. Abriu recentemente há dois meses, e faço aqui propaganda ao restaurante, o Mediterrâneo's, aqui ao lado da Caçoila, eu só lá fui uma vez comer, mas come-se lá muito bem e, portanto, quantos mais lá forem, mais divulgado é o restaurante. De maneira que há muitos restaurantes a abrir um pouco por todo o Concelho. Por exemplo, há um Parreirinha ali em Tercena que eu já divulguei, já fui lá ao Parrerinha. Mas ainda ontem à noite me disseram que há outro Parreirinha ali em Algés, eu já tinha ouvido falar, mas nunca foi lá. Fui ao UDRA, ao UDRA já fui, ao restaurante do UDRA onde se come muito bem, aliás, do clube, mas há um Parreirinha ao lado. Já ouço falar no Parreirinha há mais de vinte ou trinta anos, mas eu nunca tive oportunidade de lá ir. Mas irei lá brevemente, é um dos que eu quero pôr no meu roteiro, é justamente o Parreirinha ali de Algés. -----

-----Portanto, se esta proposta de recomendação dissesse que a Câmara Municipal tem apostado, tem investido na área da gastronomia, e é importante, claro, do ponto de vista do volume de negócios global do Concelho, é realmente muito importante. Não se esqueçam que há restaurantes que no último ano mais do que triplicaram as vendas, atenção, com determinados produtos que não se vendiam tanto, talvez pelo preço, e que agora se vendem muito bem. Designadamente o lavagante ou o lingueirão, esse tipo de pratos, embora o lingueirão seja muito mais barato, não é? Como as ostras, as outras também não são baratas, mas no entanto..., porque a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ostra, dizem que a ostra que é uma coisa especial. Bom, é claro que há muitas pessoas que se soubessem como é que as ostras às vezes são produzidas e depuradas, nunca mais comiam uma ostra. É preciso saber apreciar a ostra, porque, quer dizer, não é fácil. -----

----- Portanto, nesta proposta, o que falta é a referência ao papel que a Câmara Municipal tem tido nesta matéria. E se depois de dizer que a Câmara Municipal tem valorizado, tem promovido, realmente é do Município que estamos a falar. Naturalmente “promover a gastronomia local” já o fazemos, “uma alavanca para o turismo e a economia”. “Valorizar a identidade e a história culinária do Concelho”, bom, os Palitos do Marquês se não fosse a Câmara já não existiam. O Vinho de Carcavelos. Portanto, “a integração entre tradição e modernidade da oferta”, “facilitar a acessibilidade das experiências gastronómicas únicas”. Excelente, é uma boa ideia, ou “apoiar restaurantes, produtores locais e mercados municipais”. Que medidas, que formas? Realmente há várias formas de apoiar os restaurantes e produtores locais.-----

----- Portanto, se esta proposta surgisse com uns considerandos mais adequados, eu acho que era uma boa proposta, que devia ser aceite por toda a Assembleia. Agora, nos moldes em que está, dá a impressão que estamos a partir da estaca zero. E quando se parte da estaca zero, soa sempre, quando parece que parte da estaca zero, parece soar sempre um bocadinho a um certo oportunismo. Mas, de qualquer maneira, não deixo de felicitar a Senhora Deputada, porque realmente que me recorde, é a primeira vez que apresenta uma proposta muito construtiva, que vai de encontro à defesa de um dos setores importantes do nosso Município e, portanto, está no bom caminho. Não se deixe influenciar por aquele lado, com a ironia daquele lado, porque daquele lado só vem ironia.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte:-----

----- “Como?” -----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) respondeu o seguinte: -----

-----“Não é uma questão de tempo.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Ainda não é uma questão de tempo. Mas eu também não estou aqui para vos maçar e, portanto, fico muito satisfeito realmente com a Senhora Deputada, surpreendeu-me confesso, e quero lhe dizer que ali daquele lado, até devem estar a pensar que os elogios que lhe estou a fazer é para a comprometer, dizer que aqui haja alguma negociação nossa, e não há, não é assim? Estão a ver, até está surpreendida. Porque não há nenhum acordo, porque repare, sendo eu um defensor..., eu compreendo as suspeitas ali daquele lado, porque estão a ver, sendo o Presidente da Câmara um exímio cozinheiro e defensor...” -----

-----O Senhor Vereador Armando Soares observou o seguinte: -----

-----“Chef...” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Então isso aí... Mas eu não tenho problema, apesar das tensões que, às vezes existem, políticas, eu não tenho problemas em fazer um cozinhado para todos os senhores deputados de todas as bancadas políticas. Pode ser que com esse ambiente se crie uma melhor, uma situação mais harmoniosa, não é? Bom, porque na realidade, nós aqui o que discutimos, ou o que devíamos discutir, são os interesses do Concelho, das pessoas no nosso Concelho e, às vezes isto mais parece uma bancada da Assembleia da República, com o devido respeito. De maneira que, Senhora Presidente, acho que a Senhora Deputada Anabela Brito (IL) apresentou aqui uma excelente proposta, mas que, sinceramente, acho que ou ela a corrige, pelo menos reconheça no preâmbulo que alguma coisa a Câmara está a fazer, ou então soa realmente a um certo oportunismo e é pena.”

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL), a Senhora já esgotou o seu tempo.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.5.16. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte: -----

----- “É rapidíssimo. Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Para dizer ao Senhor Presidente Isaltino Morais que não há acordo, nunca houve acordo, nem haverá acordo, portanto isso é tranquilo.-----

----- Também gostaria de lhe dizer que nós, na Iniciativa Liberal, não falamos do que não conhecemos, e assim como nós não encontramos nenhum roteiro da Câmara, editado pela Câmara, por isso o propusemos. Também lhe queria dizer que nós estamos aqui, propusemos o roteiro, mas não é para fazer a apologia do Senhor Presidente. E como trabalho da Câmara, não vemos onde é que a Câmara tem realmente desenvolvido esse trabalho a nível da gastronomia - o Senhor sim, tem desenvolvido os seus likes - agora a Câmara, o Concelho, não vemos onde é que tem sido. E é nesse sentido que a nossa proposta se mantém, e é nesse sentido que a nossa proposta tem os objetivos que apresenta. -----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, faça favor.”-----

3.5.17. O Senhor Presidente da C.M.O. observou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Esta última intervenção da Senhora Deputada faz vir ao de cima aquilo que com frequência acontece: o oportunismo político. Isto é, realmente é um oportunismo total. Quando diz que não conhece a existência do roteiro, quer dizer então que não conhece nada e, portanto, acha que pode apresentar nesta Assembleia as propostas mais mirabolantes, como se fossem uma inovação da Iniciativa Liberal. Ou seja, não conhece minimamente a realidade do Concelho. Em vez de se dirigir aos serviços de turismo da Câmara, que era assim que devia ser, quem quer fazer as coisas com rigor é assim, dirigia-se ao serviço de turismo da Câmara e perguntava: o que é que há aí sobre gastronomia, etc.? E não caia então no erro de chegar aqui e propor algo que já existe.

Se é algo que já existe, não faz sentido, é oportunismo político puro. E, portanto, a sua proposta, na minha opinião, deve ser rejeitada, não vejo outra hipótese.” -----

3.5.18. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Bem, eu acredito que os senhores não conheçam, mas a verdade é que há duas publicações de âmbito gastronómico: uma que se chama “os sabores de Oeiras” e outra que é “o roteiro gastronómico de Oeiras”. Portanto, já existe. Claro que devem ser atualizados, mas não estamos a partir da estaca zero. É uma coisa que já existe. -----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) faça favor.”-----

3.5.19. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) observou o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Portanto, uma proposta que primeiro podia ser com o acordo das alterações que o Senhor Presidente propunha, podia ser aceite. Como não são aceites, as propostas já são completamente estapafúrdias e já é oportunismo político. Pronto. Da parte do Grupo Político Evoluir Oeiras, nós sabemos exatamente o que é que anda a ser feito no Município, e se os senhores deputados se lembrarem, aqui há uns meses questionámos aqui sobre uma avença de vinte e quatro mil euros para um assessor gastronómico, que é pago mensalmente pela Câmara Municipal para fazer precisamente trabalho nesta área. E, portanto, a Câmara não está a começar do zero, esta tarefa pode, se o Senhor Presidente entender na Câmara que pode ser adicionada ao contrato de avença que o senhor que lá está desenvolve, que não se sabe e não se viu ainda trabalho nenhum, porque se vê que são os vídeos do Senhor Presidente e, portanto, gostávamos, de facto, que esse trabalho existisse e que fosse visível. E que assim talvez evitasse propostas deste género que só legitimam os almoços de trabalho. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Bem, meus senhores, vou passar à votação da proposta de recomendação apresentada pela Iniciativa Liberal.” -----

3.5.20. VOTAÇÃO -----

----- “A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação a qual foi rejeitada, com vinte e oito votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com dois votos a favor, sendo um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito) e um do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes), e com sete abstenções, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Nuno Emanuel Rodrigues de

Carvalho), duas da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----Esta deliberação fi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – CRIAÇÃO DE UM ROTEIRO GASTRONÓMICO DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IL**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com vinte e oito votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dois votos a favor, sendo um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Chega, e com sete abstenções, sendo quatro do Partido Socialista, duas da Coligação Democrática Unitária e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Quer fazer uma declaração de voto? Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faça favor.” -----

3.5.20.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Isto é que foi para aqui uma açorda. Então. O Grupo Político Evoluir Oeiras votou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

contra precisamente por aquilo que a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse agora na sua intervenção, que é já existe trabalho a ser feito pela Câmara em relação a esta matéria, com uma pessoa contratada para o efeito por um lado e, por outro, esta proposta da Iniciativa Liberal, mesmo que isso não fosse o caso, não se compreende. Não faz sentido absolutamente nenhum a Iniciativa Liberal vir aqui apresentar uma proposta que diz que não tem nada a ver com aquilo que tem sido o trabalho do Senhor Presidente nos últimos meses, mas a única coisa que tem sido mais visível do trabalho do Senhor Presidente nos últimos meses, fruto de programas nacionais, de comentário, de humor, o programa mais visto da televisão portuguesa são, lamentavelmente na nossa opinião, os almoços de trabalho, o roteiro gastronómico e tudo o que revolve à volta daquilo que o Senhor Presidente faz nas suas horas de almoço. -----

----- E, portanto, esta proposta mesmo que diga, mesmo que fale de um roteiro gastronómico para Oeiras não pode ser descontextualizada daquilo que é o contexto político local, atual em Oeiras. E, portanto, à luz disto, à luz daquilo que é o tempo que a Iniciativa Liberal escolhe para apresentar esta proposta, ela não pode ser desligada daquilo que a liderança da Câmara anda a fazer. E, portanto, por muito que a proposta no abstrato, se este contexto não existisse, tivesse algum valor, algum mérito, no contexto em que estamos, tendo em conta aquilo que tem sido a atuação do Senhor Presidente da Câmara ao longo dos últimos meses, tendo em conta aquilo que foi um dos momentos mais polémicos deste mandato nesta Assembleia Municipal, que teve destaque nacional elevadíssimo, nós não podemos acompanhar esta proposta, nem sequer nos podemos abster. O único voto possível perante todo este contexto e perante a proposta que a Iniciativa Liberal aqui nos traz, só podia ser contra.” -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), não quer.... Muito bem. -----

----- Portanto, depois de apreciarmos estas propostas de recomendação, vamos entrar no

Período Antes da Ordem do Dia propriamente. -----

-----Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faça favor.” -----

3.6. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Lembrando os versos que nos embalaram nos tempos subsequentes ao Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro, cujo centenário (deverá querer dizer “cinquentenário”) continuamos a celebrar, quando o poeta cantava a paz, o pão, a habitação, a saúde, a educação, o Programa Eleitoral do Grupo Inovar Oeiras para o ciclo dois mil e vinte e um – dois mil e vinte e cinco, e honrando os compromissos assumidos pelos vários executivos presididos por Isaltino Morais desde mil novecentos e oitenta e cinco, proclamava em letras garrafais: “Em Oeiras todos têm direito a uma habitação condigna.” -----

-----As palavras do poeta definem a essência do que tem sido o modelo de desenvolvimento de Oeiras, onde convictamente afirmamos que ninguém pode ficar para trás. -----

-----A Paz, traduzida em segurança, quando podemos afirmar que Oeiras é certamente entre os concelhos mais seguros da Área Metropolitana de Lisboa, em resultado da adoção de políticas inclusivas e de coesão social. -----

-----O Pão sustentado pelo crescimento da riqueza produzida garantindo que, em Oeiras, a caridadezinha é substituída pela justiça social. -----

-----A Saúde, garantindo a todos, especialmente aos mais vulneráveis, o efetivo direito ao acesso aos cuidados de saúde, através de políticas diversificadas, onde naturalmente também avulta a construção dos centros de saúde, substituindo-se às responsabilidades que caberiam ao governo central. -----

-----A Educação, com o declarado objetivo de termos os melhores alunos, com medidas que garantam que todos os alunos tenham a possibilidade de desabrochar e realizar os seus sonhos e de materializar as suas potencialidades. Para atingir este objetivo, destaquemos apenas uma das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

medidas mais emblemáticas, a concessão das Bolsas de Estudo para o Ensino Superior que garante que em Oeiras nenhum aluno fica para trás por dificuldades económicas, podendo de alguma forma dizer a cada um deles que “Em Oeiras, tu és tudo.” -----

----- Tudo isto, no entanto seria em vão se a base da estrutura familiar e social não estivesse garantida. Refiro-me naturalmente à habitação. A casa, uma casa digna, é, de facto, o elemento fundamental sem o qual não há políticas sustentáveis de coesão social.-----

----- A casa, uma casa digna, é o fator básico, o elemento estruturante e fundamental para uma vida com dignidade. Nela assenta o edifício que sustenta o verdadeiro usufruto da segurança, do pão, da saúde e da educação. -----

----- Por isso, em Oeiras, a Habitação tem sido uma prioridade ao longo dos últimos trinta e cinco anos. -----

----- Após a extinção do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), foi necessário esperar pelo lançamento do PER, Programa Especial de Realojamento, através da Lei cento e sessenta e três/noventa e três. -----

----- Oeiras era, então, um território enxameado de barracas, verdadeiro dormitório de Lisboa, entre a capital e o cosmopolitismo seródio de Cascais.-----

----- É difícil, hoje, imaginar a indignidade da vida de todas aquelas famílias, imersas num ambiente de pobreza e de miséria, que as fotos e os vídeos documentam e que hoje infelizmente ainda podemos registar em alguns bairros dos concelhos de Loures e de Almada. Mas não em Oeiras. ---- -----

----- O PER foi, nas palavras de Isaltino Morais “um programa extraordinário que revolucionou todos os municípios que tinham muitas famílias nessas circunstâncias e Oeiras era um dos que mais tinha”, aliás acrescentou que “Oeiras nunca seria o município com a expressão que tem hoje se não tivesse sido esta política de habitação, para se conseguir erradicar todos os bairros de barracas que havia no concelho.” -----

-----Compreende-se, pois muito bem, o brilhozinho nos olhos que se percebe em Isaltino
Morais quando afirma que Oeiras foi o primeiro concelho do país a acabar com o flagelo das
barracas. --- -----

-----Esse brilhozinho é apenas o reflexo daquele que se percebe nos olhos de todos os que
ao receberem a chave de uma casa nova sentem que por ela dão os primeiros passos para uma vida
com dignidade. -----

-----Por isso se percebe a extrema alegria de quantos, na última quinta-feira, estiveram
presentes no Alto da Montanha, o primeiro empreendimento habitacional a ser concluído, em
Portugal, ao abrigo do PER (deverá querer dizer “PRR”), e constataram que é já uma realidade,
que bela realidade, para mais sessenta e quatro famílias. -----

-----Há vinte e cinco anos que se não concluía um empreendimento de habitação pública
como este em Portugal. -----

-----Claro que, em Oeiras, a habitação pública nunca deixou de ser uma prioridade,
nomeadamente através do programa Habitação Jovem com a reabilitação de dezanove edifícios
com cento e vinte fogos nos centros históricos garantindo um futuro mais risonho aos duzentos e
quarenta jovens que já receberam a sua casa.-----

-----Mas também a destinada ao alojamento de professores, para que o elevado preço do
arrendamento associado aos seus baixos vencimentos não contribua para que os nossos alunos
tenham falta de docentes. -----

-----Porque a casa essa é o pilar de uma vida digna, o castelo onde cada um possa refugiar-
se no isolamento do seu pensamento, no âmago dos seus sentimentos, no aconchego da sua
intimidade. -----

-----Sem ela não é possível promover a coesão social.-----

-----É a consciência deste facto que explica e justifica que a inauguração do Alto da
Montanha tenha tido a presença do Primeiro Ministro, do Ministro das Infraestruturas, do Ministro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Adjunto e da Coesão Territorial, da Secretária de Estado da Habitação, aliás uma das grandes responsáveis por este projeto, e pela anterior Ministra da Educação (deverá querer dizer “Habitação”), representando o justo interesse que incentive a adoção de um acordo de regime do bloco central para a habitação. Aliás, tão necessário também para outras áreas políticas. -----

----- Só assim será possível que a habitação pública em Portugal, à semelhança do que acontecerá em Oeiras nos próximos anos, venha a representar dez por cento do total.-----

----- Apesar dos que, afirmando-se defensores da habitação pública, tudo fazem para que, por caminhos enviesados, ela se não concretize, como vem sucedendo com os ataques soezes à nova Lei dos Solos, sem a qual dificilmente a habitação pública em Portugal venha a ter o peso que se exige. -----

----- E sim, a grande atividade política do Presidente Isaltino Morais não são os vídeos sociais relativos à gastronomia, é a defesa desta lei que vai garantir e vai permitir que a habitação pública em Portugal seja uma realidade, tenha peso e influencie os preços da habitação. -----

----- Por isso, não estranhámos a ausência desta gente no Alto da Montanha, quando o brilho nos olhos dos membros daquelas sessenta e quatro famílias aqueceu a manhã que se anunciara fria e cinzenta. -----

----- Porque, como então afirmou Isaltino Morais ao olhar para aquele edifício inaugurado no Alto da Montanha, “o foco não está somente na excelência da construção, não está somente na perfeição dos acabamentos, ou na estética da arquitetura. O foco está no brilho dos olhos que iluminam as centenas de rostos que este betão vai servir”. -----

----- Porque é para todos eles e por eles que as políticas fazem sentido. E é por isso, é exatamente por isso que há quem não entenda a importância do papel da habitação no Concelho de Oeiras. - -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faça favor.”-----

3.7. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, Senhor Presidente e Executivo, Senhoras e Senhores Deputados.

-----O mandato que termina este ano pode ser caracterizado pelo facto de, finalmente, o executivo e o Senhor Presidente terem concentrado esforços na resolução dos problemas da mobilidade. -----

-----O Partido Socialista, que ao longo das últimas décadas sempre apontou a mobilidade como um dos maiores problemas do concelho, vê que, finalmente, as suas preocupações tiveram eco.-----

-----Foi essa a razão que nos levou, em dois mil e vinte e três, a solicitar um debate potestativo sobre o Plano Municipal para a Mobilidade, que, não fosse a intervenção do PS, nem teria sido discutido na Assembleia Municipal. No ano seguinte, em dois mil e vinte e quatro, voltámos a solicitar um debate potestativo, desta vez sobre a avaliação da integração do Município de Oeiras na Carris Metropolitana. Debate morno, a que o executivo não deu importância alguma.

-----Este mês, em reunião de Câmara, foi aprovada uma proposta que encerra o compromisso de, perante o projeto de transporte coletivo em sítio próprio para o corredor Paço de Arcos/Tercena (Massamá) – SATUO – (...), praticar todos os atos administrativos e materiais necessários à sua implementação, nomeadamente quanto à disponibilização dos terrenos identificados para esse fim, ou seja, proceder às expropriações necessárias para a concretização do projeto. ----

-----A proposta baseia-se na Agenda Vinte Trinta das Nações Unidas, nas competências das autarquias e nos instrumentos de gestão territorial em vigor, bem como num alargado leque de estudos e no Plano Municipal para a Mobilidade em Oeiras. -----

-----Se os princípios da Agenda Vinte Trinta e o Plano Regional de Ordenamento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Território da Área Metropolitana de Lisboa são documentos que não nos suscitam dúvidas, já a proposta remetida para apreciação elenca uma série de estudos que, ao que se sabe, não foram anexados e que já requeremos hoje mesmo nesta sede. A sua ausência impediu a realização de um debate sério, concreto e adequado a um dos maiores problemas que Oeiras efetivamente tem. ----

----- Recordamos ou recordemos que, aquando da discussão do Plano para a Mobilidade em Oeiras, alertámos para a conversão de uma infraestrutura fantasma – o SATUO – numa estrutura útil à sociedade não é um assunto que se “possa discutir de ânimo leve”. -----

----- Mas foi exatamente isso que se fez. -----

----- Já sabemos que nos vão dizer que foram feitas conferências de divulgação. Mas não é de propaganda que este debate necessita. -----

----- Esta é uma discussão que não pode passar ao lado da Assembleia Municipal. E para que esse debate seja devidamente fundamentado, é essencial o acesso aos estudos mencionados tanto na proposta como no contrato-programa assinado com a Parques Tejo em novembro de dois mil e vinte e três, como na atual proposta. -----

----- Já o dissemos em maio de dois mil e vinte e três e repetimos: -----

----- “Potenciar a intermodalidade, os corredores de transportes e desenvolver sistemas de transportes adequados às diferentes necessidades dos segmentos da população, garantindo a inclusão dos cidadãos com mobilidade condicionada, bem como promover uma gestão de mobilidade com sistemas inteligentes, facilitadores e ágeis, que melhorem a informação dos cidadãos, o controlo do tráfego e a gestão do estacionamento, são prioridades.” -----

----- Sabemos que nestes princípios todos estamos de acordo. E é precisamente por isso que também sabemos que o pedido de debate potestativo que o PS irá fazer para discutir o projeto de transporte coletivo em sítio próprio – conhecido pelo SATUO – será, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, tão aplaudido e tão considerado quanto os outros pedidos e a outras propostas feitas também pelo Partido Socialista. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), faça favor.”-----

3.8. A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si e na sua pessoa cumprimento a Mesa, Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. -----

-----No passado dia onze de março, o auditório do Taguspark recebeu a Conferência Oeiras Education Fórum, uma iniciativa do Município de Oeiras com a parceria da CNN Portugal, um canal de notícias também ele sediado em Oeiras. Falou-se sobre um dos temas mais prementes do país: a educação, o seu futuro e o seu presente. O evento reuniu investigadores e expertizes nacionais e internacionais, mas, antes de mais, eu gostaria de dizer o seguinte. Para além da premência do Congresso, receber estes convidados no Taguspark, um dos maiores parques de ciência e tecnologia do país, recebê-los num espaço amplo, cosmopolita, um museu a céu aberto com uma coleção de arte distribuída pela envolvente, um lugar absolutamente coerente com a importância do fórum e com o conceito de Oeiras Valley, projetando a quem nos visita uma imagem de um país moderno e europeu. Isto a partir de Oeiras. Realizar o Oeiras Education Fórum no Taguspark foi o detalhe que enalteceu o conjunto. E este conjunto é a soma de um pensamento estratégico, sistémico e abrangente deste Executivo liderado por Isaltino Morais. -----

-----Oeiras e os oeirenses podiam ter escolhido ser pequenos e acanhados, mas escolheram ser grandes, inovadores e ambiciosos. E isto, agora cito e vocês saberão quem eu estou a citar “não pode ser desligado do trabalho e do pensamento estratégico deste Executivo”.-----

-----Posto isto, o Oeiras Fórum Education foi palco de debate e reflexão, de reflexão intensa e urgente levado a cabo por académicos, por políticos, por agentes empresariais, etc. Debateram-se os perigos e os benefícios da inteligência artificial, a importância da leitura, da literacia, dos rankings, etc. Ouvimos teses e antíteses num jogo e numa dinâmica própria de quem pensa e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

investiga estes temas, do elenco de especialistas nacionais e internacionais convidados a refletir e a mostrar os seus trabalhos de investigação sobre o grande desafio que é a educação. No entanto, Oeiras debate há muito a educação e esta tornou-se uma prioridade. E, apesar do desafio das constantes mudanças e exigências de conhecimento, a par da imparável e incontornável tecnologia e, acima de tudo no panorama do nosso país, Oeiras tem a audácia e a coragem de ter como meta os melhores alunos do país. E, a partir dessa ambição e dessa prioridade, faz tudo o que sabe e pode transformando-se numa cidade educadora, aposta na educação musical, artística, científica, na formação de professores, na formação de técnicos educativos, no desporto escolar, na requalificação das escolas, em bolsas de estudo, no programa ciência cidadã, mostras de teatro, congressos internacionais, etc. E para citar um dos oradores que dizia “os dados são teimosos”, eis alguns dados: -----

----- O programa Oeiras Educa, desde a sua criação, já contou com sete mil e novecentas atividades envolvendo duzentos e quarenta e seis mil alunos. Investiu-se globalmente quinze vírgula cinco milhões de euros na requalificação do parque escolar até dois mil e vinte e quatro. Estão previstos mais setenta e sete milhões de euros. Quatrocentos e dezoito mil euros em residências para professores. Atribuíram-se quatro mil e novecentas bolsas de estudo desde dois mil e dezassete. Vou parar aqui para dizer o seguinte: somos o concelho com mais licenciados no país, imaginem o capital de conhecimento que se concentrará em Oeiras daqui a poucos anos, fruto desta estratégia e desta decisão. Investiram-se na formação de professores, oitenta e quatro mil euros. Na estratégia Oeiras Ciência, sete milhões e seiscentos mil euros. Nos centros de apoio ao estudo, quatrocentos e cinquenta mil euros. No programa Ler Mais Ler Melhor Saber Mais, cento e oitenta e oito mil euros. Na modernização e equipamento escolar, dezoito mil euros. Em equipamentos e recursos didáticos, um milhão e duzentos e cinquenta mil euros. Nas atividades de enriquecimento curricular, cerca de cinco milhões de euros (quatro ponto nove milhões).-----

----- Definitivamente, a educação é uma prioridade em Oeiras. Pretendeu-se com este fórum

olhar para os casos de sucesso internacional, responder à necessidade de um debate inclusivo entre a educação e a política económica. E apesar dos dados e do avultado investimento, claramente Oeiras não quer, nem pretende parar. -----

-----Ficou uma promessa: que haverá uma segunda edição. Convido, pois, todos os senhores deputados e as senhoras deputadas a estarem atentos e participarem na segunda edição deste fórum. Refletir sobre a educação é uma obrigação política e uma obrigação de cidadania. Sem uma escola e uma educação robusta, a Democracia corre o risco de ser capturada. Quanto maior é o espírito crítico mais se contribui para a qualidade da Democracia e Oeiras, claramente, marcará a agenda no que respeita à inovação, à visão e ao empoderamento democrático do país. -

-----Disse, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Acácio Oliveira (IN-OV), faça favor.” -----

3.9. O Senhor Deputado Acácio Oliveira (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores. -----

-----Hoje, trago a esta Assembleia um tema de grande importância para a Freguesia de Porto Salvo: o Bairro Municipal dos Navegadores. Mas, ao falar deste bairro, falamos também de toda uma freguesia em crescimento, que tem sabido enfrentar desafios e transformar-se num local onde a qualidade de vida deve ser uma prioridade para todos.-----

-----O Bairro dos Navegadores é um exemplo vivo da resiliência da nossa comunidade. Uma zona que, apesar das dificuldades sociais e económicas, demonstra diariamente o verdadeiro espírito de Porto Salvo: um espírito de entreajuda, de comunidade e de esperança. Conheço bem as suas ruas, os seus moradores, as suas dificuldades e, mais importante, as suas ambições. Sei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que, por trás de cada família que aqui reside, existe uma história de luta e uma vontade imensa de ver este bairro e toda a freguesia prosperar. -----

----- Não podemos falar deste bairro sem reconhecer o esforço das suas gentes que, com trabalho e dedicação, fazem dele um lugar de valor. Mas também não podemos deixar de enaltecer o papel da Câmara Municipal de Oeiras que tem investido na melhoria das condições de vida da sua população. Seja através da requalificação do edificado, de criação de espaços públicos mais seguros e agradáveis ou de apoio social prestado às famílias mais vulneráveis. É um caminho de progresso que merece ser reconhecido e continuado. -----

----- Contudo, ainda há desafios a superar. Sei que o acesso a transportes públicos continua a ser um problema para muitos residentes, que se veem obrigados a caminhar longas distâncias até aos pontos de paragem mais próximos. A mobilidade dentro do bairro, especialmente para os mais idosos, precisa de soluções concretas. E sei que a segurança continua a ser uma preocupação para muitos moradores, exigindo um reforço da iluminação pública e uma presença mais ativa das autoridades. -----

----- Mas Porto Salvo é mais do que o Bairro dos Navegadores. É uma freguesia vibrante, com uma forte identidade própria, impulsionada pelo crescimento económico e pelo dinamismo dos seus habitantes. Temos um tecido empresarial cada vez mais robusto, que inclui empresas tecnológicas, indústrias inovadoras e um comércio local que merece o nosso apoio contínuo. O Taguspark, um dos principais polos tecnológicos do país, situa-se aqui e representa uma enorme mais-valia para a economia local, criando oportunidades de emprego e atraindo investimento. ----

----- Além disso, Porto Salvo conta com coletividades e associações que desempenham um papel essencial na dinamização cultural e desportiva da freguesia. Desde os clubes desportivos que formam os nossos jovens atletas, até às associações culturais que promovem a arte e a tradição local, há um potencial enorme que deve ser reconhecido e incentivado. O apoio a estas entidades não é apenas um investimento do presente, mas uma aposta no futuro. -----

-----A educação e a qualificação profissional também devem estar no centro das nossas preocupações. As nossas escolas têm feito um trabalho notável, mas precisam de mais recursos para garantir um ensino de excelência. Devemos reforçar os programas de apoio escolar, criar mais iniciativas que incentivem o sucesso académico e melhorar as infraestruturas educativas para proporcionar melhores condições de aprendizagens. -----

-----Sei que Porto Salvo é uma freguesia cheia de potencial. Vejo isto todos os dias, nos comércio locais que crescem, nos jovens que sonham com um futuro melhor, nos idosos que têm orgulho na sua terra e querem ver garantidas as condições para um envelhecimento digno. Acredito que com um olhar atento, com proximidade, ouvindo as pessoas e trabalhando diretamente com elas, conseguiremos fazer mais e melhor. -----

-----O Bairro dos Navegadores é, acima de tudo, um símbolo de que...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Queira terminar por favor, já ultrapassou o seu tempo.” -----

-----O **Senhor Deputado Acácio Oliveira (IN-OV)** concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: --- -----

-----“... com políticas bem estruturadas e com o envolvimento da população continuaremos este trabalho, reforçaremos os apoios e caminharemos juntos para um Porto Salvo cada vez mais forte, dinâmico e unido. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Tinha inscrita a Senhora Deputada Carolina Tomé (IN-OV), mas não há tempo de intervenção. Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faça favor.” -----

3.10. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) observou o seguinte: -----

-----“.... De qualquer maneira, rapidamente ...” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte: -----

----- “O microfone...” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

----- “Obrigado. Dizer o seguinte... A política social, num entendimento amplo, que corre desde a infância até à velhice, não pode deixar de olhar para a pessoa, enquanto ser humano, com deveres, mas também com direitos. Direitos naturais, inerentes à própria natureza humana, como a própria Constituição da República acolhe, como é o caso do direito a uma habitação e passo a citar o artigo sessenta e oito número dois da Constituição, que diz “... de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. ---

----- E a quem cabe executar, afinal, tais políticas de habitação? A Constituição responde, impondo tal dever ao Estado, mas também às autarquias locais. -----

----- Ora, a Câmara Municipal de Oeiras há muito entendeu aplicar estes princípios, conduzindo, como pioneira, uma política habitacional de erradicação de barracas no concelho, que muito devem honrar os decisores de então e os partidos políticos que, no Executivo e na Assembleia Municipal, possibilitaram a execução de tal desígnio, como foi o caso do PSD. -----

----- Ora, o PSD, tal como eu próprio, já não somos o que éramos, nem seremos quem fomos. Mas fomos e seremos sempre fiéis aos nossos princípios. E entre esses princípios encontra-se o direito à atribuição de uma habitação condigna às famílias que dela necessitem, independentemente da sua cor, raça ou território de origem. -----

----- Por isso, elogiamos a ação do atual executivo no domínio da construção e atribuição de casas às famílias carenciadas de habitação condigna, bem como incentivamos o executivo a prosseguir a sua ação neste domínio, aproveitando a legislação dos apoios financeiros disponíveis para tal, através de instrumentos legais criados pelo Governo do PSD. -----

----- Que Oeiras continue a ser um exemplo para o Estado e outras autarquias da sua

capacidade em gerar a felicidade junto de quem necessita.-----

-----Os princípios do bem comum, da solidariedade e da subsidiariedade inerentes a esta política habitacional são estruturantes da sociedade, como o definiu Oswald von Nell-Breuning.-

-----O PSD regozija-se e ele irá sempre apoiar agora e no futuro, como fez no passado, uma política habitacional que promova os objetivos anteriormente referidos, de que são exemplos últimos a edificação, conclusão e entrega dos fogos do empreendimento do Alto da Montanha e os programas da Quinta da Acácia e de São Marçal.-----

-----Com pena minha não posso continuar, mas disse.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada.-----

-----Senhor Deputado Frederico Antunes (CH). Senhor Deputado, peço-lhe que realmente tenha atenção ao tempo, também tem um minuto e cinquenta e sete.”-----

3.11. O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente da Assembleia, cumprimento na sua pessoa todos os presentes. -

-----Na última semana, o Senhor Presidente da Câmara, Isaltino Morais, apresentou-se em canal aberto como extraordinariamente perplexo por Luís Montenegro não poder ter uma empresa, e desafiou qualquer jurista neste país a provar o contrário.-----

-----O Governo caiu e a primeira pergunta é saber desde quando é que o Presidente da Câmara de Oeiras se converteu, em vez de “instagrammer” e “facebooker” de restaurantes, no fiel escudeiro de Luís Montenegro. Será que não deixa o Presidente da Câmara de Oeiras extraordinariamente perplexo a lama em que PSD e PS colocaram novamente o nosso país? Será que não deixa o Presidente da Câmara de Oeiras extraordinariamente perplexo a suspeita de um primeiro-ministro não estar em regime de exclusividade no exercício da sua função, e arrastar o partido e os portugueses para a lama? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhor Presidente Isaltino Morais, mais do que a lei e o que é legal, o Senhor deveria saber, melhor que ninguém, que os políticos deveriam ter ética e moral. -----

----- Será que não o deixa extraordinariamente perplexo a miserável falta de ética demonstrada pelo primeiro-ministro quando envolve mulher e filhos, jovens em início de carreira e sem rendimentos, num caso claro de aproveitamento da sua função? Os filhos, quando todos sabemos que ser da mulher, ou ser dos filhos é exatamente a mesma coisa que ser dele? Será que não deixa o Presidente da Câmara de Oeiras extraordinariamente perplexo o comentário de Ângelo Correia, um notável e histórico do PSD, quando afirma que o primeiro-ministro está completamente agarrado ao poder e que em circunstâncias normais, num país normal, jamais se poderia candidatar novamente? -----

----- Por fim, Senhor Presidente, deixo-lhe uma sugestão: o Senhor Presidente, por força do seu histórico político e criminal, deveria ser o primeiro a dar o exemplo e a apelar à ética e à moral antes do seu potencial final de carreira. Por tentar terminar a carreira de forma pura e sem mácula seria um favor que faria a si próprio, mas também a Oeiras e aos oeirenses. E, especialmente, no início de mais uma campanha autárquica, aproveitar a sua visibilidade para promover exclusivamente Oeiras em vez de ir defender para a televisão o imperfeito irmão Luís Montenegro.

----- Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), faça favor.”-----

3.12. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Boa tarde a todos. -----

----- Aproveitava esta oportunidade para colocar três preocupações:-----

----- Nas próximas quarenta e oito horas prevê-se precipitação abundante no Concelho de Oeiras e está um dispositivo pré-preparado de barreiras para fazer o desvio de águas particularmente em Algés, e trancar a admissão dessas águas à parte mais baixa. A questão era

quanto tempo é que é preciso e que meios é que estão pré-preparados para fazer essa ação. Porque, de facto, a precipitação é capaz de ser bastante rápida e debaixo da pressão não será, com certeza, uma tarefa fácil, no caso de acontecer aquilo que o IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera) prevê em termos de precipitação. -----

-----A segunda preocupação tem a ver com o acesso às estações de comboio e as escadas rolantes não só em Oeiras, também no Cais do Sodré, mas particularmente em Paço de Arcos. Não funcionam as escadas, saber até que ponto é que a Câmara tem feito, mais uma vez, diligências, porque isto é um problema que já se vem arrastando há bastante tempo, mas que traz consequências muito difíceis para aquelas pessoas que têm mobilidade reduzida, mães com cachopos pequenos, essas situações que todos nós que nos confrontamos com o real, com Oeiras real, não é? -----

-----E a outra questão tem a ver também com o estado em que estão as Finanças de Algés. Portanto, já uma vez levantámos esta questão aqui na Assembleia Municipal, a Câmara fez a informação de que a Direção das Finanças, em Algés, tinha cessado e estava em acumulação com Paço de Arcos, mas agora a situação parece que voltou a estar numa situação de pré-encerramento senão total, pelo menos parcial está a acontecer. Era bom que a Repartição de Finanças de Algés continuasse a pulsar até para benefício da Repartição de Paço de Arcos, porque as cargas depois de atendimento, deixam de estar repartidas e passam a estar concentradas. -----

-----Se for possível fazer uma referência a estas três observações, agradecia. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faça favor.”-----

3.13. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Eu começo o PAOD, no tempo que nos resta, por indicar à Senhora Presidente que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

continuam a chegar relatos de emails que chegam aqui à Assembleia Municipal para conhecimentos dos senhores deputados e não é dado conhecimento. Por exemplo, um último caso de um Múncipe e também da Banda Municipal de Oeiras que fez chegar a esta Assembleia (e a outros meios) um email que até à data, que eu saiba, não chegou aos senhores deputados. Portanto, Senhora Presidente, continua sem dar conhecimento aos grupos políticos do expediente desta Assembleia quando é obrigada por Regimento e pela lei. No intervalo o Grupo Político Evoluir Oeiras irá exercer o seu direito de consulta destes documentos e, junto dos serviços, pedirá acesso ao expediente.-----

----- Depois, relativamente ao Alto da Montanha, foram na semana passada entregues as casas da urbanização, construídas e pagas noventa e cinco por cento pelo PRR num evento de inauguração despesista onde foram gastos mais de quarenta e quatro mil euros num claro investimento de marketing da aliança INOV-PSD/CDS. Por isso perguntar, Senhor Presidente, porquê tanto dinheiro para uma entrega de chaves!? -----

----- Por falar em despesismo, as viagens ao Brasil. Continua o despesismo com mais uma Viagem de Luxo à custa dos Múncipes! Temos esta semana o Senhor Presidente, a diretora municipal e o Senhor Vice-Presidente da Câmara numa viagem de dez dias até ao Brasil noticiada e que vai custar mais de vinte e cinco mil euros. Só a viagem do Senhor Vice-Presidente custou quinze mil euros! Tudo isto para um “roadshow” destinado a “captar investimento” brasileiro de carros voadores e imobiliário. Isto é um abuso de dinheiros públicos em viagens de luxo e enquanto tantos problemas dos múnicipes continuam por resolver. Exige-se transparência, responsabilidade, ética e integridade! -----

----- Finalmente, VLS (Via Longitudinal Sul). Chegaram-nos preocupações dos moradores de Caxias com sondagens a ocorrerem nos terrenos e, por isso, queria questionar: que trabalhos estão a ser realizados, e se já foi efetuado o estudo de impacto ambiental no troço cinco da VLS? Se sim, se a Câmara já tem acesso a esse estudo e, se sim, também requeremos o acesso ao mesmo.

-----Muito obrigada.”-----

3.14. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, a documentação existente no gabinete de apoio à Assembleia Municipal estará à disposição dos senhores, mas, comigo também presente. Portanto, não é no intervalo desta Sessão que vão pedir seja o que for ao gabinete de apoio à Assembleia Municipal. Portanto, poderemos combinar um dia e os senhores vêm dizendo o que pretendem ver, mas não no intervalo desta Sessão. Faça favor.”-----

3.15. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, é para um pedido de esclarecimento: diz ou não o Regimento que a Senhora Presidente e a Mesa têm obrigação de dar conhecimento aos grupos políticos do expediente, de todo o expediente da Assembleia Municipal? E se assim é, perguntar à Senhora Presidente porque é que continua a escolher o que é que envia e o que é que não envia. Tem que enviar tudo. Eu não preciso de ir consultar lá se a Senhora Presidente se comprometer com os deputados, com os líderes, com os grupos políticos de que vai enviar o expediente que deve enviar. Deve, diz a lei.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.”-----

-----Portanto, no Período Antes da Ordem do Dia não haverá mais inscrições, também já têm o vosso tempo esgotado. Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se pretende intervir. Faça favor.”-----

3.16. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Em relação à Senhora Deputada Alexandra Moura (PS), a intervenção que fez, eu quero-lhe dizer que a Câmara está disponível para todos os debates e esclarecimentos a propósito da mobilidade, da mobilidade e do SATUO. Até fiquei surpreendido com as afirmações que fez,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dá a impressão que a Câmara Municipal está a escamotear alguma informação em relação ao SATUO. Não há mais abertura do que essa, estamos todos disponíveis para qualquer diálogo, qualquer conversa. E se quiserem uma apresentação aqui na Assembleia Municipal faz-se, portanto, total abertura para esse efeito. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU. Em relação ao problema da precipitação prevista para a madrugada, julgo que de amanhã, penso que é aquilo que está a anunciar. Sim, mas ao que parece será de quarta, ou é às três da manhã, das duas para a três da manhã para quarta-feira. Naturalmente que a Câmara Municipal e a proteção civil tomaram as medidas preventivas que se impõem nesta matéria. Os recursos, os meios estão naturalmente de prevenção. Algumas medidas que têm a ver com a condução das águas relativamente..., não é a conduta propriamente dita, mas são uma espécie de guias de águas para aqui, para além, num sentido ou noutro. Está tudo a postos e, naturalmente que, no caso de eventualmente haver um transbordo da Ribeira de Algés, julgo que era a isso que se referia, estão de prevenção e serão colocadas todas as comportas na zona de Algés, verificou-se se a bomba de água está a funcionar, está a funcionar e os sistemas de alarme estão todos a funcionar também. Naturalmente que aquilo que nós sabemos é que se realmente houver a coincidência da maré cheia com o pico da chuva torrencial, pode haver transbordo, se não houver essa coincidência não há. Aliás, neste período no ano passado, em período homólogo choveram cinquenta milímetros de água, neste momento já vai em quatrocentos, portanto, já choveu oito vezes mais do que no ano passado no mesmo período. E já choveu muito mais do que choveu em dois mil e vinte e dois quando a Ribeira de Algés transbordou. Portanto, a coincidência da maré com o pico da chuva é que provoca, realmente, o transbordo, embora, como sabem, foi construída uma pequena bacia de retenção. Também estamos com alguma curiosidade, não estamos com vontade, como acontece com algumas televisões que de manhã estão todas ali em Algés para ver se há cheias, não temos essa ansiedade. Mas temos alguma vontade de ver como é que se comporta aquela pequena bacia de retenção que ali foi feita que vai com certeza ter um

contributo positivo no caso de excesso de chuva. Mas o que posso dizer é que todos os meios estão neste momento preparados para todas as eventualidades, designadamente socorro. Como é óbvio, pode haver esse problema.-----

-----Relativamente às escadas rolantes. É uma insistência que a Câmara Municipal faz e, portanto, vamos ver qual é a atualidade disso.-----

-----Relativamente às Finanças de Algés. A Câmara Municipal, como julgo que é sabido por todos, defende a manutenção da Repartição de Finanças em Algés. Houve uma altura em que surgiu a possibilidade de poder sair de Algés e ir para Linda-a-Velha, o que é fundamental é que se mantenha a repartição de finanças aquela zona. Portanto, entendemos que em Algés, em Linda-a-Velha, ou em Miraflores deve haver uma repartição de finanças naquela união de freguesias, e que sirva toda aquela zona do Concelho. Acontece que, como sabem, as decisões do Ministério das Finanças são muito fechadas e, portanto, procuramos saber, mas o Ministério das Finanças nunca sabe nada. E, portanto, vamos continuar a averiguar essa situação.-----

-----Relativamente à Banda Municipal de Oeiras. Surpreendem-me estas perguntas que são feitas sobre a Banda Municipal de Oeiras, porque sabem mais do que eu. A Banda Municipal de Oeiras, o que lhes posso dizer é que é totalmente financiada pela Câmara, por isso se chama “banda municipal”, e naturalmente que a Câmara Municipal tem que acompanhar e coordenar. E, neste momento, está numa fase de reestruturação, porque a dada altura estávamos a verificar que a banda em vez de ser uma Banda Municipal de Oeiras, era uma banda universal. Tinha um músico de Cascais, tinha outro músico de Sintra, outro músico daqui, outro músico de além, e a dada altura eram mais os professores do que os músicos. E, portanto, obviamente que uma situação dessas não podia manter-se e está em fase de reestruturação. Surpreende-me que esse assunto tenha chegado aqui à Assembleia Municipal, porque, neste momento não há nenhum problema. A Câmara Municipal financia a banda, agora está numa fase, como digo, de reestruturação, porque nós queremos que a banda cumpra o seu papel como escola de música, uma escola de música popular,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de formação, e não para quando é preciso fazer um concerto pagar aos músicos daqui de além, uns da banda da Marinha, outros da banda do Exército. Portanto, no momento em que a situação estiver devidamente regularizada, a Assembleia Municipal será devidamente informada. -----

----- Quanto à questão do despesismo. Enfim, realmente, o que é que eu hei de dizer? A Câmara Municipal tem relações internacionais, faz parte de organizações internacionais, neste caso concreto da UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) e, portanto, naturalmente, participa nessas reuniões internacionais, vai a congressos internacionais. Não é pelo facto de a Coligação Evoluir ter uma visão paroquial destas coisas, visão paroquial porque não estão no poder, se estivessem no poder seria um regabofe. Mas, na realidade, não estão no poder e ainda bem e, portanto, pretenderiam que, de facto, nós nos isolássemos. Vejam bem, e não são fascistas, são contra o fascismo, mas o fascismo é que vivia fechado, não queriam, era “orgulhosamente sós”. A vida hoje não é feita assim, a vida hoje, as câmaras municipais têm relações com outros países, com outros municípios, com organizações internacionais e, portanto, é assim que as coisas acontecem, e a Câmara Municipal participa das diferentes organizações internacionais. Aliás, é uma coisa estranha, porque eu diria que não há semana nenhuma que a Câmara Municipal de Oeiras, é que não há mesmo semana nenhuma, que a Câmara Municipal de Oeiras não tenha... Nem sempre vão políticos porque não têm vagar, agora dirigentes, técnicos da Câmara, não há semana nenhuma que não estejam ou na Alemanha, ou na França, ou na Itália, ou na Inglaterra, ou noutro lado qualquer a participar em reuniões internacionais. Faz parte da vida e, portanto, nós não vivemos isolados. De maneira que não deixa de ser estranha esta visão salazarista, porque tem muitas semelhanças. É uma visão salazarista, mas na realidade, não nos condicionam por isso. -----

----- Por outro lado, mais grave ainda, mais grave ainda é comentarem, vejam bem, comentarem negativamente o dinheiro que se gastou na inauguração do Alto da Montanha. Eu acho isto miserável porque, na realidade, o problema deles não é o despesismo. Não são os vinte

e cinco ou trinta mil euros, nem sequer sei quanto é que se gastou, sei que foi uma cerimónia muito bonita, porque eu próprio fui surpreendido, porque, no momento do descerramento da placa, ou antes do descerramento da placa, vinte cantores surgiram à janela do Alto da Montanha, um, depois dois, depois três, depois quatro e por aí fora e tal até aos vinte, e fizeram num espetáculo maravilhoso, emocionante, à altura daquela cerimónia. Sessenta e quatro famílias que receberam a chave. Um investimento de catorze ou quinze milhões de euros. Bem mereciam aquelas famílias, aquela homenagem, aquela festa que se fez. O problema é que a Coligação Evoluir votou sempre contra aquele projeto, votou sempre contra o Alto da Montanha. O problema é que eles não querem habitação, eles querem que as famílias continuem na miséria, eles querem é pobreza, porque é na pobreza que eles se dão bem. Porque pensam que a revolta dos pobres, quanto mais pobres mais revolta. Esta é que é a realidade, não querem habitação pública. Tanto que não querem habitação pública que insistem em que a habitação pública se faça em terrenos urbanos que custam mil e quinhentos, dois mil euros o metro quadrado. Tanto é assim que querem que a habitação pública se faça em prédios degradados, ou casas desocupadas, sendo certo que nem estudam a lição. Quarenta por cento das casas que estão desocupadas, estão a precisar de obras, obras de milhares e milhares de euros. Foram construídas nos anos sessenta e setenta. Saberão que nos vinte anos de sessenta/setenta se construíram mais casas do que nos cinquenta anos seguintes? Sessenta/setenta construíram-se mais casas do que nos cinquenta anos seguintes. O problema é que esta esquerda, esta extrema-esquerda é contra a habitação pública. Não querem que se resolva o problema das famílias pobres. Não querem que se resolva o problema da classe média. Ora, ali foram sessenta e quatro, mais sessenta e quatro famílias que nós retirámos daquilo que podia ser o caminho para a pobreza. Porque tendo ordenados baixos, estavam a suportar muitas delas, sessenta/setenta por cento do seu salário para a renda de casa, e agora ficam no máximo com trinta e cinco por cento. É assim que nós resolvemos os problemas das famílias. E depois vem esta extrema-esquerda miserável lamentar que se faça um gasto de trinta mil euros ou trinta e cinco mil euros numa festa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de entrega das chaves. Senhora Deputada, em cada empreendimento de habitação, vamos fazer essa festa. É uma festa lindíssima e os moradores agradecem. É um momento único na vida de muitas dessas famílias. É um momento único na vida. Muitas famílias dessas pensam, ou já pensavam que nunca teriam uma solução para a sua vida, para a sua privacidade. Por um recomeço de vida e, portanto, ainda bem que a Senhora Deputada põe aqui estas questões, porque na realidade por trás do despesismo o que está é este ódio visceral à resolução dos problemas, à construção da casa pública. Porque por eles não se fazia nenhuma. Até porque para se fazer das que dizem que se fizessem, não era possível fazê-las. E neste caso concreto, o Alto da Montanha, o Evoluir votou sempre contra. Ainda na última reunião, até na entrega das famílias...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --

----- “Estou a dizer, votou sempre contra, sempre contra. Uma coisa é o regulamento da entrega das casas, tudo o que tem a ver com a construção daquele edifício, quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara, mas na Câmara a Vereadora do Evoluir, indicada pelo Bloco de Esquerda, votou sempre contra. Sempre contra. A Coligação Evoluir, esta extrema-esquerda, não é só esta, a extrema-esquerda deste país é contra a habitação pública. Riam-se, riam-se, mas é assim. Realmente são contra e, portanto, vêm para aqui, naturalmente que se sentem mal, porque nesta Câmara nós fazemos habitação pública. Nós construímos habitação pública, e sempre que haja habitação pública, há motivo para festejar. Temos mais catorze festas previstas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Bem, meus senhores...” -----

3.17. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Queria pedir Defesa da Honra, Senhora Presidente. -----

-----Sim, o Senhor Presidente chamou-nos “extrema-esquerda miserável”. Se os senhores deputados não se sentiam ofendidos com isso, eu sinto-me. Eu sinto-me ofendido, chamou-me “extrema-esquerda miserável”, quer dizer, a minha honra está um bocado atacada. Senhora Presidente, se lhe chamar “extrema-esquerda”, ou “extrema-direita miserável”, a Senhora Presidente também se sente ofendida, imagino.” -----

3.18. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, ninguém o ofendeu na sua honra. Desculpe.” -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente “extrema-esquerda miserável?”, quer dizer...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“É uma intervenção, é um comentário.” -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Não, é que eu acho que miserável é vir para aqui dizer mentiras como o Senhor Presidente disse, e gostava de poder defender a minha honra em relação a isso.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Não é verdade...” -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--- -----

-----“É que nós votámos setenta por cento das propostas sobre habitação pública a favor. O Senhor Presidente vem para aqui dizer mentiras e chamar-me “extrema-esquerda miserável”, eu fico ofendido.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Pronto. O Senhor agora é que está..., daqui a pouco o Senhor Presidente pede-me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

defesa da honra, que o Senhor acaba de o chamar mentiroso, não é?”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Disse “é mentira”. Bem, pronto, está a ver? Bem, é melhor ficarmos por aqui. Vamos fazer um intervalo.”-----

3.19. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte:-----

----- “Só uma nota. Ficou a última questão da VLS por responder. Não sei se o Senhor Presidente pode responder, se não tem tempo, peço por requerimento, que seja respondida.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Sobre a VLS. A pergunta que fez sobre a VLS.”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) esclareceu o seguinte:-----

----- “Questionei sobre as sondagens que andam a ser feitas...”-----

3.20. O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “A VLS vai bem. Estamos à espera de dinheiro para fazer a obra.”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

----- “Não foi isso que eu perguntei.”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte:-----

----- “Então o que é que perguntou?”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) respondeu o seguinte:-----

----- “Perguntei que sondagens estão a ser feitas no terreno, se já há estudo de impacto ambiental do troço cinco, se a Câmara já tem o documento. Se não tem...”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Quando houver isso tudo, será apresentado à Assembleia Municipal. Antes de avançar com a obra, tudo isso será presente à Assembleia Municipal. Não peçam aquilo que a

Câmara não tem.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Meus senhores, vamos...”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, era só um minuto...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Faça favor.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

-----“Um roteiro para a gastronomia está aqui. Outro roteiro para a gastronomia. Outro roteiro para a gastronomia. Para não perder tempo, eu vou oferecer estes três exemplares ali à Senhora Deputada da Iniciativa Liberal. E, depois, se houver mais alguns, trarei para os senhores deputados, mas pelo menos virá um novo, porque independentemente da proposta ser rejeitada, merece uma republicação. -----

-----Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, vamos fazer um breve intervalo para recomeçarmos os trabalhos com o Período da Ordem do Dia.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -- -----

-----INTERVALO-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Bem, vamos recomeçar os nossos trabalhos.”-----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta de Recomendação – Melhor Marginal – Melhor Saúde, apresentada pelo Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (os documentos relativos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Ora, isto estive na Comissão, onde foi feita uma ata dos trabalhos dessa Comissão, e, portanto, tem de voltar aqui à Assembleia para votação.-----

----- Eu pergunto se algum dos senhores deputados pretende intervir sobre este ponto? ----

----- Senhora Deputada Fátima Filipe (PS), faz favor. -----

----- Mais alguém pretende intervir sobre este ponto? -----

----- Fátima Filipe (PS), Mónica Albuquerque (EO)... Não há mais intervenções?... João Viegas (IN-OV).-----

----- Faz favor, Senhora Deputada Fátima Filipe (PS).” -----

----- **A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Senhor Presidente e Executivo, senhoras e senhores deputados. -----

----- Vale a pena elencar a intervenção da líder de bancada do Partido Socialista, Alexandra Tavares de Moura, que propôs há um ano, na reunião da Assembleia Municipal de nove de abril, que a proposta de recomendação baixasse à Comissão Permanente de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, para encontrar uma ponte comum entre as diferentes forças políticas, observando como positivos os considerandos da proposta – estimular a atividade física dos oeirenses, salientando que o Plano Local de Saúde de Oeiras identificou os cinco maiores problemas de saúde no território, a saber: ansiedade e depressão, diabetes, dislipidemia, excesso de peso e obesidade. Mais disse que, tendo em conta os fundamentos de saúde que enformam a proposta de recomendação que “a ponte comum pode querer dizer que não tivesse necessariamente que ser na Marginal”. -----

----- Neste sentido, na reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, o Partido Socialista apresentou uma proposta alternativa de colaboração com as freguesias e uniões

de freguesia, com a identificação de espaços de fácil acessibilidade, proximidade e vizinhança fechados ao trânsito, um domingo em cada mês, com animação e atividade física e lazer, com a envolvimento cívica idêntica de fruição e apropriação do espaço público. Fundamentou que a Marginal tem uma condicionante relevante durante o verão devido ao calor e o transtorno associado à época balnear, pelo que a escolha de espaços arborizados a identificar em cada uma das freguesias, cumpriria com vantagem os objetivos elencados na proposta de recomendação. --

-----Esta proposta não teve o acolhimento por parte do Evoluir Oeiras, que se concentrou, na nossa opinião, não na atividade física e de saúde, mas na Marginal. -----

-----Nestes termos, por consenso, foi deliberado solicitar aos serviços da Câmara Municipal de Oeiras o calendário previsto de eventos que obrigam ao fecho do troços e/ou da totalidade da Estrada Nacional Seis (Marginal), considerando-se que o aproveitamento desses eventos, comportaria já os custos associados ao fecho da via, a comunicação à população e a minimização dos transtornos associados à utilização de vias alternativas pelos automobilistas. ---

-----No ofício da Câmara Municipal de quinze de janeiro de dois mil e vinte e cinco, tece considerações não quantificadas, exclusivamente, quanto à possibilidade do corte de trânsito na Marginal, após as treze horas do evento “Mexa-se na Marginal”, que ocorre entre Caxias e Santo Amaro de Oeiras. Esta informação é fundamental para permitir avaliar a adequação do bem maior da proposta de recomendação - a saúde e atividade física - a um evento icónico de Oeiras. -----

-----Aqui chegados, o Partido Socialista considera que não tem informação suficiente que lhe permita avaliar os impactos diretos e indiretos do fecho da Marginal para o conjunto dos onze eventos realizados em dois mil e vinte e quatro, que obrigaram ao fecho total ou parcial da Marginal, nem meios para avaliar os impactos na população de acrescer aos onze eventos anuais, a eventualidade de mais um domingo por mês, nos termos da proposta de recomendação. -----

-----Disse.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Avaliamos hoje a proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Político Evoluir Oeiras: “Melhor Marginal – Melhor Saúde”, que apresentámos nesta Assembleia há cerca de um ano. E eu gostaria de começar precisamente por aí. Por fazer um resumo histórico desta Proposta.

----- A nove de abril de dois mil e vinte e quatro o Grupo Político Evoluir Oeiras apresentou então esta proposta de recomendação referida, e que recomendava a promoção da iniciativa “Marginal sem Carros” com a periodicidade mensal num domingo por cada mês. Recomendava também o estudo de alargar a iniciativa a uma maior duração e ainda a promoção do diálogo com as outras câmaras municipais vizinhas para que esta atividade pudesse ser alargada aos restantes municípios. -----

----- Na ata dessa reunião podemos ver aquilo que se passou entre a discussão dos grupos políticos, nomeadamente o PSD, que fez questões sobre a abertura do Grupo Político Evoluir Oeiras para alterações da proposta. O IN-OV que no início diz que vê com bons olhos a proposta e que seria difícil de dizer que não, mas para logo a seguir referir que teria muitas implicações e que seria difícil. E o PS... bom, a Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) já fez aqui alusão às declarações do PS, de qualquer forma foi, de facto, por iniciativa do PS a sugestão de que a proposta baixasse à Comissão de Desporto, para ser analisada e ser encontrado então um texto consensual que pudesse agradar aos vários grupos políticos, e o Grupo Político Evoluir Oeiras aceitou qualquer dos caminhos propostos: fossem as alterações sugeridas na reunião pelo PSD, ou a baixa à Comissão, a que o IN-OV também não se opôs. E, portanto, nós indicámos na altura, e voltamos a indicar, nós estamos totalmente disponíveis para encontrar aqui um caminho de consenso, de diálogo que permita avançar com as ideias que estão inerentes a esta proposta. -----

-----A proposta foi assim remetida para análise da Comissão, onde estão representados os oito grupos políticos, com o objetivo de assim encontrar um texto consensual. -----

-----A quinze de abril de dois mil e vinte e quatro, no Conselho Municipal de Juventude, divulgámos que tínhamos apresentado esta proposta e que ela aguardava análise na Comissão.---

-----A vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, reúne pela primeira vez esta Comissão e decidem pedir a informação à Câmara Municipal de quantos eventos, e quais, fechariam a Marginal durante o ano, para ver que eventos seriam compatíveis com a nossa proposta.---

-----A dois de julho de dois mil e vinte e quatro, o Grupo Político, na Reunião de Líderes, questiona sobre o ponto de situação desta proposta.-----

-----A três de setembro, voltamos a questionar na Reunião de Líderes.-----

-----A trinta de outubro, reúne novamente a Comissão já com a resposta da Câmara Municipal, e foi consensual que, apesar de termos uma lista de eventos, não se saberia quais dos mesmos seriam compatíveis com a proposta do Grupo Político Evoluir Oeiras, e que texto poderia ser moldado pelos vários grupos políticos, compatíveis com a finalidade de alargar o horário, e as atividades na Marginal dedicadas aos peões e aos ciclistas, etc.-----

-----Foi assim decidido pela Comissão, na sua segunda reunião, pedir mais informação à Câmara Municipal, se haveria então a abertura, ou não, e quais é que poderiam ser esses eventos.

-----A vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e quatro, novamente o Grupo Político questiona o ponto de situação, na Reunião de Líderes, e ainda não havia a segunda resposta da Câmara Municipal. A Senhora Presidente informou na reunião que tinha recebido duas atas do Senhor Deputado Miguel Bugalho do PSD relativas à reunião da Comissão.-----

-----A cinco de fevereiro, voltamos a questionar na Reunião de Líderes e indicamos que não achamos razoável que tendo passado quase um ano a situação ainda não estivesse resolvida. E, portanto, a Presidente ficou de falar com a Senhora Coordenadora da Comissão. O que é de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

espantar, é que nessa altura já tinha até chegado a resposta da Câmara, a segunda resposta que chegou, pelo que soubemos depois, a quinze de janeiro. E, portanto, a Assembleia mais uma vez não deu conhecimento do expediente que recebeu. -----

----- A dez de fevereiro, a Coordenadora da Comissão não agenda mais nenhuma reunião, e indica à Assembleia para enviar a proposta na sua versão original, porque não se justifica mais nenhuma reunião e, portanto, propõe que seja agendada novamente para votação aqui a proposta exatamente inicial. -----

----- E, portanto, resumindo e concluindo, nesta resposta eu queria salientar o seguinte: a resposta da Câmara conclui na sua resposta que o prolongamento do horário do evento “Mexa-se na Marginal”, que atualmente implica o corte de trânsito na Marginal das oito à uma, poderá eventualmente ser equacionado e não dispensa a análise do respetivo impacto financeiro e o aumento de custo. E, portanto, havia sim, uma possibilidade de chegarmos a um acordo. Era necessário que a Comissão reunisse para analisar à luz desta resposta? Era, e não foi. De quem foi a decisão que a Comissão não voltava a reunir? Da Senhora Coordenadora da Comissão, do IN-OV. -----

----- Claramente teria sido possível chegar a um consenso se tivesse havido vontade para o fazer, e não houve, na nossa opinião. E foram os deputados todos impedidos de o fazer. -----

----- Que fique claro, esta decisão foi do IN-OV. -----

----- A segunda resposta da Câmara, e o e-mail da Coordenadora, não foram conhecidos pelos deputados, a não ser durante o agendamento desta reunião, através dos documentos que foram colocados no Salão Nobre. -----

----- Por isso, Senhora Presidente, consideramos no Grupo Político (para terminar porque já estou a passar o tempo) que é um perfeito gasto de dinheiro público e do tempo de todos, para que hoje a proposta, infelizmente, regresse com o seu texto original, sem se ter chegado a um consenso, sem ter sido dada oportunidade aos deputados de discutirem, uma última vez, qual seria

o texto para propor. Claramente não havia vontade num texto de consenso. -----

-----E, portanto, isto foi um caso único, em que uma proposta baixou à Comissão. E a recomendação, do Grupo Político Evoluir Oeiras, é que isto também não se volte a repetir nesta Assembleia... Ainda para mais, quando não temos as atas todas, das reuniões que foram feitas, quando não temos sequer um parecer que legitime o dinheiro público que foi gasto nestas comissões em senhas de presença. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** referiu o seguinte: -----

-----“Boa tarde, Senhora Presidente. -----

----- O bem-estar da população e a qualidade de vida nos centros urbanos são pilares fundamentais para uma sociedade mais saudável e equilibrada. O encerramento temporário da Estrada Marginal em Oeiras, para que os munícipes possam usufruir do espaço ao ar livre, alinha-se com as preocupações do PAN em relação ao bem-estar humano e à promoção do exercício físico. -----

-----Está cientificamente comprovado que a prática regular de exercício físico melhora a saúde física e mental, prevenindo doenças cardiovasculares, reduzindo o stress e promovendo uma maior qualidade de vida. -----

-----O fecho temporário da Marginal permitiria que milhares de pessoas tivessem acesso a um espaço seguro para caminhar, correr, andar de bicicleta, ou simplesmente desfrutar de momentos de lazer. Num mundo cada vez mais acelerado, o contacto com a natureza e a possibilidade de estar ao ar livre são essenciais para combater o stress e a ansiedade. E transformar temporariamente a Marginal num espaço para atividades recreativas ajudaria a criar um ambiente mais harmonioso e saudável para os habitantes de Oeiras e das áreas circundantes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em suma, esta proposta não é apenas uma questão de encerramento de uma via rodoviária, mas sim uma oportunidade para repensarmos a forma como utilizamos os nossos espaços urbanos, colocando a saúde e o bem-estar das pessoas no centro das decisões. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Cumprimentá-la a si, e na sua pessoa à Mesa.-----

----- Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e os restantes vereadores, senhores deputados, o nosso pessoal administrativo, todos os munícipes que nos assistem aqui e lá em casa.

----- Relativamente a esta proposta, e não vou fazer o histórico da mesma porque a Deputada Mónica Albuquerque (EO) já o fez... Aquando da análise desta proposta reparei que, apesar de ter havido duas reuniões desta Comissão e de nos terem, dentro do Grupo do PSD, sido partilhadas duas atas, percebemos que no Salão Nobre só consta a ata do dia trinta de outubro, e não consta a ata do dia vinte e dois. Portanto, a ata da primeira reunião que deu início, dentro da Comissão, ao tratamento desta questão não existe e não é do conhecimento dos deputados.

----- Depois, dizer que o PSD, na pessoa do Deputado Miguel Bugalho, sugeriu que, inclusivamente, esta proposta poderia ser acolhida até numa modalidade de abertura de mais dias durante o ano, não tanto como os propostos pela Coligação Evoluir Oeiras, tendo em atenção, eventualmente, outras manhãs em que, ouvidos os serviços camarários, se pudesse ponderar a hipótese de proceder ao fecho da Marginal, e fazer eventos desta índole.-----

----- Acontece que é a própria Câmara que vem, de facto, abrir aqui uma possibilidade de alguns dos aspetos que vêm trazidos por esta proposta, virem a ser aceites e concretizados. E, efetivamente o PSD não percebe porque é que, tendo esta proposta descido à Comissão, não houve

um relatório, ou um parecer elaborado, que contenha as propostas dos vários grupos políticos, que contenha, de facto, aquilo que foi levado à Câmara na perspetiva dos vários grupos políticos, e a resposta da própria Câmara a essas mesmas propostas, para que, no sentido ou em jeito de conclusão, ser trazida a esta Assembleia aquilo que seria a ideia final, ou a solução encontrada no seguimento desta proposta ter baixado à Comissão, que eu acho que era esse o intuito pelo qual os deputados concordaram no envio desta proposta à Comissão. E, portanto, parece-me que aqui nada de novo aconteceu, esta proposta baixou à Comissão, houve, de facto, a realização de duas reuniões, há uma resposta da Câmara que inclusivamente abre aqui uma possibilidade a que algum destes pressupostos venham a ser admitidos... e a proposta volta a vir a esta reunião exatamente nos mesmos termos em que veio há um ano atrás.-----

-----Portanto, Senhora Presidente, eu acho que o trabalho da Comissão não está finalizado e acho que tem que ser finalizado. Porque, para legitimar e para tirar algum proveito das reuniões que foram feitas, eu acho que este trabalho tem que ser concluído.-----

-----E, portanto, o PSD defende que efetivamente o trabalho ficou a meio e não está concluído, e eu acho que que efetivamente deveria ser concluído.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Eu fico perplexa com a intervenção da Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), até porque é do seu Grupo Político a pessoa que secretariou esta Comissão.-----

-----A Senhora não sabe porque é que há as duas atas? Quer dizer, eu pensei que o seu colega lhe tivesse transmitido... porque é que só está uma ata? Pensei que ele lhe tivesse transmitido isso. Não foi a Senhora que esteve presente nas reuniões desta Comissão e daí o desconhecer o que lá se passou. -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) diz que, “foi dinheiro que se gastou em senhas de presença”, na realidade o que se pretendia eram bastantes mais reuniões. Porque,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tanto quanto me apercebi (porque assisto às reuniões da Comissão) o que se pretendia era, já que esta proposta não estava a ser aceite, fazer-se uma outra proposta, ou quase fazer-se isso. -----

----- A razão por que não foram as duas atas, é porque o Senhor Deputado do Partido Social Democrata entregou uma ata, e depois completou essa ata. E o que me disse foi: “Olhe, esta no fundo é a outra, mas mais completa. Mas pode enviar as duas”, e assim enviei. -----

----- Tudo quanto apareceu relativamente a esta Comissão, tudo foi enviado para os senhores. E foi enviado para a Câmara também, a proposta. E a proposta é a proposta que foi presente nesta Assembleia. Foi essa proposta que foi avaliada na Comissão, não outra, foi esta proposta. Foi sobre esta proposta que a Câmara se pronunciou. E está aqui o parecer da Câmara. Portanto, é esta proposta que nós estamos a apreciar, não outra qualquer que eventualmente pudesse aparecer, é esta proposta que aqui está que foi entregue no dia nove de abril de dois mil e vinte e quatro. Foi sobre isto que Comissão se pronunciou em duas reuniões. E foi isto que foi enviado para a Câmara, e que a Câmara respondeu. Perante a resposta da Câmara (e foi dito) vinha novamente à Assembleia para Assembleia se pronunciar. -----

----- Portanto, tenho aqui inscrito ... a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) pretende usar da palavra novamente? É que eu tenho mais inscrições. Faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu não compreendo a sua perplexidade. E queria que a Senhora me dissesse se efetivamente foram realizadas duas reuniões. Porque efetivamente cada reunião teve uma ata, e cada ata dessa reunião foi elaborada por pessoas diferentes. E, portanto, parto do princípio que ainda que a ata elaborada pelo membro do PSD tenha sido posteriormente corrigida, efetivamente existem duas atas. E, portanto, se a ata posteriormente foi corrigida, ou não foi corrigida, houve duas reuniões e das duas reuniões, de cada uma delas, resultaram duas atas. E, portanto, para os deputados terem conhecimento daquilo que se passou em cada reunião, as atas deveriam ter chegado ao conhecimento dos deputados. E não é isso que acontece, no Salão Nobre

aparece apenas uma ata. E, aquilo que a Senhora Presidente chama de “parecer da Câmara Municipal”, não é um parecer, é uma informação. E, portanto, aquilo tal como a Senhora Presidente sabe, e eu também sei, porque a Senhora Presidente está sempre presente nas comissões, aquilo que nas comissões costuma fazer é um apanhado de toda a informação, das entidades que nós ouvimos, e da posição ou técnica, ou política dos vários representantes das forças políticas, que consideramos pertinente trazer ao plenário. Neste caso isso não existiu. -----

-----Portanto, admira-me que a Senhora fique perplexa perante estes dados. Mas Senhora Presidente, eu acho que isto de perplexidade não tem nada. Isto é o costume, isto é aquilo que se costuma fazer nas comissões. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, colegas deputados, funcionários aqui da Assembleia Municipal. ---

-----Para começar, eu acho que nós estamos aqui a falar de uma proposta que eu posso considerar como “nado-morto”. É um nado-morto, porque desde a primeira hora que nós, no dia nove de abril quando estávamos a discutir essa proposta, eu sempre critiquei a forma da elaboração das propostas de recomendação, porque eu acho que a proposta de recomendação deveria...” ----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O **Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:- -----

-----“... Não fiz nenhuma, porque nunca ia fazer uma proposta de recomendação da forma como vossa Excelência costuma apresentar a proposta de recomendação. Porque se nós estamos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fazer uma proposta de recomendação, em primeiro lugar, antes de partir com alguma arrogância, antes de partir não respeitando a lealdade, a solidariedade institucional entre os órgãos municipais, deveríamos consultar os serviços, deveríamos consultar os trabalhos que estão a ser desenvolvidos nessas áreas. Só depois... mas isto é o princípio da boa educação, o princípio de trabalho em solidariedade... só depois é que nós deveríamos fazer uma proposta rica com as fundamentações todas, para depois recomendar ao órgão competente para executar. Quando isso não acontece, estamos aqui a falar de uma situação que ultrapassa todos os níveis de boa convivência entre os órgãos locais. -----

----- Aqui revela mais uma coisa, Senhor Deputada Mónica Albuquerque (EO), arrogância do vosso lado, arrogância política. E nós aqui deste lado... Aquilo que eu tenho para dizer é tão simples quanto isto: porque é que considero essa proposta como um “nado-morto”? Essa proposta é um “nado-morto”, porque eu... eu não estou aqui há dois dias nem há três dias...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- Não, não parece, porque quem está aqui a acompanhar as minhas intervenções relativamente à proposta de recomendação, sabe perfeitamente que desde o primeiro dia sempre votei contra as propostas de recomendação, porque eu não me identifico na forma como as propostas são apresentadas, nas metodologias das propostas de recomendação, porque eu acho que, em primeiro lugar, se nós estamos a recomendar alguma ação temos que consultar para saber em que ponto é que está a ação a ser desenvolvida no Município, só depois daí é que nós podemos ter autoridade para recomendar, caso contrário estamos a recomendar sem conhecer. E peço desculpa estar a dizer isso, nós temos a nossa colega Deputada que é Presidente da Comissão, que terá assim melhores condições para fazer a exposição desta matéria. Mas eu quis pedir a palavra

para deixar isto com esta clareza.-----

-----Por isso, mais uma vez digo e reafirmo: eu acho que é muito importante, e eu aqui trato todas as pessoas com elegância, se posso assim dizer, com cordialidade, com respeito, e eu acho que é esse respeito que nós temos de ter com todos os órgãos municipais. Nós somos Deputados Municipais, temos que respeitar e temos que recomendar as nossas recomendações... Todos nós apreciamos aqui as propostas que vêm da Câmara, e nós sabemos como é que são elaboradas as propostas que vêm da Câmara. As propostas quando vêm da Câmara, podemos ver: a introdução, a análise e depois a proposta. Nós estamos aqui a ver uma proposta que nós nem sabemos o que é que nós estamos a apreciar. Uma proposta que depois eu, como Deputado Municipal, vou-me vincular a essa proposta para dizer que nós aqui aprovamos essa proposta. -----

-----Por isso, aquilo que eu peço é que todos nós vamos reaperfeiçoar a nossa formação na elaboração das propostas condignamente, que eu posso como Deputado Municipal olhar para a proposta e dizer que me revejo nesta proposta.-----

-----E fico por aqui.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV), faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

-----“Boa tarde a todos mais uma vez. -----

-----Bom, eu sou a Coordenadora da Comissão que fez duas reuniões e cujo teor, a súmula daquilo das reuniões está plasmada completamente na ata, o que cada um dos partidos que aqui está representado e movimentos considera sobre a atividade apresentada – primeiro ponto. -----

-----Segundo ponto – eu penso que os coordenadores das comissões não são órgãos unipessoais, acho eu. Portanto, quando há uma decisão ou um parecer, há liberdade para que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

qualquer um dos membros da Comissão diga: “alto lá, está na hora de se poder fazer aqui qualquer coisa”.-----

----- Ora, quando apareceu a decisão, no dia cinco do onze, do parecer da Câmara, foi divulgado para todos os membros atempadamente (eu acho que até foi quase no mesmo dia). E nunca recebemos da parte de ninguém, eu nunca recebi da parte de nenhum dos meus membros, a dizer: “vamos reunir, porque achamos pertinente haver uma alteração da proposta” ... Estamos a falar de um grupo que sempre esteve aberto a alterações, para atas, para isto, para aquilo... nunca houve problemas. Portanto, se havia necessidade de fazer uma alteração da proposta, e a proposta era muito simples, só podia ser esta que está aqui e está bem caracterizada, o “Mexa-se na Marginal”, que é das oito às onze. Mas para isso tínhamos de equacionar as despesas de impacto financeiro que é feito com a logística diversa, com o entretenimento e com o policiamento. Portanto, também só havia esta que nós podíamos considerar, porque as outras estavam postas de parte.-----

----- Mas a mim não chegou nada, e como não me chegou nada e eu não sou um órgão unipessoal, eu achei que estava na altura.-----

----- Quando a Senhora Presidente me perguntou eu disse: “Ninguém me disse nada, avancemos”. Se eu errei, foi inexperiência.-----

----- Agora, ambas as atas têm espelhado muito bem qual é o posicionamento de cada uma das forças políticas, tanto a ata feita pelo Deputado David (EO), que está muito completa, assim como do Deputado Miguel Bugalho (PSD).-----

----- Não vejo em lado nenhum, excetuando o Evoluir Oeiras, mas que mesmo assim a dado passo também já considerava que podíamos fazer uma aproximação, e não ser realmente todos os meses... mas não há assim, uma tendência muito grande para que todos os meses pudessem fazer atividades dessas, nem está aqui plasmado em nenhuma das atas.-----

----- Aquilo que eu digo é que as comissões têm um coordenador, e o coordenador não é

um órgão unipessoal. Portanto, se trabalhamos em Democracia, quem estava e quem cria, tinha-se proposto e tinha dito: “Está na hora de reunir. Fátima marca uma reunião para a gente apresentar uma proposta”. -----

-----Disse.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Eu começo por dizer que quem está perplexa, não só com aquilo que foi a sua intervenção, mas também com a intervenção da Senhora Coordenadora, neste momento sou eu. -

-----O artigo sessenta e cinco do Regimento, que a Senhora Coordenadora com certeza já deve ter lido, diz no seu ponto cinco que: “em todas as reuniões são lavradas atas”. Portanto, a Senhora Coordenadora, como responsável pela coordenação dos trabalhos, devia ter garantido que as atas fossem lavradas. Não era preciso que ninguém a chamasse a atenção para isso, Senhora Coordenadora, porque essa responsabilidade é sua, e foi por isso que aceitou o lugar. -----

-----Dizer-lhe ainda...” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“... Não terminei, não me interrompa que eu também não a interrompi. -----

-----Dizer ainda à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que também diz no artigo sessenta e cinco que: “Compete ao Presidente da Assembleia Municipal convocar, e que a Mesa tem assente em todas as reuniões”.-----

-----Portanto, a Senhora Presidente tem uma quota-parte quer queira, quer não queira, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

responsabilidade como o processo é gerido. -----

----- E se a Senhora Coordenadora não tivesse dito três ou quatro vezes a alarvidade que disse, dizendo que não é um órgão unipessoal, mas assumindo ter sido um órgão unipessoal no e-mail que lhe remete a si, dizendo que: “depois de ter obtido a resposta, que considera que não se justifica mais nenhuma reunião”, não venha agora atirar a responsabilidade para cima dos outros partidos. Porque a Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV) escreveu, no dia dez de fevereiro, a dizer que não se justificava mais nenhuma reunião. Para isto não se lembrou que, afinal, não era um órgão unipessoal. Mas para chegar aqui à Assembleia Municipal e fazer este jogo populista que acabou de fazer, acusando todos os outros de que não tomaram as suas responsabilidades isso a Senhora Coordenadora já conseguiu fazer.-----

----- E digo-lhe mais, a ata tem um parágrafo fantástico, é o segundo, diz: “A Presidente da Assembleia Municipal indicou que a proposta apresentada na Assembleia Municipal iria ser novamente votada...”. Portanto, na verdade, tal como disse a Senhora Deputada Fátima Filipe (PS), não houve nunca intenção de concluirmos, ou de termos um texto comum. Esse esforço não foi feito, e essa responsabilidade é sua, porque tem assento e convoca as reuniões e conduz os trabalhos, e é da Senhora Coordenadora que coordenou os trabalhos e também não assegurou que a Comissão fizesse o trabalho que lhe era devido. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse:-----

----- “Senhora Deputada, eu disse, e diria hoje outra vez, que esta proposta iria ser novamente votada na Assembleia...”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- ... exatamente... porque o que baixou à Comissão foi uma proposta, a Comissão

avaliava esta proposta, e seria novamente votada nesta Assembleia. -----

-----Eu vou dar a palavra à pessoa que está inscrita. -----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Senhora Presidente, o objetivo de a proposta ter descido à Comissão era efetivamente encontrar um texto comum. -----

-----Foram feitas realmente duas reuniões, onde toda a gente se manifestou bastante aberta a esse texto comum, onde foram postas considerações à Câmara... Portanto, o que era expectável era que depois houvesse realmente uma reunião para chegarmos... depois das respostas que a Câmara nos enviou, chegarmos a um texto comum.-----

-----Ora bem, o que acontece aqui é que voltámos à estaca zero. Não há texto comum nenhum e temos o texto original novamente a votar.-----

-----Nós já tínhamos percebido que este texto tem lacunas, ou tem questões que nem todos os grupos estão de acordo, mas que estavam de acordo em arranjar um texto comum. -----

-----Ao não haver a última reunião, a última reunião depois de recebidas as respostas da Câmara, no fundo inviabilizou o texto comum, ou o potencial texto comum.-----

-----Nesse sentido para nós, Iniciativa Liberal, é difícil votar de forma favorável a proposta apresentada.-----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Caros deputados, mais uma vez estamos aqui a discutir questões de forma e não de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

substância. -----

----- Eu acho que quem nos está a ouvir até nem sabe muito bem, nem percebe o que é que estamos a discutir (não me levem a mal, é a minha perceção, e agora “perceção” é uma palavra que está muito na moda).-----

----- Em política, há ideias boas, e há ideias más, que podem ser velhas ou novas. Infelizmente, da parte do Evoluir Oeiras, as ideias novas são más, e as ideias boas são velhas, por norma, é uma equação que a Vossas Excelências se diz. E mais, eu estou preocupado, porque vocês começam a plagiar e a copiar o programa eleitoral do IN-OV. É iniciativa, atrás de iniciativa.

----- Senhores deputados, o “Mexa-se na Marginal”, não levem a mal, é do tempo do “Matusalém”, é um bocadinho antigo. Se calhar, o Senhor Deputado estava na primária, não sei, e já havia o “Mexa-se na Marginal”. -----

----- E, ainda a substância política, que é isso que a mim me interessa aqui discutir. -----

----- O “Mexa-se na Marginal”, não é só para promover o desporto. Não é só para promover a qualidade de vida.... Há um aspeto muito importante, que o nosso Presidente de Câmara já referiu (porque o Doutor Isaltino pensa estas coisas a trinta anos) que é devolver o rio e o mar ao cidadão. E eu estou convencido, apesar da história, vetusta e importante da Estrada Marginal, que foi feita pelo Engenheiro Duarte Pacheco no Estado Novo, é uma estrada panorâmica, que haverá o dia (eu sonho com esse dia) em que não haverá nenhum carro na Marginal em hora alguma, ou em grande parte dela. Esse é o caminho do futuro, não tenho dúvidas. -----

----- Agora, Vossas Excelências usam uma tática política de caça ao voto que é desonesta, que é: primeiro pegam nas nossas ideias e, em vez de as elogiarem não elogiam. Depois levam-nas ao extremo. Quem vê isto parece que só há qualidade de vida se houver “Mexa-te na Marginal”, não é verdade. Parece que só há a Marginal para fazer estes eventos, não é verdade... Senhor Deputado, você que gosta de descobrir a pólvora, proponha qualquer coisa para a Fábrica da Pólvora. Olhe, para o Parque dos Poetas, Vossa Excelência gosta tanto de poesia e tanto de

sarcasmo... também se pode fazer exercício... olhe, aulas de pilates, por exemplo, dou uma sugestão.-----

-----Portanto, Senhor Deputado, vocês são extremistas. Senão vejamos ainda a questão: para além de ser do tempo do “Matusalém” ... e há aqui outro aspeto, vocês vão ter que fazer três ou quatro programas eleitorais, porque já não é primeira, nem a segunda, nem a terceira... vocês não querem só.... querem mandar em Cascais, e querem mandar em Lisboa.... Estão a querer propor fazer uma proposta de recomendação que afeta outros concelhos, o que é algo perfeitamente descabido. É a questão das competências. -----

-----A Marginal é gerida, tutelada pela Infraestruturas de Portugal, portanto, a Câmara tem que ter alguma parcimónia no seu uso... é uma estrada nacional, é a Estrada Nacional Número Seis. -----

-----Nós não podemos com leviandade, como se isto fosse uma associação de estudantes: “É pá isto resulta, isto é “nice”, vamos abrir o dia todo...”, não é assim, é uma via estruturante, tem um impacto no trânsito e é preciso articular primeiro com as Infraestruturas de Portugal, depois com a Polícia de Segurança Pública... Portanto, até há aqui conflitos de interesse.-----

-----Há ainda uma questão da eficiência energética e da sustentabilidade destes eventos que exigem um planeamento cuidadoso dos recursos... E depois, Senhores Deputados, a Marginal não fecha só para o “Mexeste na Marginal”. A Marginal fecha para diversos eventos desportivos, para diversos acontecimentos, e nós não podemos... isto tem que ser usado com parcimónia.-----

-----E, portanto, independentemente aqui da questão da ata, e da não ata, há uma coisinha que é clara: cada vez mais o Evoluir está próximo do IN-OV nas propostas, em muitas propostas. Cada vez mais as propostas que vêm do Evoluir aqui a esta Assembleia vêm enaltecer o trabalho que está a ser feito por este Presidente de Câmara. Porque isto aqui, isto que os Senhores apresentam, é acima de tudo um louvor e a apologia do “Mexeste na Marginal”, e que foi aquele homem que criou, como lhe digo, já há muitas décadas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, Senhores Deputados, se querem ganhar votos assim... olhe, não sei por onde vão, mas não vão por aí.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** fez a seguinte **Interpelação à Mesa**: ----

----- “Senhora Presidente, é para uma Interpelação à Mesa, sobre a questão de forma.-----

----- Eu não estive na reunião, apenas estou aqui a apurar a situação, e parece-me, na minha opinião, que estamos aqui perante um problema de fundo. E porquê? Há uma comissão a quem foi dado o encargo de analisar e, depois ao longo do seu trabalho ter conclusões. -----

----- Nessa comissão, estavam representados todos os partidos políticos, nomeadamente o Grupo que hoje apresenta nesta Sessão, esta proposta...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “... sim, está bem, mas a proposta está a ser agora...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “.... pronto.... -----

----- Ora bem, o problema é este: se nós olharmos para o Regimento, e penso que é... nem precisávamos quase de olhar, a partir do momento em que está constituída uma comissão que reúne, ela tem que apresentar um relatório. Basta olhar para o artigo sessenta e cinco, número seis, que eu tenho aqui do Regimento, para se perceber que é assim. Senão a Comissão pergunta-se a

seguir: “Amanhã vem aqui uma inspeção do Tribunal de Contas, e pergunta a que título é que foram pagos determinados valores.”, não há a conclusão de um trabalho. A conclusão de trabalho tem que haver. -----

-----E, portanto, esta comissão, como todas as outras, deveria produzir um relatório. Relatório esse que depois então viria à Assembleia, como vêm todos os relatórios das comissões.

----- Ora bem, o que eu vejo aqui é que essa comissão não concluiu os seus trabalhos, porque não apresenta qualquer relatório. E, pelo contrário, vemos um dos grupos políticos presente nessa comissão a vir de modo próprio apresentar a sua proposta.”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Então, desculpe lá. Era esse o esclarecimento... Eu estou a ler aqui: “esta proposta é apresentada pelos Deputados Municipais do Grupo Político Evoluir Oeiras...””-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** questionou o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, como proponente da proposta, posso fazer um pedido de esclarecimento?”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

-----“Desculpe, não. Também posso esclarecer. -----

-----A proposta foi apresentada pelo Grupo Político Evoluir Oeiras. -----

-----Foi essa proposta que foi para a Comissão...”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ----

-----“Em abril de dois mil e vinte e quatro.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“... Isso não importa... foi essa proposta que foi para a Comissão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Foi debatida em duas reuniões. Foi acordado que a ata dessa Comissão, dessas reuniões, seria a conclusão da Comissão. Portanto, os trabalhos da Comissão estão espelhados na ata que foi feita...”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “... Não tem relatório... tem essa ata que foi considerada, digamos assim, o parecer da Comissão.-----

----- Acontece que...”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) perguntou o seguinte: -----

----- “Isto que nós estamos aqui a votar, ou a discutir e a votar, é uma recomendação do Grupo Político Evoluir Oeiras, ou é uma proposta, ou relatório dessa Comissão?” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

----- “É a proposta do Grupo Político Evoluir Oeiras que baixou a uma Comissão, nessa Comissão foram feitas diversas sugestões. Foi enviada para a Câmara Municipal para ver a possibilidade de... uma das propostas era que houvesse uma abertura de um prolongamento. E foi a resposta da Câmara, mediante a resposta que a Câmara deu, e que aqui está também, portanto, foi assumido pela Senhora Coordenadora, e por mim própria, que a proposta voltaria a esta Assembleia para ser votada. Porque a Comissão não dá um parecer político, nem faz votação. Portanto, as propostas que foram feitas, foram enviadas para a Câmara, e a resposta da Câmara é clara, também está aqui, e não se poderia considerar de momento o alargamento do horário. Daí que voltou a proposta que tinha sido feita.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, o PSD requer nos termos do artigo quarenta, número três, alínea d), interrupção dos trabalhos por um determinado período de tempo.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“A interrupção dos trabalhos?”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ----

-----“Senhora Presidente, eu já tinha pedido um Pedido de Esclarecimento, se faz favor, antes de fazermos a interrupção.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“E o Senhor Deputado António Moita (IN-OV), também já pediu para usar da palavra.”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** questionou o seguinte: -----

-----“Pedi o quê?”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, a pedido do Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) que pede uma interrupção.... quantos minutos? Cinco minutos... Portanto, os trabalhos estão interrompidos por cinco minutos.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos por cinco minutos.**-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Bem, vamos recomeçar os nossos trabalhos.”-----

-----Portanto, já há vários grupos políticos que têm o seu tempo esgotado. O Senhor Deputado do Partido Social Democrata também já esgotou o seu tempo. Dou-lhe um minuto...”

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, é só para colocar à proponente uma sugestão, visto que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aparentemente estarão todos de acordo com aquilo que aqui está. E a nossa sugestão era a seguinte, se ela estiver de acordo: em relação ao ponto dois – seria para desaparecer, a não ser mantendo apenas “a parte da manhã” que já é aquilo que agora acontece. E em relação ao ponto um – era para desaparecer a “periodicidade mensal”, porque estamos sempre dependentes daquilo que é a decisão do Instituto das Estradas de Portugal. E, portanto, era deixar cair a periodicidade, sempre com a periodicidade ajustada, sempre que possível, é uma questão de redação.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “... “Estude alargar a iniciativa...”” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte: -----

----- “Não. Onde diz: “promove a iniciativa...”” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “...Ponto dois.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte: -----

----- “Não. O número dois era para desaparecer porque mantinha “só de manhã”, que é aquilo que o PSD não está de acordo em manter isto aberto à tarde, só de manhã como tem vindo a acontecer até agora. -----

----- E se assim for, poderemos olhar para isto com um espírito positivo, que aliás era aquele que parece que estaria presente no espírito desta Comissão.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. questionou o seguinte: -----

----- “E o ponto um?” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) respondeu o seguinte: -----

----- “O ponto um desaparecia “a periodicidade mensal...”” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Sem “a periodicidade mensal”.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte: -----

-----“Exatamente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“Portanto, “com uma periodicidade mensal” (deverá querer dizer “sem uma periodicidade mensal”) Portanto desaparecia o ponto um.... Então é o que existe... Oh Senhor Deputado, é o que existe, é o que existe neste momento...” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** referiu o seguinte: -----

-----“Então é uma proposta inócua... Ou então era baixar à Comissão, e chegar onde se pretendia.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado o que existe neste momento... Meus senhores... o que existe neste momento é precisamente a proposta que o Senhor está a fazer. Não há razão nenhuma para ir para a Comissão uma coisa que existe. O que acontece na Marginal é isso mesmo. As propostas que são feitas que é: “que exista a Marginal sem carros com a periodicidade mensal, num domingo de cada mês...”, e, depois a Câmara diz que, durante um ano, houve dez ou onze fechos da Marginal... Portanto já vê: há dozes meses no ano, houve onze em que fechou a Marginal, praticamente foi um por mês. Portanto, queremos fechar mais do que um por mês?...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“Enão esta moção, esta recomendação, não deve... Senhor Deputado António Moita (IN-OV), quer fazer uma Interpelação à Mesa? Faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte **Interpelação à Mesa**:

-----“Senhora Presidente, para interpelar a Mesa sobre o que se está aqui a verificar, e que do meu ponto de vista, vai contra tudo aquilo que eu pensava ser possível. -----

-----A questão é esta: estamos a discutir, ou por outra já não temos tempo sequer para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

discutir... há aqui três grupos políticos que já não têm tempo para discutir... falam da forma, mas o conteúdo nada, e já não há tempo para isso... A questão que eu coloco é esta: se a Senhora Presidente colocou na Ordem do Dia a proposta de recomendação que aqui temos, é porque entendeu, assim como a conferência de representantes, que havia as condições para isso. A pergunta que eu lhe coloco é se, de facto, tem condições para isso, então faz-se a apreciação e depois a seguir vota-se como está, porque as alterações a acontecerem, já deveriam ter acontecido na reunião da Comissão...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o faz com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Eu peço desculpa, agora estou eu a colocar a questão.... Senhora Presidente...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “...exatamente. Então deixe-me só chegar ao fim. Posso chegar ao fim?-----

----- Se a Senhora Presidente entende o contrário, que a proposta não está em condições de ser apreciada, pronto, então volta-se para a Comissão, ou a coisa fica por aqui, não há novo agendamento. E, portanto, a pergunta que eu lhe faço, e a Interpelação à Mesa é, se a Senhora Presidente entende que, a proposta tal como está, está em condições de ser apreciada por esta Câmara? E se assim for, eu peço que essa apreciação possa ser feita. -----

----- **Muito obrigado.**”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, quando agendei esta proposta como está agendada, foi porque

considerarei que ela estava em condições de ser votada. -----

-----Aqui, nesta Assembleia, baixou a uma Comissão, houve duas reuniões da Comissão, nós não fazemos reuniões, ou pelo menos com a minha anuência, por fazer. Portanto, foram feitas duas reuniões, foi posta a questão à Câmara, a Câmara respondeu. Considerei que estava esgotado o assunto e, de acordo com a Senhora Coordenadora da Comissão que também considerou como tal, veio de novo para esta Assembleia para ser votada tal e qual como aqui está, com o parecer da resposta da informação da Câmara e com a ata que transcreve aquilo que foi debatido na reunião.

-----Portanto, os senhores podem fazer as intervenções que entenderem, desde que não esgotem o vosso tempo de intervenção. -----

-----Esta proposta vai ser posta à votação tal e qual como está. Mas gostaria de ouvir o Senhor Presidente da Câmara, que já me fez sinal que queria intervir...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“Atenção...” -----

-----O Evoluir Oeiras já não tem tempo de intervenção...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“Senhora Deputada, não arranje maneira...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ----

-----“Eu pedi um pedido de Esclarecimento à Mesa. -----

-----Os outros grupos políticos fazem Pontos de Ordem, pontos de não sei o quê, e é lhes dada a palavra. No nosso caso, somos os proponentes da proposta, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Sim Senhora, estão esclarecidos.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio dizendo o seguinte: ----

----- “Não estamos esclarecidos.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Então se não estão, paciência.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Não estamos. Por isso é que estou a fazer um pedido de esclarecimento, senão não estava esclarecida...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Não... Eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado da CDU, que pediu a palavra, o Senhor Deputado João Rafael Santos...”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio dizendo o seguinte: ----

----- “Senhora Presidente, ao abrigo do Regimento, eu tinha pedido para exercer o meu direito de um pedido de esclarecimento. E, portanto, gostaria de saber porque é que a Senhora Presidente não me passa a palavra, quando eu já a tinha pedido antes do Senhor Deputado da CDU.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Olhe, a Senhora já está a falar e eu não lhe vou passar a palavra...” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio dizendo o seguinte: ----

----- “Sim, mas não coloquei a minha questão.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “Eu vou passar a palavra ao Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), terminamos.

----- Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito boa tarde.-----

-----Os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, a todos os presentes.-----

-----Eu gostaria de focar-me, de facto, mais no conteúdo do que na forma, e faria uma proposta muito simples caso os proponentes estejam de acordo. Observando toda a discussão que aqui apareceu, a sugestão é muito simples, é alterar a proposta neste sentido: eliminar o um, o dois e o três e simplificar. Apresentar a proposta nestes termos: “que se delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que estude alargar a iniciativa “Marginal Sem Carros” a outros períodos ao longo do ano, tendo em consideração as condicionantes e limitações logísticas relativas à sua operacionalização”.-----

-----Era apenas isto. -----

----- Muito obrigado.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:** -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Senhoras e senhores deputados. -----

-----Eu diria, com toda a perplexidade, “haja bom senso”. E é o que eu vejo que falta muito nesta Assembleia. -----

-----Vamos lá ver. A Câmara Municipal ao longo dos anos, tem vindo a alargar as atividades na Marginal. Com atividades como o “Mexa-se na Marginal”, a “Marginal Sem Carros”, a “Marginal à Noite”, é o “Dia Europeu Sem Carros” ... é uma quantidade de atividades que são lá feitas sempre que a Câmara Municipal pode.-----

-----E, nessas atividades que a Câmara desenvolve, naturalmente que o objetivo é ir ocupando a Marginal. Não apenas, vamos lá ver, por questões de atividade física... não faltam locais em Oeiras onde fazer atividade física, não há obesos em Oeiras, pelo facto de não terem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

onde fazer atividade física... aliás, o passeio marítimo é um espaço fabuloso para atividade física, o Parque dos Poetas a mesma coisa. Corridas? Todos os fins de semana há corridas neste Concelho. Oeiras, não sei se sabem, é o Município em Portugal onde há mais atletas em termos de atletismo. E, portanto, há corridas com centenas, milhares de pessoas a correr todos os dias. E, portanto, a Câmara Municipal desenvolve essa atividade na Marginal. Ora, mas dá-se a circunstância que a Marginal é da tutela do Estado, das Infraestruturas de Portugal. A Câmara Municipal tem vindo a negociar com o Estado a possibilidade da transferência de gestão para o Município, para a esfera do Município. -----

----- Considerando as atividades que a Câmara já faz na Marginal, o aparecimento de propostas como estas são absolutamente oportunistas. E a mim o que me surpreende é como é que os grupos políticos ainda caem nesta armadilha. Esta proposta não faz sentido nenhum, só pode ser rejeitada. Mas quer dizer, agora é um grupo político da Assembleia Municipal que se vem substituir à Câmara, determinando que vai abrir assim e assado..., mas o que é isto? Mas isto é da competência da Assembleia Municipal? Uma recomendação desta natureza? Sobre um património que não é da Câmara Municipal? Uma atividade que já está a ser feita pela Câmara.... Isto é o que se chama “oportunistismo político habitual da Coligação Evoluir Oeiras”, e nós todos os dias lhes estamos a dar essa importância. -----

----- Se aparecesse uma recomendação que dissesse assim: “A Câmara Municipal...”, e reparem no tempo que estamos aqui a perder... e as comissões, e por aí fora... se disséssemos assim: “O Município, ou a Câmara Municipal, já utiliza a Marginal esporadicamente, uma vez por mês para a realização de determinadas atividades. Recomendamos à Câmara Municipal que faça um esforço junto das Infraestruturas de Portugal, para poder libertar mais vezes a Marginal.” Isto é o que era correto, porque não é a Câmara Municipal que decide isso, é as Infraestruturas de Portugal. E, portanto, recomendar à Câmara que junto das Infraestruturas de Portugal fizessem esse esforço. Curiosamente nunca saiu desta Assembleia Municipal, e isso sim era uma proposta

estruturante, e não oportunística, era sair desta Assembleia Municipal uma proposta, isso sim tinha peso, de recomendação para as Infraestruturas de Portugal, para o Ministério das... Porque as recomendações não são só para a Câmara. Uma proposta de recomendação, que até podia ser aprovada pela Assembleia Municipal, mas dirigida diretamente ao Ministério das Infraestruturas, para que rapidamente desencadeie o processo da transferência da Marginal para a esfera do Município. Isso sim. -----

-----E aí, não como diz o Senhor Deputado Viegas (IN-OV), a Marginal ficar toda ela sem trânsito, um bulevar, um passeio, mas na realidade, quero-vos dizer que há estudos da Câmara Municipal no sentido de criar apenas um sentido para cada lado, e alargar os passeios e criar ciclovia. --- -----

-----Portanto, é óbvio que se a Marginal vier à posse da Câmara, é isso que vai acontecer.

-----Portanto, uma proposta dessa natureza, dizer que a Câmara Municipal faça x vezes por mês, não sei o quê, tal, tal, tal... tenham paciência, isto é puro oportunismo, porque a Câmara Municipal já faz aquilo que pode lá fazer, em articulação... só falta dizer qual é a atividade que se deve lá fazer... Isto é querer governar, sem ganhar as eleições. Dizer à Câmara Municipal o que vai fazer? Vamos lá ver se nos entendemos. -----

-----Portanto, sinceramente isto é que é perplexo, é falta de bom senso. Estamos aqui há horas a discutir isto, quando esta proposta nem sequer devia vir aqui, devia ser pura e simplesmente rejeitado logo no início quando começou a ser discutida a questão. -----

-----E, portanto, eu não vejo outra solução senão a proposta, tal qual está, ser rejeitada. E, naturalmente, se houver bom senso pode ser apresentada uma proposta de recomendação, mas no sentido que eu aqui referi: insistir junto das Infraestruturas de Portugal, para... Agora, até dá a impressão que se recomenda à Câmara Municipal e que o assunto fica resolvido. Não fica. Porque na realidade, enquanto não houver uma decisão mais estrutural relativamente ao funcionamento da Marginal, cada vez que a Marginal fecha é preciso uma logística extraordinária. E mais, e causa-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nos problemas no interior... na circulação... porque quando não passa na Marginal, passa por dentro, passa por Paço de Arcos, passa por Oeiras, passa por aí fora, e vai criar congestionamentos tremendos. Há muita reclamação na Câmara, cada vez que fechamos a Marginal. Há muita gente que gosta, mas há muita gente que não gosta. -----

----- Depois, com que conhecimento científico é que se diz aqui para abrir até às oito da noite? Se as pessoas circulam durante a manhã... e então aos domingos, a seguir vão almoçar, e vão depois do almoço circular? Das atividades que nós temos feito já temos essa experiência, da parte da tarde não dá, ou abre de manhã, ou abre de tarde. O dia inteiro, ninguém utiliza. -----

----- Mas quer dizer, alguém perguntou à Câmara Municipal como é isto funciona? -----

----- Portanto, eu peço imensa desculpa, mas na realidade esta proposta não tem sentido nenhum. É, de facto, uma... nem classifico. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ---

----- “Senhora Presidente...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, a Senhora não tem tempo de intervenção...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ---

----- “Senhora Presidente, nós somos os proponentes da proposta. Já a outros grupos políticos lhes foi dada a palavra sem que tivessem tempo para falar. Foram colocadas questões ao proponente, que têm que ser respondidas, obviamente. -----

----- Já fiz um pedido de esclarecimento e não consigo compreender...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Não é verdade...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“... Não consigo compreender como é que a Senhora Presidente não me passa a palavra.”--- -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Oh, Senhora Deputada, olhe tenho pena.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Pronto, então eu quero fazer um protesto.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Quer dizer, a Senhora quer usar da palavra de qualquer maneira, e vai usando...” ---

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ---

-----“Quero, quero usar sim, Senhora Presidente, porque o Regimento me permite isso...”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Pronto... Primeiro... Está bem...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“... e a Senhora Presidente não está a querer colaborar. E, portanto, obriga-me...” ---

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Portanto, eu posso fazer um pedido de esclarecimentos, ou posso...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Só um minuto...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- "... ou posso fazer um protesto." -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- "Primeiro vou dar a palavra aos senhores deputados que estão inscritos. E, depois, a Senhora vai pensar o que é quer: se é um protesto, se é um pedido de esclarecimento..." -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ----

----- "Não, a Senhora Presidente me dirá..." -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio dizendo o seguinte: -----

----- "Censura." -----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** disse o seguinte: -----

----- "Senhora Presidente... Senhora Presidente..."-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- "Então o Senhor quer fazer uma Interpelação à Mesa?..."-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- "Uma Interpelação à Mesa, tem prioridade sobre o resto... Eu lamento, mas eu iria dar a palavra aos senhores deputados que estão inscritos, mas se o Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) quer fazer uma Interpelação à Mesa, faça favor."-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** questiona o seguinte:-----

----- "Aonde é que está a Interpelação à Mesa no Regimento?"-----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** fez a seguinte **Interpelação à Mesa**:

----- "Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Constatamos todos que, ao fim deste tempo todo que levamos com este ponto da Ordem de Trabalhos, ainda não foi analisado praticamente por nenhum dos grupos políticos, o conteúdo da proposta que está em discussão..." -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Oh Senhor Deputado, desculpe...” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:- -----

-----“Senhora Deputada, eu gostava de acabar a minha intervenção por favor. É uma questão mínima da educação. Portanto, eu pedia...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, mas sou eu que lhe digo que isso não é uma Interpelação à Mesa. O Senhor está...” -----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) interveio dizendo o seguinte:-----

-----“A Senhora Presidente não me deixou acabar.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Não, o Senhor está a falar sobre as intervenções dos outros grupos...” -----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) interveio dizendo o seguinte:-----

-----“Não, Senhora Presidente, eu só queria pedir a interpelação com o objetivo de pedir à Mesa para passarmos de imediato ao debate do conteúdo da proposta, e à respetiva votação.” ----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.”-----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL), tinha-se inscrito, faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Sim, Senhora Presidente, obrigada.”-----

-----Só para dizer o seguinte: na Comissão, estiveram presentes todos os grupos que estão aqui presentes na Assembleia, e todos os grupos acordaram em ter um texto comum. Portanto, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

foi este, ou aquele grupo. -----

----- Esta proposta original não foi aceite pela maioria, mas em Comissão todos nós tivemos flexibilidade e dissemos que íamos tentar apresentar um texto comum. E é esse texto comum que não apareceu para análise nesta Assembleia.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não, Senhora Deputada, porque a esta Assembleia vêm as propostas que nos são enviadas pela Câmara Municipal, e não há texto nenhum... o que vem à apreciação nesta Assembleia é a proposta que aqui está...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “Para a Comissão... Oh Senhora Deputada...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Para que é que foi, então?” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “Olhe, a Senhora por acaso apanha-me hoje num dia em que eu tenho dificuldade em falar. -----

----- Diga-me lá: quer fazer um protesto, um pedido de esclarecimento, ou qual é a figura que a Senhora quer utilizar para usar da palavra?” -----

----- **Alguém** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Não é a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), é o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Como a Senhora Presidente não tem...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Mas diga-me lá qual é a figura que é para ficar em...”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----Senhora Presidente, é a mesma figura que o líder de bancada do IN-OV usou, e que a Senhora Presidente aceitou.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Não, não. Ele fez uma Interpelação à Mesa que eu não aceitei. Disse que não estava a fazer uma Interpelação à Mesa...”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“É a mesma intervenção que o Senhor Deputado do IN-OV, António Moita também já usou.” --- -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“António Moita (IN-OV)? Ah, sim, sim.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----É só porque os senhores deputados do IN-OV estão com dificuldade que se dê o mesmo ao Evoluir Oeiras que se deu ao IN-OV em termos de latitude...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Não, não... O Senhor Deputado...”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Em termos de latitude regimental, Senhora Presidente.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “O Senhor Deputado do IN-OV tem tempo de intervenção...”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio dizendo o seguinte: -----

----- “Que não foi gasto.... O Senhor Segundo Secretário pode confirmar, que não foi gasto na Interpelação à Mesa que foi feita. Não se pôs o cronometro a contar, não se pôs o cronometro a contar na Interpelação à Mesa.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Ah bem, desculpe...”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Ah bom, pronto. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “É assim, eu não posso ver tudo. Não vi que não tinha sido contado...”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio dizendo o seguinte: -----

----- “Eu também não, nem estou na Mesa e vi, portanto, enfim... Mas adiante, Senhora Presidente, se me permitir...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Agradeço que seja breve.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Muito obrigado,-----

----- Vou ser brevíssimo...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Para sairmos disto, se não ficamos cá.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“Concordamos com a questão da discussão do conteúdo da proposta, e à luz daquilo que é feito com todas as propostas que são apresentadas nesta Assembleia Municipal, mesmo não tendo sido possível em Comissão encontrar um consenso, nós gostávamos de perceber se aqui é possível encontrar um consenso. Nada impede, em nenhum Parlamento do mundo, em nenhuma Assembleia, faríamos história aqui hoje se fizéssemos isso, que apesar de não ter sido encontrado um consenso em Comissão, não se explore a possibilidade de encontrar um consenso em plenário. E nós, nessa lógica, gostaríamos de transmitir à Senhora Presidente e a todos os grupos políticos desta Assembleia Municipal que estamos na disponibilidade de reformular a nossa proposta, à luz daquilo que foi a proposta do Senhor Deputado da CDU, João Santos. E gostaríamos de transmitir esta informação, não compreenderíamos se esta alteração fosse rejeitada tendo em conta que nenhuma proposta alguma vez teve rejeições nas suas alterações nesta Assembleia Municipal, não há precedente para isto neste plenário. E, portanto, nós gostaríamos de aceitar uma proposta de alteração feita por outro grupo político, incorporá-la na nossa proposta, e que ela fosse levada à votação, como são todas as outras propostas apresentadas por qualquer grupo político nesta Assembleia Municipal.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Ora bem, o Senhor Deputado do Partido Social Democrata já pediu cinco minutos de intervenção, e já houve cinco minutos para haver alguma alteração. -----

-----O Senhor Deputado, o que é que quer neste momento? -----

-----Que eu saiba há alguma proposta de alteração a esta proposta que possa ser alterada ou vamos passar à votação da proposta?” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ----

----- “Senhora Presidente, para esclarecer houve duas propostas de alteração: uma do PSD, que não aceitamos uma vez que a própria carta, o último ofício da Câmara mostra abertura para um período mais alargado, e, portanto, não podemos eliminar. Está na proposta, Senhora Presidente, é só ler... E houve outra proposta, de outro grupo político, que como já informou o meu colega o Senhor Deputado Tomás (EO), aceitamos. Portanto, retirando os três pontos que estão na proposta e adicionando o texto que foi proposto pela CDU pelo colega João Santos. ----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ----

----- “Posso?... Só para...” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

----- “Ainda tenho tempo? Posso usar da palavra?...”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:

----- “Ainda tenho ali cinco minutos... Depois da discussão que aqui se passou eu só vejo uma solução: é passar à votação e rejeitar esta proposta liminarmente. Não vejo outra hipótese... Se há propostas de alteração que são rejeitadas liminarmente também... Não vejo outra hipótese... O bom senso determina isso.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, é um pedido de esclarecimento em relação ao que o Senhor Presidente da Câmara disse. -----

----- Portanto, o Grupo Político Evoluir Oeiras já informou esta Assembleia que aceita a

alteração proposta pelo colega da CDU, retirando os três pontos e adicionando o texto.-----

-----A proposta está assim alterada pelo proponente. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, eu vou pôr à votação a proposta, tal e qual como ela está.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ----

-----“Não pode fazer isso.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Posso.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ----

-----“A Senhora Presidente não pode fazer isso, não pode...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Não pode fazer isso... não pode.”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Não pode... Nós somos o proponente e já alterámos a proposta.-----

-----Muito obrigada... A proposta inicialmente proposta está retirada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “A alteração que os Senhores propõem... Vamos lá ouvir... é com a proposta apresentada pelo Senhor Deputado João Santos da CDU? É a proposta...” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio dizendo o seguinte: ----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras, aceita incorporar na sua proposta a alteração proposta pela CDU. -----

----- É isso que propomos. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Ah, não é alterar, é incorporar a proposta da CDU?” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio dizendo o seguinte: ----

----- “Como eu disse, Senhora Presidente. É alterar a proposta retirando os três pontos deliberativos e substituí-los na sua íntegra, pela redação proposta pelo colega da CDU. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito bem. -----

----- Meus senhores, vamos passar à votação... vamos passar à votação da proposta... O Grupo Político... meus senhores... Senhor Deputado do Partido Chega, Senhor Deputado Frederico Antunes, faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Eu compreendo a alteração da proposta do Grupo Evoluir. Independentemente do sentido de voto que depois na declaração de voto explicarei, gostaria de fazer uma proposta a acrescentar-se à vossa proposta, que era mais um ponto em que dizia que: hoje vocês oferecem-nos o jantar.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Vamos passar à votação da proposta. O Partido Evoluir... faz favor... não saímos daqui hoje... Senhora Deputada Anabela Brito (IL).” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Só para dizer que, atendendo à alteração feita, a Iniciativa Liberal votará a favor da proposta.” - -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Vamos passar à votação.”-----

4.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação a Proposta de Recomendação – Melhor Marginal – Melhor Saúde, apresentada pelo Grupo Político Municipal do EO com a alteração proposta pelo Grupo Político Municipal da CDU, a qual foi rejeitada, com vinte e seis votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Pracana e Maria da Glória Fernandes Sarmento), um do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com nove votos a favor, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Os Senhores Deputados Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, do Partido Socialista e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 32/2025** -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – MELHOR MARGINAL – MELHOR SAÚDE, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO - VERSÃO FINAL**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com vinte e seis votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com nove votos a favor, sendo três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Pessoas-

Animais-Natureza. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, já agora gostaria que dissesse o resultado da votação.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhores Deputados, calma... Já direi o resultado da proposta. -----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), é o que pretende? É o resultado da votação? Ou quer fazer alguma Declaração de Voto?...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“... quer o quê?”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“Bem... Quer fazer uma Declaração de Voto?... Quem quer fazer Declarações de Voto levanta o braço.”-----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), foi a primeira que vi, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) e o Senhor Deputado Frederico Antunes (CH). Faz favor.”

4.1.1.1. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Senhora Presidente, o Partido Socialista vota favoravelmente o texto porque hoje, nesta Sede, foi feito aquilo que a Comissão se mostrou incapaz de fazer: encontrou-se um texto que é comum a todas as forças políticas. Não é comum à força política do IN-OV por uma razão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que só se prende com teimosia e iliteracia na forma como se lê o texto. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faz favor.” -----

4.1.1.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- De facto, o Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente a proposta que apresentou, e agradece à CDU a integração proposta de alteração da proposta inicial, e que acolhemos com muito agrado. Infelizmente, a proposta não passou, foi rejeitada. -----

----- Lamentamos também, não que o trabalho da Comissão não tenha sido feito, eu acho mesmo, na opinião do Grupo Político, que a Comissão foi impedida de fazer o seu trabalho. Porque face à última resposta da Câmara Municipal mostrando até abertura para alargar o período, para alargar a iniciativa...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Isso é a sua Declaração de Voto?” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) continuou a sua Declaração de Voto dizendo o seguinte:-----

----- “... a Comissão não teve oportunidade de reunir numa última reunião para achar um texto conjunto. Infelizmente, esse texto teve que ser produzido aqui, demorando mais tempo a esta Assembleia, a todos os deputados, e resultando numa rejeição da proposta, que podia ter sido encontrado um texto consensual até com o IN-OV, podendo aprovar a proposta. Lamentavelmente isso não foi conseguido.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Frederico Antunes (CH), faz favor.” -----

4.1.1.3. O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Dizer duas coisas. A primeira é que o Partido Chega gosta da Marginal com carros e tem muitas reservas todas as vezes que a Marginal é encerrada e perturba o bom funcionamento da circulação automóvel no Concelho e, inclusive, inclusive na ligação Lisboa – Cascais, panorâmica junto à praia, porque já existe a Marginal para se poder caminhar no passeio marítimo e tudo mais lá por baixo, e os munícipes que são a favor, de facto, da circulação automóvel...” --

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, é uma Declaração de Voto.” -----

-----O **Senhor Deputado Frederico Antunes (CH)** continuou a sua **Declaração de Voto** dizendo o seguinte: -----

-----“... têm sempre no Chega um defensor. -----

-----Obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) pediu a palavra para uma Declaração de Voto?” -----

4.1.1.4. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente... Estava simplesmente à espera que houvesse silêncio na sala para poder fazer a minha Declaração de Voto.-----

-----O IN-OV votou contra sem sequer ter em linha de conta o conteúdo da alteração da proposta. Votou contra, fundamentalmente pelo espetáculo negativo que hoje quase transformou esta Assembleia Municipal na pouca vergonha em que foi transformada ultimamente a Assembleia da República. -----

-----Penitencio-me pessoalmente, por esse facto. -----

-----É lamentável que forças democráticas nesta Assembleia, tenham dado razão e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

contribuído para a opinião pública que começa a ser generalizada contra a atividade política. É profundamente lamentável que tenhamos chegado a este ponto, e para que tal fosse necessário utilizar, não sei se duas horas, ou duas horas e meia. -----

----- Quanto ao conteúdo, eu posso dizer da minha experiência pessoal, eu faço em média oito quilómetros por dia, nunca precisei de utilizar a Marginal. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

4.1.1.5. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Para uma Declaração de Voto. -----

----- O PSD votou contra esta proposta, porquanto as alterações a ela introduzidas, mais não dizem do que aquilo que a Câmara já vem há muitos anos a fazer. E porque, obviamente, sempre estará dependente de terceiros e das suas autorizações. Portanto, não fazia sentido votar favoravelmente uma coisa que já existe.-----

----- Disse.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Bem, o resultado da votação foi: vinte e sete votos contra, e dez votos a favor. -----

----- Passamos ao ponto dois da Ordem de Trabalhos.” -----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 83/2025 – DMAG/DFP/DP – relativa à Desafetação do domínio público para integração no domínio privado de uma parcela de terreno sita na Rua António Pedro, Carnaxide (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Alguém pretende usar da palavra? -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----O alvará de loteamento cinco de noventa e um, foi um erro urbanístico localizando-se numa mancha a nordeste do Farol da Mama Sul. -----

-----A situação em presença nesta proposta de desafetação do domínio público para domínio privado para permitir uma permuta, é meramente uma questão administrativa.-----

-----Este loteamento foi implantado de uma forma, digamos, ligeiramente enviesada face ao que estava proposto, e parte do lote é terreno municipal com uma área exterior de área igual, e que pertence a um proprietário, ou seja a permuta que justifica a proposta tem lógica, não é, portanto, é uma troca. -----

-----A questão é que este loteamento é mais uma prova da construção na Serra de Carnaxide que vimos apontando como factual desde o início deste mandato, e o Grupo Político Evoluir Oeiras, muitas vezes tem referido aqui nesta Assembleia.-----

-----O alvará de loteamento cinco de noventa e um, aqui em discussão, foi assim um erro urbanístico localizando-se numa mancha a nordeste do Farol Sul da Mama, que devia estar inserido num corredor de proteção à Ribeira da Outurela e à Serra de Carnaxide. Aliás, não somos nós a dizer isto, é a Estrutura Ecológica Metropolitana que o diz. -----

-----Apesar de, e veja-se, as áreas dos lotes estarem cuidadosamente localizadas no limite externo, no limite exterior, isto porque quando o Plano Regional de Ordenamento do Território na Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML) foi desenhado em dois mil e dois, encontravam-se estes alvarás incorretamente localizados desde mil novecentos e noventa e um, e com direitos adquiridos, o que obrigou o ajuste de um corredor com importância Metropolitana, que seria lógico. Um corredor cuja importância é clara e que infelizmente, foi claramente destruído com a construção tanto com o que lá está, como com aquilo que se avizinha no futuro. -----

-----Muito obrigada.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Mais uma vez, eu queria dar uma sugestão ao Evoluir Oeiras para fazerem uma proposta de recomendação para que a Câmara da Amadora faça na Serra de Carnaxide o que a Câmara de Oeiras fez, porque essa parte, Vossas Excelências não reparam. -----

----- Bom, o que acabámos de ouvir foi um conjunto de inverdades e de informações erradas, e admito, aceito, uma visão política do urbanismo, que é a visão do Evoluir, que nos levaria a regredir. Senão vejamos os factos: a declaração do Evoluir que se opõe à desafetação do domínio público de uma parcela de terreno na Rua António Pedro, em Carnaxide, suscita a argumentação, preocupações que passo a refutar, uma vez que eles não se baseiam nas questões centrais da proposta, mas em argumentos que não estão diretamente relacionados com a proposta em discussão. -----

----- Ponto um – A desafetação como procedimento administrativo necessário:-----

----- O Evoluir Oeiras afirma que esta desafetação, acompanhada de uma permuta de terrenos, é apenas uma "situação administrativa", mas é exatamente essa natureza administrativa que justifica este procedimento. A desafetação do terreno do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado municipal visam garantir a regularização de uma situação jurídica necessária para o desenvolvimento de soluções urbanísticas que atendem aos interesses do Concelho, aos superiores interesses do Concelho. -----

----- Não podemos ignorar que o procedimento está dentro das normas legais e regulamentares e é um processo comum quando é necessário ajustar a gestão de espaços públicos para outras finalidades que melhor atendam às necessidades da cidade. A decisão de integrar este terreno no domínio privado é, portanto, uma medida legalmente fundamentada e técnica, não

sendo, em nenhum momento, uma ação arbitrária ou sem justificação. -----

-----Ponto dois – A Referência ao Alvará Urbanístico de Loteamento de mil novecentos e noventa e um e a Crítica ao Planeamento Urbanístico: -----

-----A Senhora Vereadora Carla Castelo e o Evoluir Oeiras, colocam em causa o alvará de loteamento de mil novecentos e noventa e um, considerando-o um "erro urbanístico", e utiliza isso como base para a sua crítica à desafetação. No entanto, devemos lembrar que os alvarás de loteamento aprovados são legalmente válidos, com direitos adquiridos pelas entidades envolvidas. Este loteamento foi realizado de acordo com o planeamento da época, e a sua execução seguiu rigorosamente os processos legais. O facto de agora termos uma proposta para ajustar as questões jurídicas relativas a esse loteamento não pode ser confundido com uma crítica à sua validade legal anterior.-----

-----Além disso, a crítica à localização do loteamento e ao impacto nas áreas de proteção ambiental, como o Farol da Mama Sul, já foi amplamente discutida nas instâncias competentes e em outros contextos. Não podemos, contudo, fazer da execução de um projeto anterior o ponto de bloqueio para a resolução de questões urbanísticas que agora precisam de ajustes para garantir a eficiência e a legalidade dos processos em curso.-----

-----Ponto três – A Defesa do Corredor Ecológico e a Visão Metropolitana:-----

-----A Evoluir Oeiras e a Senhora Vereadora Carla Castelo mencionam o corredor ecológico e a importância da preservação de áreas como o Farol da Mama Sul e a Serra de Carnaxide, com base nas diretrizes da Estrutura Ecológica Metropolitana e do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML). Concordo plenamente com a importância da proteção ambiental (aliás, concordamos) e do planeamento sustentável, mas essa discussão está a ser fora do contexto certo.-----

-----A proposta de desafetação que estamos a discutir não altera a destinação ecológica da área em questão. Este processo é uma medida técnica necessária para regularizar a gestão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

espaço, e não visa comprometer os corredores ecológicos ou a sustentabilidade ambiental do território. A preservação da Serra de Carnaxide e do corredor ecológico deve ser defendida por políticas de planeamento e fiscalização adequadas, e o trabalho da Câmara foca-se em garantir que, onde existem possíveis conflitos de uso do solo, sejam feitos os ajustes necessários dentro das normas ambientais estabelecidas. -----

----- Aliás, o Doutor Nuno Neto deu uma grande resposta a esta questão na Reunião de Câmara, onde afirmou, corretamente, que o voto da Senhora Vereadora Carla Castelo é programático, é ideológico, e não se refere ao conteúdo da proposta em si, mas a um posicionamento pessoal sobre o modelo urbanístico em geral, que é isto que está em causa. O que vocês estão não é conta a proposta, é contra a visão que a maioria desta Câmara sufragou nas eleições, a visão do Doutor Isaltino Morais. O conteúdo da proposta de desafetação é técnico e ajustado ao que legalmente é necessário para regularizar a situação e promover a gestão eficiente dos espaços municipais. -----

----- É importante que, ao discutir a desafetação e a permuta de terrenos, nos concentremos nas questões técnicas, jurídicas e administrativas que estão em jogo. A oposição da Senhora Vereadora e do Evoluir Oeiras parece desviar o foco das necessidades práticas e imediatas da gestão de Oeiras, ao invés de contribuir para a discussão de soluções concretas. -----

----- Em conclusão: -----

----- A desafetação do terreno em questão é uma ação legítima e necessária, dentro dos parâmetros legais, para ajustar a gestão do património municipal e garantir que o desenvolvimento urbano de Oeiras siga as necessidades da população, respeitando as normas urbanísticas e ambientais vigentes. A posição do Evoluir Oeiras não aborda a natureza técnica e administrativa da proposta, mas sim uma crítica genérica ao modelo de urbanismo, sem uma análise concreta do impacto desta desafetação em particular. -----

----- Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Só para nos posicionarmos em relação a esta proposta. Ela é bem explicativa e estamos de acordo com ela. -----

-----Um aspeto só de rigor técnico, a Mama nunca foi, nem é, nem nunca será, um farol, nunca foi. E a Câmara se puder, no próximo futuro, corrija, porque um farol é outra coisa, é uma marca com luz, ali é uma marca sem luz. -----

-----Há outro aspeto que também me aflige um bocadinho, é quando chamamos “orla marítima”, nós devíamos chamar “orla ribeirinha”. -----

-----Mas esta do Farol da Mama, mexe um bocadinho, e se algum camarada de Marinha sabe que eu estou aqui na Assembleia e não corrijo, é chato. -----

-----Obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) pediu para usar da palavra?”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte: -----

-----“Sim, Senhora Presidente.-----

-----Só para indicar que votaremos contra porque mantemos a nossa posição em relação a tudo o que disse. -----

-----E em relação ao Senhor Deputado Viegas (IN-OV) também informá-la que o Senhor Deputado também é deputado nesta Casa, e, portanto, também pode fazer propostas de recomendação e nunca o vi a apresentar nenhuma.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Vamos então passar à votação.” -----

4.2.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com três votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e um do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes), e com uma abstenção do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia

Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, do Partido Socialista, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 33/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 83/2025 – DP - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA ANTÓNIO PEDRO, CARNAXIDE**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitenta e três barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número quarenta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em cinco de fevereiro, e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com três votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e um do Partido Chega, e com uma abstenção do Partido Pessoas-Animaís-Natureza, aprovar a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno denominada parcela A, com a área de trinta e seis vírgula noventa metros quadrados, a qual confronta a norte com o lote trinta e três, a sul com domínio público municipal, a nascente com trinta e três e poente Rua A, atual Rua António Pedro, para sua integração no domínio privado municipal, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Em relação à proposta anterior, eu tenho de fazer uma retificação porque não estavam presentes na sala dois deputados, e foram contabilizados. Portanto a votação é: vinte e seis votos contra e nove votos a favor. E não, vinte e sete, dez. -----

----- Passamos ao ponto três da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.3. Apreciação da Proposta CMO N.º 91/2025 – DMAG/DFP – relativa às Declarações no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Alguém pretende usar da palavra? -----

----- Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.” -----

----- A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Esta matéria que hoje vem a debate é da maior importância para a transparência, sustentabilidade e rigor da gestão financeira municipal. A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas impõe regras essenciais à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, assegurando que as autarquias locais atuem dentro de um quadro de responsabilidade orçamental.-----

----- A importância desta lei não pode ser subestimada. Ela surgiu como resposta a uma necessidade urgente de controlo da despesa pública, garantindo que as administrações municipais assumam apenas compromissos financeiros sustentáveis e evitem situações de endividamento descontrolado, que tantas vezes comprometem a capacidade de resposta dos municípios às necessidades da população.-----

-----No caso específico da administração local, esta lei estabelece mecanismos de reporte obrigatório à administração central, reforçando a prestação de contas e permitindo um acompanhamento rigoroso da execução orçamental municipal. Para além disso, a exigência de que os compromissos plurianuais estejam devidamente registados e que as dívidas e recebimentos em atraso sejam declarados de forma transparente contribui para um ambiente de maior confiança e previsibilidade na gestão autárquica.-----

-----A proposta que hoje discutimos visa precisamente garantir esse cumprimento, através da apreciação e envio a esta Assembleia das declarações que lhe estão anexas. -----

-----Neste sentido, o nosso compromisso, enquanto eleitos municipais, deve ser o de assegurar que a Câmara Municipal cumpre estas obrigações legais, atuando com transparência e responsabilidade financeira. O respeito pelos prazos de pagamento, o registo atempado de compromissos e a adequada prestação de contas são fundamentais para uma governação autárquica eficiente e para a manutenção da confiança dos munícipes na gestão municipal.-----

-----Por isso, o PSD defende a necessidade de um acompanhamento atento deste processo, garantindo que as regras são cumpridas e que o Município de Oeiras poderá continuar a pautar a sua atuação por uma gestão financeira responsável.-----

-----Assim, apelamos à Câmara Municipal que continue a atuar com o rigor exigido, promovendo uma governação transparente e responsável, na medida em que esta governação reforça o compromisso do Município com a boa gestão dos recursos públicos. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, aprovada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pela lei oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

----- Na componente declarativa, os dirigentes das entidades públicas locais têm obrigação de declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a trinta e um de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, bem como de identificar, na forma de declaração, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a trinta e um de dezembro do ano anterior. Estas declarações, no caso da administração local, como se aplica à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal é até trinta e um de janeiro de cada ano. -----

----- A lista que é o que, vamos ser sinceros, está em anexo no anexo um, tem dados que são impossíveis de ver, portanto, não conseguimos confirmar com os dados que lá estão se a lista está correta, ou não, é impossível de o fazer. E, portanto, esta deve abarcar todo e qualquer contrato de encargos plurianuais transitados de dois mil e vinte e quatro para dois mil e vinte e cinco. E, o que verificamos também na listagem por exemplo, no caso das empreitadas é que não se consegue ver na coluna "Documento" qual é efetivamente o documento de base, que devia ser o Contrato, porque as linhas ou estão cortadas, ou estão as letras encavalitadas e, portanto, não está correto, digamos assim. E, por isso o Grupo Político Evoluir Oeiras requer que os documentos sejam corrigidos, principalmente porque eles vão ser enviados para outras entidades, e, portanto, consideramos, que devem ser corrigidas estas tabelas que eu estou a indicar que não estão corretamente legíveis, antes de serem enviadas, e que novamente sejam depois remetidas ao deputados depois dessa correção. -----

----- Também questiono a Câmara Municipal, por que razão é que sendo o prazo trinta e um de janeiro, estamos hoje a dezoito de março a verificar esta proposta na Assembleia Municipal, e já na própria Câmara Municipal a proposta foi apresentada a cinco de fevereiro. Porque é que continuamos, claramente, em incumprimento dos prazos, porque é que isto acontece? E gostava

de ser esclarecida em relação a estas duas questões: primeiro – porque é que a tabela não está em condições? E segundo – porque é que não estamos a cumprir os prazos? Porque isso é que nos faz ser um órgão fiscalizador e fazer estas questões.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Não há mais intervenções? Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer intervir?” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

-----“Sim, uma nota.-----

-----No que toca aos registos, será corrigido se houver alguma coisa a corrigir, registo, naturalmente, a referência. -----

-----No que respeita aos prazos, é a vida... Quer dizer, não é o Presidente da Câmara que faz essas coisas, são os serviços financeiros da Câmara Municipal, se não o fizeram a tempo, dentro do prazo, é porque não puderam, porque não tiveram possibilidades de o fazer, porque, com certeza, houve outras urgências... E, portanto, é difícil encontrar uma explicação quando há um atraso. Há um atraso porque não houve a possibilidade... às vezes um acerto qualquer, à espera de um número... e, portanto, não é a primeira vez que estas coisas acontecem. Seria grave se só fosse apresentado daqui a um ano, estamos a falar com dois meses de atraso, não me parece que seja... nos moldes em que nós funcionamos, dois meses de atraso, com pagamentos a cinco dias, ou menos ainda... há câmaras municipais que andam com pagamentos a um ano e a dois, e ano e meio... Quer dizer, há de ter havido alguma razão, mas a razão é de natureza técnica, não é política. Por muito que a Senhor Deputada de esforce, que tudo é da responsabilidade política, o Presidente da Câmara, não é o contabilista da Câmara. E, portanto, as orientações que eu lhe posso dizer, as orientações que eu dou na Câmara é que: cumpra-se a lei, cumpram-se os prazos... Agora é óbvio que há determinadas circunstâncias que nos levam muitas vezes... aliás, durante dois anos o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Orçamento e o Plano de Atividades dos Serviços Municipalizados como sabem, aparecia aqui quase um ano depois.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Bem, passamos ao ponto quatro...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ----

----- “Senhora Presidente, tinha pedido a palavra.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Pedi a palavra?”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** respondeu o seguinte: -----

----- “Sim, pedi. -----

----- Pois, eu agradeço a resposta ao Senhor Presidente. Lamento que politicamente, não assuma a responsabilidade e que a passe para os serviços. E, portanto, pelas suas palavras, a responsabilidade deste atraso é dos serviços e do excesso de trabalho que têm. E, portanto, lamentar que politicamente não assuma a responsabilidade. -----

----- E, no caso do Grupo Político Evoluir Oeiras, volta, mais um ano, quando esta proposta aqui vem, a aconselhar a Câmara que, de facto, cumpra a lei. Sejam os técnicos, sejam os funcionários..., mas que têm a responsabilidade do Senhor Presidente, como responsável máximo da Câmara Municipal, para cumprir a lei. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhor Presidente.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

----- “Bom, eu não gosto de estar a estabelecer este diálogo com frequência com quem não o merece, mas na realidade, politicamente nunca ninguém viu este Presidente da Câmara fugir às suas responsabilidades. Eu sou responsável por tudo o que acontece na Câmara, e assumo sempre

a responsabilidade pelos erros dos funcionários, mas também assumo a responsabilidade pelas vitórias dos funcionários. Portanto, a responsabilidade política assumo-a sempre. Agora, o que eu tenho é uma atitude desculpabilizante, e é isso que a Senhora Deputada não entende, nem nunca entende, eu tenho uma atitude desculpabilizante justamente para funcionários que trabalham muito, que se esforçam todos os dias, infelizmente ganham pouco, e que muitas vezes assoberbados por diversas tarefas têm alguma dificuldade em cumprir determinados prazos. E se a Senhora Deputada conhecesse o que é o labor de uma câmara municipal, sabia muito bem que é muito difícil... olhe, por exemplo, responder aos prazos que estão estabelecidos para os requerimentos que Vossa Excelência faz, é muito difícil em dez dias responder a todos esses requerimentos que são feitos porque têm que circular por um serviço, por outro serviço... Portanto, eu assumo a responsabilidade política total. Mas desculpo os funcionários quando eles não cumprem os prazos e, sobretudo se eu não vir que há razões para que eles não cumpram. Obviamente que outra coisa é haver qualquer negligência e então aí naturalmente não deixo de atuar. -----

-----Agora, nunca visem naquilo que eu digo quando não se cumprem prazos, que estou a chutar para quem quer que seja. A responsabilidade é totalmente minha.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Vamos passar, portanto, ao quarto ponto da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

-----APRECIADA -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 94/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (1.ª Revisão) às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Algum dos senhores pretende usar da palavra sobre este ponto?-----

----- Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção:** -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- As GOP são um dos principais instrumentos de orientação estratégica da autarquia, como sabemos, estabelecendo as diretrizes para o desenvolvimento do nosso Concelho. É assim, neste sentido que o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades Mais Relevantes, que compõem as GOP, permitem estruturar e planear a execução de projetos e intervenções fundamentais para Oeiras. -----

----- A flexibilidade orçamental prevista na legislação em vigor, garante que seja possível adaptar o planeamento e a execução de investimentos de acordo com as necessidades e prioridades da população. -----

----- É neste enquadramento que se justifica a necessidade de uma primeira Revisão Orçamental Modificativa de dois mil e vinte e cinco, a qual visa assegurar a correta afetação de recursos financeiros para projetos estruturantes, em especial a construção do Centro de Saúde de Linda-a-Velha, a construção – reabilitação.-----

----- A execução desta obra é um compromisso que deve ser honrado, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos no PRR e assegurando um melhor serviço de saúde para os nossos munícipes. Para além disso, esta revisão contempla a reprogramação financeira de diversos projetos e obras essenciais para a modernização e desenvolvimento sustentável do Concelho. ----

----- É importante salientar que estas revisões orçamentais respeitam...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:**-----

----- “Senhora Deputada, é que a Senhora está no ponto cinco da Ordem de Trabalhos, e nós estamos no ponto quatro...” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse o seguinte:** -----

-----“Não...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Sim. Está a falar sobre o Centro de Saúde de Linda-a-Velha...” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Não...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Pronto, peço desculpa.” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“De nada. -----

-----É importante salientar que estas revisões orçamentais respeitam os princípios do equilíbrio financeiro, assegurando a coerência e a sustentabilidade do orçamento municipal, como previsto no Decreto-Lei cento e noventa e sete/noventa e nove e no POCAL. A compensação entre rubricas e a adequação do orçamento aos investimentos em curso são medidas necessárias para garantir a continuação das políticas públicas de proximidade e de melhoria das infraestruturas municipais. -----

-----Assim, ao abrigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei setenta e cinco/dois mil e treze, a proposta de revisão orçamental que aqui discutimos hoje será submetida à nossa aprovação, desta Assembleia Municipal, uma vez que esta alteração orçamental não apenas garante a execução de projetos essenciais, mas também reflete a responsabilidade e a transparência na própria da gestão autárquica. -----

-----Assim, resta acrescentar que o nosso compromisso é com a população de Oeiras, e esta revisão orçamental é um passo essencial para cumprir as metas estabelecidas. O PSD defende uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

gestão rigorosa, transparente e eficiente, garantindo que os recursos são aplicados onde realmente podem fazer a diferença. -----

----- É com total sentido de responsabilidade que aprovamos esta revisão, pois a mesma visa assegurar um futuro mais estruturado e preparado para os desafios que Oeiras e os oeirenses enfrentam. -----

----- Muito obrigado!" -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? -----

----- Vou passar, portanto, à votação.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um

do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com três abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e uma do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, do Partido Socialista, não estavam presentes na altura da votação.

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 34/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 94/2025 – DPOC - 1ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (1ª. REVISÃO) ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) ---**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número noventa e quatro barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de fevereiro, e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com três abstenções,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sendo duas do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Chega, aprovar a Primeira Alteração Orçamental Modificativa de dois mil e vinte e cinco (primeira revisão), nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 95/2025 – DMOGAH/DOM/UPGO – relativa à P.º 2024/101 – DEM/UCR – “USF Linda-a-Velha (Centro de Saúde) – Remodelação geral e melhoria de desempenho energético” – Decisão de contratar e abertura de procedimento por concurso público – Peças do procedimento e nomeação do respetivo júri (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)... Mais alguém pretende usar da palavra?... Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) e Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD).

----- Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras é claramente a favor da requalificação dos centros de saúde e congratula o Município por esta remodelação. Deste centro de saúde de Linda-a-Velha, a informação que temos é que a climatização é antiga, pouco eficiente, que a iluminação não é a mais adequada, que as instalações sanitárias, o conforto e a otimização de recursos, eletricidade e água, e que tudo isto pode ser melhorado, possivelmente também os requisitos técnicos para as salas de tratamento, consultórios, não estarão em conformidade, e, portanto, é uma proposta que saudamos em nome do Grupo Político Evoluir Oeiras. -----

-----Dito isto e porque esta Assembleia é um órgão fiscalizador, para nós é fundamental que os procedimentos cumpram aquilo que é previsto na Lei. Tal como aconteceu na Reunião de Câmara, esta Proposta de Deliberação vem condicionada à aprovação de uma Alteração Orçamental Permutativa, que acabamos de votar na proposta anterior, pelo que não vem instruída com a respetiva Ficha de Cabimento, que devia vir, com o documento comprovativo da existência de saldo na rubrica orçamental que suporta o respetivo encargo financeiro. E isto acontece porque a proposta noventa e quatro acabou de ser aprovada, e, portanto, não podia haver a Ficha de Cabimento, uma vez que a proposta ainda não tinha sido aprovada.-----

-----Por outro lado, a proposta noventa e cinco que aqui votamos, apesar de dar lugar a um encargo plurianual, é completamente omissa quanto ao escalonamento financeiro plurianual, e que não vem acompanhada de documento comprovativo de estarem inscritas estas verbas no Plano Plurianual de investimento para anos futuros.-----

-----Assim o que teria sido correto, na opinião do Grupo Político Evoluir Oeiras e conforme a lei, seria a aprovação pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal da proposta noventa e quatro, que acabamos de votar anteriormente, e depois disso sim, cabimentar a despesa e, na sequência, a Câmara Municipal autorizar a abertura deste concurso, sem necessidade desta proposta noventa e cinco, tal como a generalidade das propostas deste género de abertura de concursos de empreitadas vir à Assembleia Municipal. Ou seja, era completamente desnecessário que esta proposta aqui viesse se tivesse sido feito de outra forma.-----

-----A proposta noventa e cinco nas presentes condições pressupõe que na sua origem a proposta noventa e quatro seria aprovada aqui nesta Assembleia, desvalorizando por completo o trabalho que aqui se faz. Então e se a proposta anterior não tivesse sido aprovada? E se tivesse sido adiada? E se tivesse tido uma falha? Estamos sempre a contar que as propostas são aprovadas porque o IN-OV tem a sua maioria.-----

-----Mais, não pode ser alegada urgência quando o contrato com a Administração Central



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do Sistema de Saúde, onde se fixa o prazo de trinta e um de março de dois mil e vinte e seis como data de conclusão da obra, foi assinado a dezoito de julho de dois mil e vinte e quatro, pelo que houve mais do que tempo de acautelar as necessárias autorizações. O que mostra sim uma total ausência de planeamento. -----

----- E assim, também questionamos porque não foram propostas outras soluções para obviar esta urgência? -----

----- Nomeadamente: -----

----- Primeiro ponto – o recurso ao Concurso Público Simplificado, que está previsto na Lei trinta de dois mil e vinte e um, tal como aconteceu na contratação, por exemplo, da empreitada de construção de habitação jovem da Rua Ivens, número cinco no Dafundo, ou então...

----- Segunda opção – ... porque é que não foi tomada a redução do prazo de execução da obra, tendo em conta a natureza dos trabalhos a executar e o facto de os mesmos consistirem na remodelação de um Centro de Saúde? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu ia tendo um susto, ia me dando um “chilique”, quando o Evoluir disse: “vamos votar a favor...”, eu disse: “Meu Deus, então vai cair o céu e a terra...”. Mas depois, houve aqui um deputado que disse “há sempre um “mas””. E então...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

-----“Senhora Deputada, eu sei que dói, mas tem que ouvir e eu vou dizer, eu até vou rebatizá-la se não levar a mal, sem ofensa, “Mónica Adversativa Albuquerque”, há sempre uma adversativa nos votos a favor.-----

-----Há uma coisa que eu sei, os habitantes de Linda-a-Velha e os utentes deste Centro de Saúde estão-se nas tintas para tudo o que a Senhora disse. Querem é o problema resolvido... porque se a minha avó não morresse ainda era viva... se houvesse aqui uma inundação a gente não votava... E, olhe, está espantada da maioria votar com o Senhor Presidente, olhe é tão lógico quanto a gente sabe que vocês votam sempre contra... São as três realidades da vida: é os impostos, é a morte e o Evoluir vota contra... Aqui e ali Vossas Excelências votam a favor, “mas” não se pode votar, a gente vota a favor “mas” não se pode votar... -----

-----Bom, indo aqui ao cerne da questão, que é o que interessa, que é o que quem nos elegeu quer ouvir, e quem vive em Linda-a-Velha quer saber.-----

-----Este documento trata-se de um contrato de financiamento entre a Administração Central do Sistema de Saúde, aqui designada ACSS, e o Município de Oeiras para a execução de um projeto de requalificação do Centro de Saúde de Linda-a-Velha, no âmbito do PRR, da “bazuca”, da famosa “bazuca”. A principal finalidade do projeto é adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, assegurar a acessibilidade, a segurança, o conforto dos utentes e o conforto dos profissionais de saúde... Veja lá, Senhora Deputada, tudo palavrões que Vossas Excelências usam aqui.- -----

-----O contrato estipula que o Município de Oeiras, como Beneficiário Final, é responsável pela execução do projeto e pelo cumprimento de todas as obrigações legais, fiscais e regulamentares associadas à proposta. O valor total do financiamento é de novecentos e vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e quarenta e quatro centímetros, sendo que o apoio financeiro será concedido conforme o progresso e a análise do projeto. O projeto deverá estar concluído até trinta e um de março de dois mil e vinte e seis, portanto, sensivelmente um ano. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Município de Oeiras deverá seguir as condições estabelecidas no Aviso Convite e nas cláusulas do contrato, garantindo a execução adequada da obra e a transparência no uso dos recursos financeiros. Também terá de garantir a correta comunicação e publicidade institucional sobre o financiamento recebido, assim como o cumprimento das normas de contratação pública e das disposições ambientais. Em caso de incumprimento, o Município será obrigado a devolver os valores financiados, acrescidos de juros. -----

----- Além disso, o contrato prevê a possibilidade de fiscalização e acompanhamento por parte da ACSS e outras entidades competentes, com o uso de ferramentas de auditoria e controle, como o Arachne (não sei se se pronuncia bem assim, mas encontrei nos documentos). Em caso de alterações no projeto, estas deverão ser formalmente aprovadas através de adendas ao contrato.

----- Em suma: o Município de Oeiras compromete-se a garantir a execução do projeto de acordo com os critérios e objetivos definidos, e a devolver qualquer valor não utilizado corretamente ou em incumprimento de obrigações. -----

----- Eu queria terminar só lembrando aos oeirenses aqui o seguinte: isto é a chamada “chapa cinco” em Oeiras, isto é um monumento. Esta proposta é uma proposta modelo porque? Porque é a valorização do poder local, e da autarquia e da figura do Presidente, e da proximidade que nós temos com os cidadãos. -----

----- Quantas e quantas vezes o Município de Oeiras se chegou à frente para resolver problemas que são da responsabilidade do Estado Central. Na construção de escolas, na construção de todas as esquadras, na construção dos quartéis de bombeiros, na construção dos centros de saúde, estamos sempre à frente, Senhora Deputada, estamos sempre, sempre à frente. -----

----- Portanto, só há que aprovar isto, independentemente das adversativas que Vossa Excelência coloca, temos a obrigação moral, política, técnica e ética de aprovar esta proposta. ---

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado Rui Miller, Primeiro Secretário, disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

-----Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), tem a palavra.”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Já ficou praticamente tudo dito.-----

-----Esta requalificação e a eficiência energética do Centro de Saúde de Linda-a-Velha, já eram desejados há muito. E, de facto, aproveitar algumas das verbas do PRR para assegurar este benefício para a saúde da população de Linda-a-Velha, é, de facto, muito bem-vindo.-----

----- E uma vez que já foi tudo dito, só acrescentar que o PSD votará favoravelmente, porque achamos que vai, de facto, trazer grandes melhorias e os benefícios são sobejamente conhecidos.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado Rui Miller, Primeiro Secretário**, disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Deputada.-----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), tem a palavra.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente em substituição.-----

-----Eu gostaria de responder, primeiro para agradecer as declarações do Deputado Viegas (IN-OV), que me são sempre dirigidas e, portanto, é com muita honra que o faço, porque realmente o Senhor Deputado dedica muito do seu tempo a intervenções que me são dirigidas.-----

-----Gostaria de lhe dizer que, como disse, votaremos favoravelmente a proposta, porque consideramos que é da máxima importância a requalificação dos centros, mas isso não quer dizer que enquanto Deputada não faça o trabalho que todos temos aqui de fazer, de fiscalização da ação do Município para chamar à atenção, alertar para problemas e situações que podem ser resolvidas de melhores formas. E é nesse contributo positivo e construtivo que estamos aqui a dar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as opiniões.-----

----- Portanto, Senhor Deputado, eu não estou aqui a falar como a “Mónica Adversativa Albuquerque” eu estou aqui a falar como a “Mónica Assertiva Albuquerque”. E que lhe sabe dizer, Senhor Deputado, que é incorreto que o IN-OV use a sua maioria constantemente para desvalorizar o trabalho que os Deputados fazem aqui nesta Casa. -----

----- Também já agora, aproveito Senhor Deputado, para lhe dizer que, provavelmente não sabe, mas a “Mónica Assertiva Albuquerque” até sabe que hoje estamos na centésima segunda Assembleia deste mandato, já votámos nesta Assembleia quatrocentas e oitenta e nove propostas, das quais o Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente trezentas e trinta e quatro. Que corresponde exatamente a sessenta e oito por cento das propostas. -----

----- E, portanto, Senhor Deputado, acho que ficamos por aqui com esta conversa. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- O Senhor Deputado Rui Miller, Primeiro Secretário, disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Jorge Rato (PS), tem a palavra.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Deputado Rui Miller, Primeiro Secretário, referiu o seguinte: -----

----- “Faz favor, Senhor Deputado Jorge Rato (PS).” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em exercício, muito obrigado. -----

----- Eu estava a fazer um compasso de espera para haver silêncio na sala. -----

----- A Transferência de Competências da Administração Central para as Autarquias Locais foi um processo complexo e por vezes conturbado. -----

----- Recheado de episódios, nem sempre dignificantes, para as partes envolvidas,

Administração e Autarquias, assistimos a inúmeras declarações e profissões de fé, supostamente suportadas em princípios ideológicos, dificilmente entendíveis na perspectiva da valorização do papel das Autarquias Locais ao serviço do bem-estar e da qualidade de vida das populações. -----

-----Todos sabemos, quão atribulado foi o processo, em áreas como a Ação Social, a Educação ou a Saúde, no Município de Oeiras. -----

-----Mas também sabemos a determinação que a Vereadora Ana Filipa Laborinho emprestou ao processo, com vista à concretização e reforço dos meios financeiros da transferência de competências nessas áreas e a relevante intervenção dos membros do governo, na obtenção desses acordos. -----

-----Senhora Presidente, Senhor Presidente, a proposta que hoje discutimos, comprova a importância do Acordo assinado a doze de janeiro de dois mil e vinte e quatro, entre o Senhor Presidente Isaltino Morais e o Senhor Ministro Manuel Pizarro. E demonstra a importância dos investimentos do PRR na requalificação dos equipamentos de saúde do Concelho, disponibilizando verbas muito significativas para a sua concretização. -----

-----Depois de muitos anos sem as obras necessárias para corrigir o estado de degradação do edifício e para a reposição dos equipamentos, saudamos o esforço, capacidade e celeridade dos serviços municipais na apresentação desta proposta, apenas um ano após a transferência de competências.-----

-----A área da Saúde junta-se assim às demais áreas transferidas, nomeadamente à área da Educação, já hoje aqui falada, na confirmação de que o caminho trilhado no processo de Transferência de Competências, permite já hoje e permitirá no futuro, melhores equipamentos, melhor qualidade de vida e melhor bem-estar para os oeirenses.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faz favor.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- É só para gastar dez segundos para fazer uma proposta ao Evoluir, uma vez que votaram, segundo uma conta de cabeça, setenta e cinco por cento das propostas a favor, e já estão...” -- -----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “... sessenta e oito, pronto, setenta por cento... está na hora, se calhar, só faltam seis meses, de aceitarem pelouros e virem para a gestão da causa pública. Portanto, afinal, se vocês já votaram tanta coisa a favor e são tantos os plágios que fazem de propostas de recomendação de coisas que já estão feitas, ou que estão em curso... ou seja as tais ideias boas, mas que são velhas e não são vossas, é uma contradição, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO). Se têm essa afinidade toda com as posições políticas que são aqui apresentadas, então, porque é que não aceitam pelouros?”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) pretende ...” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio dizendo o seguinte: ---

----- “Senhor Deputado, é que as propostas que eu estou a contar são mesmo todas as que vieram aqui à Assembleia. Portanto, não são as do IN-OV, nem são as da Câmara, são todas, de todos os grupos políticos. -----

----- A outra questão é que, nós próprios no âmbito das Grandes Opções do Plano todos os anos apresentamos propostas, que a Câmara depois acaba por não aceitar. Mas também, todos os anos reforçamos que o IN-OV cumpra o seu programa político, que cumpra aquilo que prometeu

em dois mil e dezassete e em dois mil e vinte e um. Todos os anos apresentamos propostas que são do IN-OV e pedimos: “olhe, vocês prometeram isto, cumpram lá se faz favor”, mas nem assim, Senhor Deputado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais algum dos senhores pretende usar da palavra?-----

-----Senhor Presidente, faz favor.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para fazer aqui uma clarificação à intervenção do Senhor Deputado Jorge Rato (PS), situação que eu nunca poderia deixar passar em claro.-----

-----Independentemente dos esforços do Presidente da Câmara, da Vereadora Filipa Laborinho, dos governos... a descentralização é uma fraude, e eu sempre a entendi como uma fraude. É um engano para os municípios e para os cidadãos que pagam impostos... e chame-se Governo PSD, chame-se Governo Partido Socialista.-----

-----Realmente os Governos quiseram livrar-se... Não está em causa o melhor serviço prestado aos cidadãos, aí estou de acordo consigo, é claro que o serviço prestado aos cidadãos pelas câmaras municipais, pelos municípios, seja nos centros de saúde, seja na educação, naturalmente que é melhor, mais rigoroso, mais tempestivo do que o Governo. Agora não se diga que a descentralização foi uma coisa boa para os municípios, porque não, foi uma coisa péssima. Porque dentro de pouco tempo se verá como muitos municípios em Portugal têm dificuldades em suportar os custos da descentralização.-----

-----E eu dou-lhe apenas um exemplo, no caso da educação, por exemplo, nós estamos a fazer obras rapidamente nos centros de saúde, e aí digo mérito, aí está, dos serviços, atrasaram-se numa questão, mas nesta matéria não falham, é urgente fazer obras nos centros de saúde e muito bem, lá estamos nós a fazê-las... Mas lembro-me, por exemplo, no caso ... e nos centros de saúde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vai acontecer o mesmo... da educação, estamos a fazer, vamos fazer, arrancou, já está lá o estaleiro, as obras de Linda-a-Velha, da Augusto Lucas, um investimento na ordem dos quinze milhões de euros... Mas nós temos pronto o projeto da São Julião da Barra, e o projeto da Aquilino Ribeiro, estão prontos esses projetos... no conjunto são mais cerca de vinte milhões de euros, não há dinheiro para eles. Mas o Governo transferiu para os municípios, impôs-nos a receção das escolas, mas não nos deu o dinheiro, não transferiu o dinheiro. E se estamos a fazer obras tem a ver com o PRR, no caso da Augusto Lucas. Bom, e mais, estabeleceram na altura um limite de quatro milhões para as obras das escolas... Por acaso, houve bastante sensibilidade por parte do Governo para num determinado momento reconhecer (e ainda foi o Governo Socialista) que era importante alterarem o regulamento e admitir a candidatura de escolas acima dos quatro milhões de euros... Agora, o problema que se põe é este: foram transferidos para os municípios equipamentos, designadamente escolares, para os quais o Governo Central, seja ele qual for, não dá dinheiro. Portanto, quer dizer que os municípios foram enganados... foram enganados os que quiseram, eu nunca fui enganado, porque eu sempre contestei este processo de descentralização.-

----- Portanto, Senhor Deputado, isto não é um problema do Governo do Partido Socialista, ou do Governo do PSD, porque a descentralização curiosamente começou no Governo do Doutor Passos Coelho, começou nessa altura da Troika, é que começaram as transferências de competências para os municípios. E depois, todos os governos que lhe seguiram... e este também continua, o que agora caiu na Assembleia da República, também estava muito interessado em continuar a transferência de competências... Pois não, estão a “sacudir a água do capote”, transferem para os municípios competências, despesas, etc., e é obvio que... normalmente o que é que se diz... Reparem, é uma questão de quem é o rosto do poder. O rosto do poder passa a ser os presidentes de câmara, portanto, batem à porta do Presidente da Câmara... também podem vir aqui à Assembleia Municipal, ou à Câmara Municipal, mas na realidade batem à porta do Presidente, o Presidente da Câmara é que é o responsável... porque depois aqui na Assembleia Municipal, os

senhores deputados também batem no Presidente da Câmara, também dizem: “o Presidente da Câmara tem que fazer as obras”. Mas, na realidade o responsável não é a Câmara Municipal, não é o Município, não é o Presidente... Quer dizer, fizeram-se as transferências, passou o património, mas não passou o pacote financeiro. Ora, na altura, então, o que devia passar em simultâneo era: “é a Escola Augusto Lucas, muito bem, aqui vai o pacote financeiro para a Augusto Lucas...”. Não, impuseram-nos a receção de todas as escolas, mas agora ou há dinheiro do PRR, que pelos vistos já não há, mas também do Orçamento do Estado também não. E as pessoas vêm bater à porta da Câmara “mas a Câmara é que é responsável, a Câmara recebeu”. -----

-----Portanto, nós nunca podemos branquear esta questão, porque na realidade a transferência de competências, tal qual se faz, é um engano, é uma forma de sobrecarregar os municípios, que agora têm que ter, digamos, mais despesa para satisfazer necessidades que eram satisfeitas em princípio pelo Estado... E deu-se mais uma situação, ainda pior, é que realmente o Estado durante os últimos dez, quinze anos, não fez obras em nada, deixou tudo ao “Deus-dará”, e depois, naturalmente, muitas vezes transferiu até.... Eu dou-vos um exemplo, a Escola de Linda-a-Velha, no auto de vistoria que na altura a Administração Central do Ministério da Educação nos deu, eram quatro milhões de euros. E foi com o projeto que nós verificámos que atingia os doze milhões... eu falo em quinze porque dois ou três milhões são de ... não é de estaleiro... é dos contentores que temos que adquirir para fazer, digamos assim, a instalação de algumas turmas, enquanto decorrem as obras. -----

-----Portanto, eu não posso deixar, nesta matéria, de corrigir este aspeto, porque às vezes fica-se com a ideia que parece que foi um favor, uma coisa extraordinária... E então, o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) tem essa particularidade, fala de uma maneira... como foi durante o Governo Socialista que nós fizemos o acordo, que foi um grande negócio... Senhor Deputado não foi, não foi um grande negócio.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu recordo o Senhor Presidente da Câmara, que a Escola Secundária José Augusto Lucas é um processo que já vem do passado, e que era, salvo erro, o primeiro protocolo que a Câmara assinou, um milhão e meio, ou dois, portanto, já vai nos catorze. -----

----- E, o Senhor Presidente sabe, que eu sei, que no processo das transferências de competências, primeiro, não era imediato, os investimentos em escolas eram até dois mil e trinta, ou dois mil e trinta e cinco. Que as verbas seriam atribuídas com um valor... para os cálculos foi utilizado um valor médio de quatro milhões..., portanto, há escolas que serão mais, outras que serão menos... -----

----- E, há, Senhor Presidente, uma coisa, uma falácia no seu argumento: é que o património dos terrenos é vosso, são do Município. E, eu recordo-lhe um negócio em Cascais, em que a escola não vai ser reabilitada, nem vai ser mantida, e é um terreno de não sei quantos hectares que vai ser vendido pelo Município e que vai ficar com um ganho para o Município absolutamente significativo. Mas, pronto, há quem diga que a garrafa está mais cheia, outros está mais vazia... Eu verei no futuro se o Senhor Presidente não se vai vangloriar de ter os equipamentos, de ter feito as obras, e com isso fazer algum aproveitamento político e eleitoral, com essas obras que vai fazer à pala de uma delegação de competências que lhe deu, como diz, as coisas más, e ficou com as coisas boas, mas que lhe vai permitir fazer isso no futuro. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Faz favor, Senhor Presidente.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Esta questão é muito importante. É claro que vangloriar... vou-me vangloriar sempre... não, não, mas vou-me vangloriar não da transferência de competências, não. Vou-me vangloriar da obra que o Município faz. Vou-me vangloriar da obra que o Município faz com dinheiros do Município, porque os dinheiros da transferência de competências são claramente insuficientes. No caso de Oeiras são claramente insuficientes... de tal maneira que, por exemplo, no caso das escolas, temos duas escolas cujos projetos de execução estão prontos e não há dinheiro. O Estado não tem dinheiro, nem do PRR, nem do Orçamento do Estado. Portanto, essas duas escolas... não há dinheiro, nem do PRR e já não havia do Governo anterior e deste também não. Portanto, PRR, não havia, nem do PRR e nem do Orçamento do Estado. E, dá-se a circunstância neste Concelho, por acaso, até algumas escolas tinham sido construídas pela Câmara. -----

-----Segundo: terrenos. Nos últimos quarenta anos, o Estado não comprou um único terreno, um único. Foram todos adquiridos pela Câmara Municipal e entregues ao Estado para construir as escolas secundárias que foram construídas. Portanto, a Amélia Rey Colaço, a Aquilino Ribeiro... e ainda há uma outra, são pelo menos três... e a Camilo Castelo Branco. Foram terrenos adquiridos pela Câmara Municipal, são escolas secundárias e que foram entregues ao Governo para construir as ditas escolas. E, portanto, o que a Câmara agora recebeu, não é para fazer negócio. O que a Câmara recebeu são escolas, são edifícios escolares e, portanto, nem acredito, sinceramente, se Cascais recebeu um terreno que não tinha nenhuma escola, o que eu vejo é a ESTAMO agora, nos terrenos que dizem estar abandonados pelo Estado, a querer esmifrar os municípios. Não sei se estão a ver. Portanto, não tenhamos ilusões. A transferência de competências, tal qual se fez e se está a fazer, é um esbulho aos municípios. Portanto, não tenhamos ilusões, agora vamos... temos que nos vangloriar, com certeza. Se nos obrigam a receber determinados equipamentos, obviamente que depois de estarem na esfera da Câmara temos que fazer a obra. Se fazemos a obra com um esforço do orçamento dos nossos impostos dos nossos cidadãos, temos que nos vangloriar, com certeza, mal seria. Íamos elogiar os governos que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

passaram os ónus e os encargos e não nos passaram o pacote financeiro? Quer dizer, mal seria.”-

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Podemos passar à votação da proposta.”-----

4.5.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva

Castro). -----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, do Partido Socialista e Dinis Penela Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 35/2025** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 95/2025 – UPGO - Pº. 2024/101-DEM/UCR - “USF LINDA-A-VELHA (CENTRO DE SAÚDE) - REMODELAÇÃO GERAL E MELHORIA DE DESEMPENHO ENERGÉTICO” - DECISÃO DE CONTRATAR E ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO - PEÇAS DO PROCEDIMENTO E NOMEAÇÃO DO RESPETIVO JÚRI** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número noventa e cinco barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número três da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de fevereiro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, autorizar a decisão de contratar e a abertura do procedimento concursal necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas designada “USF Linda-a-Velha (Centro de Saúde) – Remodelação geral e melhoria de desempenho energético”, mediante a adoção de um procedimento por concurso público, sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O preço base do concurso em um milhão cento e treze mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução da empreitada de trezentos e sessenta e cinco dias. --

----- As peças do procedimento. -----

----- A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências, bem como a Coordenadora de Segurança em Obra e a Diretora de Fiscalização, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Está, portanto, aprovado por unanimidade e passamos ao ponto seguinte.”-----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 134/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao P.º 10/DCH/2024 – “Construção do Novo Programa de Habitação de São Marçal – 40 fogos, Carnaxide” – Reprogramação Financeira, Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustados ao presente ano (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) faz favor.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- No nosso entender, esta proposta devia ser corrigida porque não está redigida indicando que tem de ser votada por esta Assembleia. Portanto, a proposta fala apenas de apreciação da Assembleia Municipal e, portanto, não está redigido na proposta que é para votação, apesar de ter sido colocada na Ordem de Trabalhos. E, portanto, consideramos que não sendo possível alterar propostas que foram aprovadas na Câmara, como diz a lei, a proposta devia ser corrigida antes de ser votada aqui nesta Assembleia Municipal. Nós colocamos esta questão...

posso continuar?...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Está como?”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) continuou a sua intervenção: ----

-----“Pois, mas não foi essa a proposta que foi enviada para a Assembleia Municipal para votação. Pronto. -----

-----No nosso entender, a proposta deve ser corrigida porque não está redigida indicando que tem que ser votada na Assembleia pela reprogramação financeira. É como se a Assembleia mais uma vez, tal como eu disse na proposta anterior, não fosse tida nem achada na decisão ou na proposta, nem dependesse desta Assembleia, o que não é verdade, numa desconsideração que no nosso entender é inaceitável. -----

-----Relativamente à documentação, o processo não está devidamente instruído pois falta a Ficha de Compromisso relativa a dois mil e vinte e cinco, já que no ano passado, o ano mudou, e, portanto, é dispensável e inútil a Ficha de Compromisso colocada que é referente ao ano passado - dois mil e vinte e quatro. -----

-----Assim, recomendamos o adiamento e correção para que venha em conformidade legal.

-----Relativamente à proposta em si, somos a favor da habitação pública, como várias vezes já aqui dissemos. Ainda hoje ouvimos o Senhor Presidente na altura do ponto Antes da Ordem do Dia dizer inverdades e que não pude contestar porque não tínhamos tempo de intervenção. Mas voltamos a lembrar que já entregámos até ao Senhor Presidente, em mão, um quadro que mostra que votámos a favor de setenta por cento das propostas que aqui foram apresentadas na Câmara e na Assembleia sobre habitação pública. E, como já aqui demonstrámos, e é comprovável nas atas e também no Salão Nobre, apenas votámos contra quando as propostas não respeitam as boas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

práticas em matéria de urbanismo e desrespeito pelos valores ambientais, colocando em confronto valores sociais que seriam afetados coletivamente pela opção tomada. Estas opções, a par de outras, demonstram que o Município de Oeiras está muito... oh, Senhora Presidente, eu estou a fazer a minha intervenção, pode por favor desligar o seu microfone? Muito obrigada. -----

----- Voltando atrás, apenas votamos contra quando as propostas não respeitaram as boas práticas em matéria de urbanismo e desrespeito pelos valores ambientais colocando em confronto valores sociais que seriam afetados coletivamente pela opção tomada. Estas opções, a par de outras, demonstram que o Município de Oeiras está muito longe de ser um bom exemplo, em matéria de ambiente e alterações climáticas como querem fazer passar. -----

----- Também gostaríamos de colocar a questão (uma vez que estamos em dois mil e vinte e cinco): o valor dos encargos de dois mil e vinte e quatro, no valor total de cinquenta e nove mil quinhentos e cinquenta e quatro vírgula trinta e um euros, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, corresponde ou não ao montante efetivamente realizado e pago no ano passado? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV).” -----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu não devo ter lido a mesma proposta que o Evoluir, mas mais uma vez é para atrasar, eles querem é atrasar, atrasar o desenvolvimento de Oeiras. -----

----- A proposta que nos é apresentada visa a adjudicação da empreitada de construção do Novo Programa de Habitação de São Marçal - quarenta fogos em Carnaxide, no valor de pouco mais de sete milhões cento e onze mil seiscentos e noventa e nove euros, com um prazo de execução de dezoito meses, o que é fantástico, senhores deputados. Esta obra é de fundamental

importância para a ampliação da oferta de habitação acessível no nosso Concelho, o que está em linha com as prioridades da Câmara Municipal em termos de promoção de habitação para a nossa população.- -----

-----Pontos positivos:-----

-----Necessidade de Habitação: A construção de quarenta fogos, distribuídos por tipologias TUm e TDois, é uma medida que responde diretamente à crescente demanda por habitação acessível na nossa região. Este projeto está alinhado com o Programa “Primeiro Direito” e com o compromisso do Município de Oeiras de garantir melhores condições habitacionais para a população, especialmente para aqueles com maiores necessidades. -----

-----Processo Transparente: O concurso público internacional que foi realizado segue as diretrizes do Código dos Contratos Públicos e do Regime Jurídico das Autarquias Locais. A publicação no Jornal Oficial da União Europeia e a plataforma eletrónica Vortal asseguram um processo transparente e acessível a todas as empresas do setor. -----

-----Análise do Júri e Ajustes Necessários: O júri do concurso fez uma análise criteriosa das propostas, ajustando o preço base e prorrogando o prazo de entrega das propostas quando necessário, garantindo que todos os interessados tivessem a oportunidade de cumprir os requisitos. A proposta vencedora, da Tecnozem - Engenharia e Construções, S.A., foi avaliada positivamente, com o preço da proposta abaixo do valor base, o que demonstra eficiência na gestão dos recursos públicos. --- -----

-----Agora, Senhora Deputada, para que não fique invejosa, pontos a considerar (somos da maioria, mas também temos cabeça para pensar): -----

-----Exclusões e Impugnações: A proposta também destaca que houve concorrentes excluídos devido ao não cumprimento de requisitos (como o preço contratual superior ao valor base ou a falta de documentos essenciais). A transparência na exclusão dessas propostas deve ser reconhecida, mas é importante garantir que todos os concorrentes sejam igualmente tratados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

durante o processo, para que a confiança no procedimento público se mantenha, mantendo assim a confiança política.-----

----- Execução Financeira e Cronograma:-----

----- O cronograma financeiro da obra está detalhado, com as despesas previstas para dois mil e vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis. A execução financeira de dois mil e vinte e quatro, no valor de cento e quarenta e oito mil trezentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos, está em conformidade com o plano plurianual de investimentos. No entanto, é essencial garantir que os pagamentos e o financiamento da obra sejam realizados de forma eficaz e que não haja desvios que possam prejudicar o cumprimento do prazo ou do orçamento.-----

----- Outro ponto a analisar - Fiscalização e Acompanhamento da Obra:-----

----- A obra está isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, dado o carácter de habitação pública. Contudo, é importante assegurar que a Câmara Municipal de Oeiras realize a devida fiscalização durante a execução da obra, garantindo o cumprimento das condições acordadas no contrato e na boa gestão dos recursos públicos.-----

----- Em conclusão, senhores deputados, esta é uma das muitas propostas que virão cá, no compromisso que o nosso Senhor Presidente tem da construção de milhares de fogos de habitação para os oeirenses. Esta proposta apresentada é fundamental para o desenvolvimento do nosso Concelho, pois vai ao encontro das necessidades habitacionais do mesmo. O processo de adjudicação, conduzido de acordo com as normas legais, e a escolha da empresa Tecnozem, que apresentou a proposta mais vantajosa, assegura a continuidade deste importante projeto. Devemos, portanto, aprovar, sem reservas, a referida proposta.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, não leu tudo, porque está cá escrito que é para aprovação e posterior apreciação da Assembleia Municipal. Está cá.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, a proposta, quando é redigida está dirigida à Câmara Municipal, quando se refere à aprovação é à aprovação do Executivo e depois... sim, porque eu felizmente leio muitas, Senhora Presidente. E, portanto, costuma estar apreciação e votação da Assembleia Municipal e, como a Senhora Presidente pode ver não está. Aliás, esta questão foi colocada também na Comissão de Assuntos Jurídicos, em que o meu colega Tomás Cardoso Pereira (EO) fez questão de colocar essa questão e a Senhora Presidente disse que já tinha sido colocada a questão e que iria verificar junto com a Câmara e depois disso não soubemos mais nada, até chegar aqui hoje à Assembleia e a proposta está exatamente igual no Salão Nobre. Aliás, como deve saber, ela não foi até alterada na Reunião de Câmara, não foi alterada, porque se fosse estava na ata a declaração dessa alteração e não tendo sido alterada, não podia ser posteriormente. E, portanto, a proposta que está no Salão Nobre, neste momento, não diz: “apreciação e votação da Assembleia Municipal”, não diz.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Eu quando na Ordem de Trabalhos e no Edital pus para votação, tive algum fundamento para o fazer, não é? Então, o que acontece é que diz expressamente no ponto quatro da proposta: “Face ao que antecede, propõe-se submeter à consideração do órgão executivo municipal e posterior apreciação da Assembleia Municipal”... então o que é que quer?” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

-----“Apreciação e votação da Assembleia Municipal, que é o que diz a lei.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“E também tem que se pôr como é que se vota? Bem.-----

-----O Senhor Presidente, pretende usar da palavra? Faz favor.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Esta discussão é um bom exemplo da inutilidade de muitas conversas e de más vontades. Do que estamos aqui a falar é de apreciação e votação da proposta da Câmara número cento e trinta e quatro de dois mil e vinte e cinco, relativa ao processo dez/DCH/dois mil e vinte e quatro, e o essencial é isto: construção do Novo Programa de Habitação de São Marçal - quarenta fogos (mais quarenta apartamentos para famílias carenciadas), Carnaxide, Reprogramação Financeira, Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustados ao presente. -----

----- Anda toda a gente a discutir o problema das dificuldades do PRR. Da dificuldade de cumprimento e de gasto daquilo que são os financiamentos do PRR. O que é que está aqui em causa? A proposta que vem aqui à Assembleia Municipal é muito clara. -----

----- A presente reprogramação e é a reprogramação que aqui vai, porque é para dois anos económicos distintos, é o que está aqui em causa, a reprogramação plurianual, implica a alteração da distribuição financeira, por alteração do ano económico, pelo que carece de apreciação do órgão executivo... aprovação do órgão executivo municipal e posterior submissão à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Ora, vem à Assembleia Municipal e, portanto, utilizam-se aqui sofismos, na proposta à consideração do órgão do executivo municipal e posterior apreciação da Assembleia Municipal, mas, como aqui diz aprovação da Assembleia Municipal, toda a gente sabe o que é que se pretende. Está aqui a discutir-se porque só tem apreciação, não tem aprovação, mas é isto que se está aqui a discutir? Não há ninguém que não veja qual é o sentido, porque na proposta fala em aprovação da Assembleia Municipal, depois na proposta, obviamente quando se diz apreciação, está a dizer apreciação e votação. Só não vê quem não quer, para que é que se perde tempo com isto? Estamos a falar de habitação pública. Quer dizer, só faltava, vamos adiar mais quinze dias. Quer dizer, estamos a falar de habitação pública, no âmbito do PRR, onde nós temos que ter um cuidado extraordinário, um dia de atraso, pode-nos provocar problemas complicadíssimos. E, estamos aqui a perder... por questões de nuances de uma expressão “aprovação” ou “apreciação” quando toda

a gente vê que está aqui a aprovação nos dois sítios. Está aprovação num sítio e está apreciação no outro e diz porquê. Portanto, quer dizer, é realmente extraordinário como nós, quando temos má vontade, mais uma vez, vejam bem: habitação pública. Estão a ser postos problemas à habitação pública, para famílias carenciadas ou para famílias da baixa classe média, é do que estamos a tratar, é de casas e a proposta que vem a seguir é idêntica, aqui são quarenta fogos e o outro são quarenta e dois. Esta discussão mostra bem a má vontade... (o microfone desligou-se) querem mesmo habitação.” -----

-----O Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Concordando plenamente com o que acabou de dizer o Senhor Presidente da Câmara e pondo em cima da mesa a premência, a importância e a necessidade de responder a necessidades prementes das pessoas, eu lembro que o artigo cento e quinze (quer referir-se aos artigos nono, décimo e décimo primeiro) do Código Civil diz o seguinte: -----

-----Estabelece que os erros de escrita ou de cálculo das leis ou dos documentos legais não são causa de invalidade do ato jurídico, desde que seja possível determinar, inequivocamente a vontade das partes ou do legislador. Este princípio visa garantir a segurança jurídica e evitar que meros erros formais ou lapsos possam comprometer a aplicação e eficácia das leis. A correção de lapsos pode ser feita por interpretação, integração ou até mesmo por retificação formal, sem que isso implique a anulação da lei.-----

-----É evidente que, quando os prazos são curtos e necessários para responder aos problemas das pessoas, o Artigo cento e quinze do Código Civil ainda bem que existe. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) faz favor.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Só para lamentar, de facto, o tempo que estamos a perder aqui com a questão, porque, de facto o importante seria... posso terminar? Eu aguardo. Eu aguardo que a Assembleia acalme. Eu posso aguardar, não tenho problema nenhum...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Meus senhores, realmente, mas vamos continuar.” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -----

----- “Bom, então vou retomar exatamente no ponto que deixei. -----

----- Lamento, de facto, o tempo que estamos aqui a gastar quando, de facto, aquilo que seria importante seria discutirmos habitação pública. O Grupo Evoluir Oeiras já informou que irá votar favoravelmente esta proposta, lamento mesmo que tendo sido colocada a questão antes da Assembleia, Senhora Presidente, a resposta não tenha vindo neste sentido que o Professor Domingos (IN-OV) informou agora e, portanto, caberia à Assembleia esclarecer uma vez que a questão foi colocada antecipadamente e evitaríamos estes discursos.-----

----- Outra forma de evitar, Senhor Presidente, era que o trabalho fosse bem feito de início. E, portanto, em vez de apreciação, conforme as outras propostas que lá costumam estar, é apreciação e votação. Portanto, a responsabilidade é do Senhor Vereador Nuno Neto que assina uma proposta que está efetivamente errada, porque como o Senhor Presidente muito bem sabe, aquilo que nós estamos a votar são os pontos deliberativos e não os “considerandozinhos” que estão lá na proposta. Está a ver? O Senhor Presidente tem muita experiência e sabe bem o que estou a dizer. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Estamos precisamente a ver e eu não vou perder tempo a esclarecer-lhe por que

motivo é que não respondi ao seu telefonema... oh, minha Senhora vá dar lições para outro lado...”

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Ainda bem que fica no microfone, Senhora Presidente, ainda bem.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu e disse o seguinte: -----

-----“Está ligado, está ligado e eu repito. A Senhora está a dizer-me o que eu devia de fazer. Eu não lhe posso responder de outra maneira. Não é telefonando para os serviços a dizer: “Olhe que não está certo o edital”, não. Não é assim que se procede, não é assim que se procede. Então isso é a sua maneira de ver. Vamos é votar estes pontos que isso é que importa e o que aqui está para se fazer. Portanto, passo à votação seguidamente, já fizemos a discussão do que estava para fazer.”-----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes), um do Partido Pessoas-Animaís-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 36/2025** -----

----- **“PROPOSTA C.M.O N.º 134/2025 – DPCH - P.º 10/DCH/2024 - “CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE SÃO MARÇAL - 40 FOGOS, CARNAXIDE” - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS AO PRESENTE ANO---**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e trinta e quatro barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número cinquenta e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezanove de fevereiro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, um do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do

Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com o cronograma financeiro da obra e reprogramação que ora se propõe, substituindo-se a programação financeira plurianual anteriormente aprovada pela Proposta de Deliberação número oitocentos e sessenta e dois, de dois mil e vinte e quatro, de nove de setembro, pela seguinte distribuição:-----

----- Dois mil e vinte e quatro - cinquenta e nove mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e trinta e um cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor;-----

----- Dois mil e vinte e cinco - quatro milhões oitocentos e sessenta e cinco mil cento e dois euros e oitenta cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Dois mil e vinte e seis - dois milhões cento e oitenta e sete mil e quarenta euros e sessenta e três cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Do plano de trabalhos e cronograma financeiro, ajustados ao presente ano, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. ----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Está, portanto, aprovado por unanimidade.” -----

4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 135/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao P.º 34/DCH/2024 – “Construção do Novo Programa de Habitação da Quinta das Acácias – 42 fogos, Carnaxide” – Reprogramação Financeira, Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustados ao presente ano (os documentos relativos a esta Proposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----**

----- **“Quem vota contra? Como?” -----**

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----**

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----**

----- **“Não, não, estou a votar. Não, não pode, porque está a meio de uma votação, não sabe isso? Sabe muitíssimo bem. Não. E, disse no início que podíamos votar seguidamente as duas propostas, não ouviu? Pronto, olhe... o microfone estava ligado.”-----**

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----**

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----**

----- **“Mas, diga-me uma coisa, tem outra questão? Tem uma intervenção para fazer? Bem. É absolutamente... mas, enfim. Vamos deixar, vamos considerar que eu não disse nada, que não anunciei que iríamos votar os dois pontos e, portanto, o Senhor quer comentar? Faça favor.” -----**

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção: -----**

----- **“Senhora Presidente, eu peço desculpa, mas eu creio que houve mais deputados que também não ouviram.-----**

----- **Mas, vamos então passar ao cerne da questão que está aqui em discussão, que é, efetivamente, habitação pública. E, se queremos discutir conteúdo, independentemente de já estarmos aqui há algum tempo, vamos então discutir conteúdo, apesar desta proposta formalmente ter o mesmo problema do que a anterior, mas vamos passar à frente disso.-----**

----- **Habitação pública: no início desta Assembleia Municipal... Senhor João Viegas (IN-OV), calma, Senhor Deputado. No início desta Assembleia Municipal, o Senhor Presidente afirmou que e vou tentar citar mais ou menos palavra por palavra: “A miserável extrema esquerda**

ou a extrema esquerda miserável é contra a habitação pública”. Mentira. Mentira, começada e acabada. ---

-----Nós, já aqui foi referido, votámos a favor, geralmente, de cerca de setenta por cento das propostas nesta Assembleia Municipal e em relação à habitação pública, a percentagem é mais ou menos a mesma. Nós, o Grupo Político Evoluir Oeiras, as forças políticas que o constituem, somos a favor de habitação pública. -----

-----Agora, o Senhor Presidente, a Câmara, o Executivo, têm uma visão política dentro daquilo que é a promoção da habitação pública que tem, obviamente, diferenças em relação à nossa. Estranho seria se não tivesse e não, Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), nós não estamos a plagiar propostas do IN-OV, nós não precisamos de plagiar propostas do IN-OV. Nós temos as nossas ideias, nós não precisamos de perguntar ao Senhor Presidente, o que é que acha desta proposta, como é que devíamos votar esta proposta. Nós temos as nossas ideias e nós somos, reitero, a favor de habitação pública com critérios de construção que tenham em conta outros problemas relacionados com o urbanismo, nomeadamente a crise ecológica, questões como a construção em leitos de cheia e a forma como economicamente também se olha para o território do Município. Temos divergências com o Senhor Presidente, não é segredo nenhum, já aqui as debatemos amplamente.-----

-----Vamos votar também a favor desta proposta como votámos a anterior, relacionada com uma reprogramação financeira deste projeto de habitação pública, tal como votámos a anterior. Tal como votámos setenta por cento das propostas que são aqui apresentadas na Assembleia Municipal relacionadas com habitação pública.-----

-----E, portanto, o Senhor Presidente começou esta Assembleia Municipal a chamar-nos miseráveis de extrema esquerda, não me esqueci, estava aqui à espera do meu ponto para intervir, eu creio que a Senhora Presidente não disse que íamos votar em conjunto, estava aqui à espera deste momento para poder dizer e repetir que o Senhor Presidente nos chamou miseráveis de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

extrema-esquerda, o que é lamentável e que me parece que é uma atitude até bastante indigna de um Presidente Câmara, seja ele qual for. E nós acabamos esta Assembleia Municipal, Senhor Presidente, a votar a favor das propostas de habitação pública que o Senhor Presidente aqui traz hoje a esta discussão. E, portanto, eu não sei se somos nós que somos os miseráveis de extrema-esquerda, não sei se é o Senhor Presidente que, afinal, também é um miserável de extrema-esquerda ou, se calhar, somos todos que votamos por unanimidade estas propostas sobre habitação pública uns miseráveis de extrema-esquerda todos. O Senhor Presidente vai ter de se decidir. Se somos só nós que somos miseráveis de extrema-esquerda, se o Senhor Presidente também é um miserável extrema-esquerda, se a bancada do IN-OV são miseráveis de extrema-esquerda por votarem da mesma maneira propostas de habitação pública. Temos as nossas discordâncias, aqui temos concordâncias em relação a este projeto. A retórica que o Senhor Presidente e que depois ali o seu acólito e... não sei, às vezes se é um acólito, se é mesmo um eco que se ouve como quando se está na montanha e se diz uma coisa e vem um eco exatamente igual, Senhor Deputado João Viegas (IN-OV). Vão ter de decidir, vão ter de escolher, ou continuam com esta retórica falsa e que depois chega-se aos momentos da votação e quando eu escolho usar os meus cinco minutos da intervenção para chamar a atenção disto fica patente que é absolutamente ridículo chamar miseráveis de extrema-esquerda a quem está setenta por cento das vezes de acordo na matéria que supostamente nos divide tanto que é a habitação pública. E, portanto, ou nós não somos miseráveis de extrema-esquerda, ou o Senhor Presidente e o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) e toda a bancada do IN-OV também são uns miseráveis de extrema-esquerda. As duas coisas não podem ser verdade ao mesmo tempo, Senhor Presidente... ainda tenho tempo, ainda vou acabar o meu raciocínio. As duas coisas não podem ser verdade ao mesmo tempo e, portanto, o Senhor Presidente tem de escolher. E tem, de uma vez por todas, de uma vez por todas, de parar com a retórica falsa de que nós somos contra a habitação pública, porque não corresponde à verdade, é populismo. Senhor Presidente, olhos nos olhos, com as letras todas - é mentira. É mentira, Senhor

Presidente e é nessa mentira... e é nessa mentira, e é nessa mentira...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Extrema-esquerda... extrema-esquerda miserável.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção e disse o seguinte: --- -----

-----“Senhora Presidente, se puder não ter microfone ligado enquanto estou a intervir.”---

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu e disse o seguinte: -----

-----“Não, não tem problema. É que o Senhor está a incorrer num erro.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Então?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“É que o Senhor está a dizer que o Senhor Presidente disse que eram “miseráveis de extrema-esquerda” e não disse, disse que era “extrema-esquerda miserável”.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Ah, pronto, completamente diferente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz diferença.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“É tipo lavagante e arroz de lavagante. Muito bem. Adiante.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não, não. Faz diferença.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Muito bem.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O Senhor não consegue perceber a diferença.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -- -----

----- “Eu corrijo e penitencio-me pelo meu erro gravíssimo, não foi “miseráveis de extrema-esquerda”, foi que somos de “extrema-esquerda miserável”. Peço imensa desculpa, é totalmente diferente. Estou completamente... penitencio-me pelo meu erro fatal e muito obrigado pela interrupção, Senhora Presidente, porque perdi completamente o meu raciocínio, mas também já estava a terminar... que chatice, não é? Mas também já estava a terminar e posso dizer ao Senhor Presidente que vai mesmo ter de escolher, porque as duas coisas não podem ser verdade ao mesmo tempo. Não podem ser verdade ao mesmo tempo e, portanto, Senhor Presidente, fico à espera de o ver decidir o que é que é verdade ou o que é que é mentira já que... para citar o Senhor Vice-Presidente que com muita pena minha não está cá hoje, o Senhor Presidente parece que não lida maravilhosamente bem com a verdade.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Lamentável. -----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) e o Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV) estão inscritos. Faz favor... não, se o Senhor quer falar, fala agora.” -----

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Queria só dar primeiro a vez ao Vicente (IN-OV).”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Não... fala no fim.-----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) quer deixar...”-----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Eu peço a palavra para Defesa da Honra, Senhora Presidente.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Aí é? Faz favor.” -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) e a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) em Defesa da Honra, disse o seguinte:--- -----

-----“Eu peço a palavra em Defesa da Honra... é que eu não gosto, não gosto que me chamem miserável de extrema-esquerda. Eu não sou um miserável de extrema-esquerda...”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

-----“Mas os outros são.” -----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) continuou a sua intervenção e disse o seguinte:- -----

-----“A Senhora assume-se como de extrema-esquerda, se é miserável ou não, eu não sei...” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“Isto é melhor do que ir ao cinema.” -----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“Eu reconheço que a Senhora Deputada do Evoluir Oeiras, hoje tirou o dia para transformar a Assembleia Municipal numa chicana. Ainda não fez outra coisa do que transformar esta Assembleia Municipal numa chicana, o que aliás a coloca ao lado da extrema-direita. Se tivéssemos dúvidas sobre o comportamento da extrema-direita em Portugal, bastava assistir ao espetáculo lamentável que o Chega faz na Assembleia da República. Aliás, espetáculo miserável que hoje tentou transportar para esta Assembleia, insultando de forma suaz o Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara...” -----

----- Alguém interveio utilizando a interjeição: “Eh!” -----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) continuou a sua intervenção: -----

----- “Não é “eh” Senhor Deputado... é a triste realidade. O Chega é, de facto, miserável pelo menos pelo avaliar pela qualidade dos seus deputados nacionais...com um currículo...eticamente... com as características que todos nós conhecemos.-----

----- Mas, estava eu a dizer que não gosto que me chamem de miserável de extrema-esquerda, nem miserável e nem de extrema-esquerda, porque não sou nenhuma das coisas, mas também posso deixar tranquilo o Senhor Deputado Perestrelo (EO), porque não me sinto ofendido, porque só me ofende quem tem categoria para isso.-----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

----- “Queria usar a Defesa da Honra.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- Oh meus senhores. Vamos lá...” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), em Defesa da Honra, disse o seguinte: -- -----

----- “Também queria usar a Defesa da Honra, porque também eu não me considero uma miserável de extrema-esquerda e constantemente estou a ouvir isso aqui nesta Assembleia. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Não tem que agradecer uma coisa que eu não lhe dei. -----

----- Meus senhores, lamento profundamente. Isto não é... olhe, realmente é aquilo que nós vimos e dizemos mal dos outros. -----

----- Eu ia dar a palavra ao Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) e no fim daria a palavra

ao Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV), líder do grupo. Mas, enfim, não foi assim o entendimento. Também está inscrito o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) novamente.-----

-----O Senhor também pretende usar da palavra? Muito bem. Quer usar da palavra já? Faz favor.” -----

-----O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) disse o seguinte:-----

-----“Em Defesa da Honra, sem tempo.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Em Defesa da Honra.”-----

-----O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH), em Defesa da Honra, disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Eu... desculpe... as pessoas estão cansadas, estamos aqui há muito tempo, a tolerância é clarividente, mas uma pessoa que pede a defesa da honra para a seguir desonrar a outra no seu discurso de defesa da honra, devia ter algum tino mental para saber que, de facto, o respeito ou desrespeito devem ser correspondidos sempre com elevação. Eu quando aqui entrei, Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV), eu digo aquilo que eu penso, porque eu não devo nenhum favor ao Senhor Presidente para ter permanentemente, ao contrário de si, de o bajular. Portanto, eu quando tenho que elogiar, como vou a seguir fazer, no uso do meu tempo, de elogiar o Presidente da Câmara e todo o Executivo, já o fiz aqui várias vezes, perante todos vós. Quando eu tenho que dizer alguma coisa da qual discordo, porque acho que o Presidente se imiscuiu em assuntos que não são da competência dele em representação da Câmara, também tenho o direito de aqui chegar e falar e dizer como eu penso, porque volto-lhe a dizer: o Senhor Balcão Vicente (IN-OV) pode ter a ideia que no Chega todas as pessoas são das barracas, mas não são e eu em todos os momentos que aqui estive consigo nunca baixei o nível a ninguém nesta sala, em nenhuma circunstância e mais, Senhora Presidente, passo agora para o outro lado da outra bancada. Fico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

também espantado que o Senhor Deputado Tomás (EO) que fica tão ofendido se isto é miserável de extrema-esquerda ou extrema-esquerda miserável, a mim é-me indiferente, porque o indivíduo que classificou alguém aqui uma vez de asqueroso, não pode ficar ofendido quando alguém também o classifica como extrema-esquerda miserável. Quer dizer, eu nunca classifiquei aqui ninguém, nestes termos, de asqueroso, de extrema-esquerda miserável, recusei várias vezes até a serem classificados de extrema-esquerda, porque eu acho que em Portugal e volto a insistir, não existe extrema-direita representada no Parlamento, como também não existe extrema-esquerda, na minha opinião, representada no Parlamento e, por isso mesmo, nós deveríamos ser um bocadinho mais comedidos para não, realmente, degradar na totalidade as instituições da República. -----

----- Disse, em Defesa da Honra, depois quero falar em relação ao tema que estamos a discutir.” -- -----

----- O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Posso? Senhora Presidente, peço desculpa, em Defesa da...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, peço desculpa.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) está inscrito.” -----

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu tinha aqui um texto para ler que não vou ler, porque estamos cansados, vou só ler o final, que é em relação à proposta em si. -----

----- Fiz uma análise de toda a documentação, de todo o processo, pareceu-me que está tudo cinco estrelas e a conclusão é que a proposta de deliberação apresentada oferece uma solução

adequada e eficiente para resolver uma das questões mais prementes em Oeiras, a questão da habitação acessível.-----

-----A aprovação desta proposta e subsequente adjudicação da empreitada são passos cruciais para a conclusão de um projeto que terá um impacto positivo na vida dos munícipes e no desenvolvimento sustentável da cidade. Para nos situarmos, estamos a falar de um empreendimento de seis milhões trezentos e trinta e oito mil setecentos e quarenta e quatro euros e sessenta e quatro centimos, também para fazer em dezoito meses, e de quarenta e dois fogos: dez TUm, vinte e nove TDois e três TTrês.-----

-----Mas agora, eu tinha que dizer qualquer coisa sobre o acólito do Doutor Isaltino. Eu não tenho nenhum problema que me chame isso, porque sou... sabe que defendi o Doutor Isaltino, quando era muito difícil, quando era mesmo muito difícil, agora é fácil. Portanto, se o fiz quando era difícil, agora não me custa nada.-----

-----Mas quero-lhe dizer uma coisa: não sei se são uma esquerda miserável ou miserável extrema-esquerda, mas há uma coisa que são, vocês parecem um bando de calimeros. Isto porque, estão sempre a chorar que vos estão a bater e vou fazer aqui um bocadinho de psicologia política para explicar o que é que os Senhores estão a fazer. Os Senhores estão a ir atrás do prejuízo. Vocês tinham duas grandes linhas estratégicas para combater o IN-OV. A primeira era as alterações climáticas que quando houve uma Assembleia e foi aprovado o PAECO e com os mais de oitocentos milhões que a Câmara se predispõe a investir e com o Plano que apresentou, foi por água abaixo. E é verdade, não é mentira, os Senhores foram várias vezes, não sei se foi setenta se foi trinta, porque a questão não é quantitativa em relação à posição que vocês têm com a habitação, é qualitativa. Os Senhores, e já foi aqui dito, preferem defender os caracóis, os girassóis e as libelinhas e quando estão em causa os caracóis, as libelinhas, os sapos e os passarinhos, vocês dizem que as pessoas não têm direito a casa. É uma questão ideológica. Portanto, ao ritmo e com a visão do Evoluir, não haveria nem a quantidade de casas que vai haver, nem havia soluções de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

habitação. Agora, quando vocês estão perante propostas como esta que estamos agora aqui a defender, eu duvido que algum Grupo Político seja ele de extrema-esquerda, extrema-direita, extremo-centro, vote contra. Mas quem é que vota contra a construção de casas? Só se for um tonto político. Agora, Senhor Deputado..., é verdade, a vossa visão política da habitação pública é diminuída, é ultrapassada, até direi, permite-me, desculpe CDU, é marxista-leninista e com laivos ambientalistas extremos, de extremismo ambientalista. Portanto, não sei se foram setenta por cento ou não. Agora que fique claro para os oeirenses, com o Evoluir Oeiras, há menos habitação ou, se calhar, nem há habitação nenhuma pública e essa é que é verdade e o Senhor Presidente da Câmara faz muito bem em afirmá-lo. Isto porque, essa é que é a verdade e os Senhores vêm com truques de ilusionismo para tentar ir atrás do prejuízo, porque essa imagem é verdadeira e é essa a imagem que está no eleitorado. Alterações climáticas - já foste, habitação social - já foste, lamento calimero, lamento.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Meus senhores, eu devo dizer-vos que são vinte horas e trinta minutos, temos pessoas do público inscritas para falar, e é por respeito para com essas pessoas que aqui estão, que eu lhes peço que sejam realmente contidos nas vossas intervenções, porque se todos nós formos usar os tempos de intervenção que ainda ali estão, as pessoas continuarão aqui à espera e lamento, porque, no fundo, estamos a repetir aquilo que já foi dito e, por isso peço-lhes realmente contenção nas vossas intervenções. -----

----- Eu tenho inscrito o Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) disse que estava uma declaração de voto...” -----

----- O **Senhor Deputado Frederico Antunes (CH)** disse o seguinte: -----

----- “Farei uma declaração de voto depois da votação.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

-----Então, tenho o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) e Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV). Ninguém se dirigiu ao Senhor, ninguém falou sequer do seu nome. Não vejo porque motivo que o Senhor há de pedir Defesa da Honra...”-----

-----O **Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV)** disse o seguinte: -----

-----“Peço para uma intervenção.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção e disse o seguinte:-----

-----“Não, desculpe, mas Defesa da Honra é se alguém foi atingido na sua honra, não foi isso que aconteceu. -----

-----Portanto, eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) e ficamos por aqui. -----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para dizer duas coisas: -----

-----Para dizer ao Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) que nunca o descrevi como asqueroso, descrevi o seu comportamento como asqueroso, são coisas diferentes e acho que o seu comportamento nesse dia foi efetivamente repugnante e lamento, não o descrevi a si diretamente como asqueroso, são coisas diferentes. -----

-----Segunda questão, para lamentar, à Senhora Presidente, que tenha dado a Defesa da Honra ao líder da bancada do IN-OV, exatamente pela mesma razão que não me deu a mim no início desta reunião, a possibilidade de defender a minha honra por ser chamado de ou miserável de extrema-esquerda ou extrema-esquerda miserável. Deu a Defesa da Honra a um e não deu a Defesa da Honra ao outro. Lamento.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Presidente tinha pedido a palavra também, faz favor.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Naturalmente que todos conhecem a minha perspetiva, a minha visão relativamente à habitação pública. Nós temos esgotados os terrenos urbanos municipais, estão setecentas e cinquenta casas em construção, queremos fazer mais duas a três mil casas na medida em que consideramos que com esse número resolvemos substancialmente o problema da carência de habitação em Oeiras e, naturalmente que, todos sabem que realmente a extrema-esquerda, designadamente o Bloco de Esquerda, o Livre, por acaso não conheço bem, mas o Bloco de Esquerda tem essa posição e aqui, na Coligação Evoluir, dos diferentes partidos, a posição que tem nesta matéria é que não é necessário afetar terreno rústico, reconvertê-los para urbano no sentido da construção de habitação, defendem a ocupação de casas que estão devolutas. Defendem a construção em solos urbanos, a privados, a Câmara teria que comprar solos urbanos e defendem a requalificação de prédios degradados, situação que a Câmara Municipal está a fazer. Nós achamos é que não é suficiente e é preciso reconverter terrenos rústicos em urbanos para resolvermos esse problema. -----

----- Ora bem, depois também dizem que é mentira, ficam ofendidos com a extrema-esquerda miserável, mas depois chamam mentiroso ao Presidente da Câmara dizendo que votam tudo na habitação pública. Votaram contra Tercena, a urbanização de Tercena, votaram contra o Alto da Montanha, votaram contra Linda-a-Velha e, portanto, na realidade, esta é que é a verdade, pelos vistos do Evoluir, votam contra e, depois dizem que são a favor nos pormenores. -----

----- Agora, porquê extrema-esquerda miserável? Não percebo, porque se ofendem tanto e depois chamam mentiroso a mim, de acordo com o dicionário... não vou citar o Código Civil, já foi judiciosamente citado pelo nosso... pelo Senhor Deputado Domingos (IN-OV), mas, de acordo com o dicionário, “miserável” pode ser... e também falta explicar, gostava que explicasse, que o Senhor Deputado dissesse, onde é que há construção de habitação pública em leito de cheia ou

reserva ecológica. Onde é que isso está? Vêm com esses papões, quando nunca houve construção em leito de cheia, que digam, se há. Onde é que há construção em leito de cheia ao nível da habitação pública? -----

-----Ora bem, mas, de acordo com a definição de “miserável”, radical, extremista, digno de dó, desprovido de valores, reles, desprezível, vil, torpe, infame, canalha, mísero, biltre, avarento, paupérrimo, mas há aqui uma outra: cínico. Ora, vou deixar de falar na extrema-esquerda desprezível ou miserável e vou passar a chamar extrema-esquerda cínica, porque é cinismo dizer que se defende a habitação pública, mas depois não se pode construir em lado nenhum. Quer dizer, não se pode construir nos terrenos rústicos, não se pode desafetar os urbanos, só se pode construir onde não se pode construir. Quer dizer, onde não há qualquer acessibilidade. Portanto, a isto chama-se cinismo. De maneira que, para que eu não voltar a ser apelidado de mentiroso... eu espero que não, passarei a chamar então à extrema-esquerda, extrema-esquerda cínica. De todos estes epítetos que aqui estão, parece-me que o que melhor que se adequa à extrema-esquerda, extrema-esquerda cínica, que é o mesmo que miserável, mas pronto, mas passaremos dizer extrema-esquerda cínica.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Meus senhores, podemos votar? Podemos votar a proposta sem problemas? Passaria, portanto, à votação da proposta número cento e trinta e cinco.”-----

4.7.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Nuno Emanuel Rodrigues de Carvalho, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 37/2025** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 135/2025 – DPCH - P.º 34/DCH/2024 - “CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DA QUINTA DAS ACÁCIAS - 42 FOGOS,**

**CARNAXIDE” - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, PLANO DE TRABALHOS E
CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS AO PRESENTE ANO -----**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e trinta e cinco barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número cinquenta e quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezanove de fevereiro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, um do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com o cronograma financeiro da obra e reprogramação que ora se propõe, substituindo-se a programação financeira plurianual anteriormente aprovada pela proposta de deliberação número oitocentos e sessenta e dois, de dois mil e vinte e quatro, de nove de setembro, pela seguinte distribuição: -----

-----Dois mil e vinte e quatro - quatrocentos e sete mil trezentos e quarenta e dois euros e cinquenta e oito cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor (seis por cento); -----

----- Dois mil e vinte e cinco - três milhões cento e noventa e cinco mil quinhentos e trinta e seis euros e sessenta cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor (seis por cento); -----

----- Dois mil e vinte e seis - dois milhões quatrocentos e noventa e seis mil e cento e vinte euros e oitenta e dois cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor (seis por cento). -----

----- Do plano de trabalhos e cronograma financeiro da consignação ajustados ao presente ano, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Está, portanto, aprovada por unanimidade. -----

----- Bem, meus senhores, temos várias inscrições de munícipes...” -----

----- O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Declaração de Voto por favor?”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Quer fazer uma Declaração de Voto? Faz favor.”-----

4.7.1.1. O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH), fez a seguinte Declaração de Voto: ----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- É evidente e absolutamente consensual que a habitação é uma prioridade nacional e que a visão deste Executivo está absolutamente correta. O que eu gostaria era de dar uma nota ao Senhor Presidente, quando fizer a inauguração em vez de se vangloria sozinho, se lembre que este fogos no Marçal e nas Acácias, foram aprovados também eles por unanimidade e que todos nós participámos na decisão da construção destes fogos. -----

----- Disse.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Bem, meus senhores, portanto, terminámos a nossa Ordem de Trabalhos e vou chamar os munícipes que se inscreveram para usar da palavra.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

5.1. A Senhora Paula Ambrósio, munícipe de Oeiras, disse o seguinte: -----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Conforme o Senhor Vereador Nuno Neto aqui afirmou no dia catorze de janeiro, e atendendo às minhas contestações ao Regulamento seiscentos e seis de dois mil e dezanove, doravante, o Regulamento, foi pedido um parecer aos serviços jurídicos da Câmara. Recebi-o no

dia sete de fevereiro e o seu conteúdo deixou-me completamente atónita.-----

-----O choque foi tão grande que precisei de tempo para refletir. Mas, uma pergunta não me largava: o que é isto? E tentarei explicar:-----

-----O texto do parecer foi claramente escrito pelo Senhor Vereador Nuno Neto, e não o afirmo de ânimo leve. -----

-----O objetivo? Manter de pé toda a ilegalidade que o Regulamento representa. -----

-----E o que ali se encontra é inacreditável: distorções de leis, inovações jurídicas sem qualquer base legal, invenção de regras excecionais onde elas não existem. Formalização do que não pode ser formalizado. Um rol de disparates tão grande que qualquer pessoa minimamente inteligente só pode ficar atónita com o que lê. -----

-----Os serviços jurídicos da Câmara receberam este documento e foram no mínimo coagidos a aceitá-lo. -----

-----O texto do Senhor Vereador foi mantido intacto, sem alterações. Mas, os advogados, cientes da dimensão da ilegalidade, protegeram-se e afastaram-se da farsa. E como fizeram isso? Inserindo, no próprio parecer, um parágrafo para a sua salvaguarda. -----

-----A Câmara não pode impor encargos aos cuidadores! -----

-----Sem poder revogar o texto, os serviços jurídicos deixaram um alerta claro. -----

-----O que prova, sem margem para dúvidas, que este parecer foi imposto pelo Senhor Vereador.-- -----

-----Mesmo depois desta salvaguarda, o texto do Senhor Vereador seguiu inalterado, e mais à frente pode ler-se:-----

-----“Dúvidas não existem relativamente à legalidade que presidiu todo o procedimento em referência, bem como a sua aplicabilidade prática, estando seguros da inteira conformidade do RCCG com a legislação nacional vigente.”-----

-----Ou seja, o Senhor Vereador deferiu um parecer jurídico onde se afirmam duas coisas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

totalmente incompatíveis:-----

----- Por um lado, os serviços jurídicos desmontam a ilegalidade do Regulamento. -----

----- Por outro, o texto imposto pelo Senhor Vereador afirma que o Regulamento está em total conformidade com a lei. -----

----- Pela parte dos serviços jurídicos, o parecer faz um confronto direto entre os argumentos do Senhor Vereador e os meus, e conclui com a seguinte frase: -----

----- “Logo, no confronto entre os normativos citados em último lugar e a norma geral constante do artigo décimo nono do Decreto-lei trezentos e oitenta e nove de noventa e nove, de trinta de setembro, o voluntariado invocado pela munícipe, sobrepõe-se a solução que onera a entidade gestora do Programa CED (Capturar-Esterilizar-Devolver) com as despesas relacionadas com a manutenção de colónias de gatos.” -----

----- Esta frase desmonta completamente o Regulamento, provando a sua nulidade. -----

----- Não pode ser ajustado. Tem de ser revogado. Agora. -----

----- E não basta revogar. -----

----- A Câmara tem a obrigação legal de corrigir os danos causados por esta ilegalidade e garantir que os cuidadores não voltam a ser lesados. -----

----- Abuso de poder e violação da Lei do Voluntariado. A Câmara Municipal de Oeiras não apenas violou a Lei do Voluntariado, como também imputou encargos ilegais aos cuidadores voluntários, algo que a lei expressamente proíbe. -----

----- O Regulamento foi usado como um instrumento de exploração dos voluntários, onde a Câmara se autofinanciou ilegalmente à custa dos seus recursos. Isto configura um abuso de poder gravíssimo, pois não só desrespeitaram a legislação em vigor, como forçaram cidadãos comuns a arcar com responsabilidades que cabiam ao Município. -----

----- Assim, exijo três ações imediatas: A revogação oficial e imediata do Regulamento. Sem desculpas, adiamentos ou manobras dilatórias. -----

-----A reposição de todos os valores ilegalmente imputados aos cuidadores. -----

-----A responsabilização política e institucional pelos atos praticados pelo Doutor Nuno Neto, que sustentou, aprovou e defendeu esta ilegalidade e que tem agora de assumir as consequências. A sua posição tornou-se insustentável. O Senhor Presidente tem agora a oportunidade de corrigir este erro e mostrar que a Câmara Municipal de Oeiras está comprometida com a legalidade e a transparência. -----

-----Se o Doutor Nuno Neto tivesse lido o parecer com atenção, teria percebido, penso eu, que nele está a prova da ilegalidade do Regulamento e jamais o teria deferido. -----

-----O facto de o ter deferido só pode significar duas coisas: ou não o leu, confiando cegamente no seu próprio embuste, ou leu e não percebeu a armadilha que os serviços jurídicos lhe deixaram. -----

-----Seja qual for a explicação, o resultado é o mesmo:-----

-----O Senhor Vereador não pode continuar à frente do Pelouro do Animal.-----

-----Se tiver ética, demite-se. Se não, cabe à Câmara Municipal exonerá-lo.-----

-----Porque alguém que deliberada e conscientemente prejudica cuidadores, animais e ignora a lei não pode continuar no cargo. -----

-----Em bom português: desculpe isto é uma pouca vergonha! O auge da incompetência, da fraude e do mais elevado sentimento de impunidade! -----

-----E que fique claro: -----

-----A revogação, não é opcional. É um imperativo legal.-----

-----Para aqueles que ainda pensam que podem prolongar esta ilegalidade ou negar as evidências, deixo um aviso final:-----

-----Este parecer jurídico, imposto pelo Senhor Vereador e deferido por ele, é a prova definitiva da má fé da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Prova que tudo isto foi feito com total consciência de que estavam a violar a lei.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A revogação é inevitável e quero acreditar que tudo isto foi obra isolada do Senhor Vereador Nuno Neto. E, se isto não foi só a obra do Senhor Vereador Nuno Neto, a Câmara terá um problema ainda maior. -----

----- Afinal de contas, foi Senhor Presidente da Câmara que assinou o Regulamento e das duas, uma: -----

----- Ou o fez confiando no Senhor Vereador.-----

----- Ou pactuou com o assunto.-----

----- Permito-me relembrar-lhe o ofício que Vossa Excelência me enviou no dia nove de janeiro deste ano, onde reiterou a legalidade do Regulamento e me acusou de pôr em causa as boas práticas do Município, contestei, mas, obviamente, sem resposta. -----

----- Se foi enganado...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Minha Senhora, peço-lhe que termine porque o seu tempo já expirou.” -----

----- A **Senhora Paula Ambrósio, munícipe de Oeiras**, disse o seguinte: -----

----- “Pronto, está dito o essencial.-----

----- Muito obrigada.”-----

5.2. A Senhora Adosinda Pereira, munícipe de Oeiras, disse o seguinte: -----

----- “Boa noite.-----

----- Não trago papel escrito, mas tenho no meu coração um filho que era bombeiro no Dafundo, está no Quadro de Honra e teve um acidente de mota com vinte e três anos. O meu marido é oncológico, está a fazer hemodiálise e aqui o nosso grande homem Doutor Isaltino Moraes que nunca faltou à presença do meu filho, tem nos tapado, muitas vezes, a fome, porque a minha pensão é de trezentos e sessenta euros. -----

----- Eu andava com uma mesa na rua a vender artesanato e coisas que eu faço e o nosso Presidente arranjou-me uma casa... desculpem-me porque estou muito nervosa, em Queijas, a

Casa Betânia, onde estou a vender os meus artesanatos.-----

-----O meu marido, como não temos possibilidades, está ligado três vezes por semana durante quatro horas a uma máquina a fazer hemodialise e ali no nosso Presidente, o Doutor Inigo, o nosso grande homem Doutor Isaltino, a Doutora Teresa Bacelar, todos da Câmara de Oeiras, agradeço do meu coração e estou muito, muito... com uma dor no coração de estar a ouvir dizer tanta coisa do nosso grande Presidente Doutor Isaltino Morais, que esteja muitos anos ao pé dos deficientes e ao pé de nós todos. É um grande, grande homem... não se pode bater palmas, mas uma salva de palmas para o nosso Presidente e para todos. Desculpem, o meu coração está ferido, está preto por causa do meu filho que era um bombeiro e que dava a vida pelo outros e toda a gente o desprezou. Mas está aqui um grande homem, Doutor Isaltino de Morais que está sempre no nosso coração, o meu filho diz que é o segundo pai que tem. -----

-----Por isso, Doutora Teresa Bacelar, todos, não me estou a lamentar, é um desabafo que eu estou a ter aqui e peço a todas as pessoas da Câmara de Oeiras para quando um dia eu faltar e virem o meu filho mal, que lhe deem um prato de sopa.-----

-----O Doutor Inigo está sempre no meu lado, chega-me a telefonar: “Adosinda, como é que estão as coisas?”, o Doutor Isaltino: “Adosinda, vocês estão a passar fome?”. Nunca ninguém me disse. O nosso Presidente... quando eu estou mais ... vou à Câmara. O Doutor Isaltino nunca... põe-me o braço por cima e leva-me ao primeiro andar. Tem muito valor o Senhor Presidente, agradeço do meu coração tudo o que tem feito pelo meu filho e se eu faltar e que Deus queira vai ganhar a maioria e que Deus queira um dia que o Doutor Isaltino se vá embora que vá outro Isaltino igual ao Senhor Presidente e a todos os que estão lá na Câmara de Oeiras.-----

-----Eu peço imensa desculpa, eu estou muito nervosa. Tudo de bom.-----

-----Eu tenho quase oitenta anos e só o Senhor Presidente Isaltino hoje me fez vir aqui. Eu é que sei como é que estou.-----

-----Desejo tudo de bom e um dia quando o nosso Senhor Presidente se for embora que vá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

outro fazer o que o nosso Presidente, este grande homem, tem feito por mim e pelos meus. -----

----- Peço imenso desculpa e desejo tudo de bom para vocês.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada pelo seu testemunho, e desejo, realmente, que a vossa situação possa melhorar.” -----

5.3. O Senhor Manuel Eduardo, munícipe de Oeiras, disse o seguinte: -----

----- “Boa tarde. -----

----- Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores e Deputados. -----

----- Eu sou residente em Oeiras há quarenta e quatro anos e há dois anos vim aqui numa tentativa de não deixar abrir uma rua na traseira do Quartel do RAC, na Medrosa. E, realmente, acabei por perceber que vinha com falácia porque introduziu o problema da ciclovía que afinal não foi a razão principal. -----

----- Ontem de manhã, quando acordo verifico que na porta do prédio e em todos os carros, tenho uma indicação a cores a dizer assim: “Obras de remodelação, esta rua fica fechada deste lado”. Eh lá, o que é isto! De repente, fiquei atónico, quer dizer quando foi para fechar eu fui surpreendido, já estava tudo fechado, obviamente que não se tem que perguntar a todos os cidadão de Oeiras antes de se tomar uma decisão, mas ali também não custava nada. São oitenta famílias, aquilo era simples de resolver. Movimento houve e hoje em dia está a rua fechada novamente como sempre estive em quarenta e tal anos. -----

----- Agora, não custava nada, realmente, ter alguns passos antes de algumas decisões que evitavam estas coisas... abre, fecha, abre, fecha. Mas está resolvido e por isso eu agradeço.-----

----- Deixava só duas notas se não se importa: -----

----- A primeira: antes de fazerem a obra, talvez não houvesse uns sacos de plástico para fechar a sinalética a proibir a entrada do lado nascente, porque senão ninguém consegue entrar na

rua. -----

-----E, aproveitava também, eu sei que não está aqui a Vereadora responsável pela matéria, para dizer que convinha, junto ao INATEL, o viaduto por debaixo da Marginal, estão quatro caixas de escoamento de águas pluviais e que as ferragens que pressupostamente estão lá ou deviam lá estar no lugar para evitar que paus e outras coisas que para lá fossem, estão levantadas há mais de dois meses e isso é problemático. -----

-----Era só isso que eu queria dizer.-----

-----Muito obrigado.-----

-----Boa tarde e bom trabalho.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada...” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** interrompeu e disse o seguinte: -----

-----“Não percebi qual é a rua.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Rua Teixeira de Pascoais.” -----

-----O **Senhor Manuel Eduardo, município de Oeiras**, disse o seguinte: -----

-----“Rua Teixeira de Pascoais, é na Medrosa, na traseira do Quartel.” -----

5.4. O Senhor Rui Amaral, município de Oeiras, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Viva, boa tarde ou boa noite. -----

-----Senhora Presidente da Mesa da Assembleia obrigado pela oportunidade. -----

-----Saudações democráticas a todos os Deputados, ao Senhor Presidente e aos Vereadores.

-----Antes de começar gostava de vos dizer três ou coisas.-----

-----A nós diferenciam-nos muitas coisas de caráter pessoal. Sou um amante da construção, fundei a Associação Portuguesa de Construções em Aço Leve, tenho imensa experiência em construção, e, portanto, acho que é excelente o trabalho que estão a fazer aqui pelo Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Como especulador imobiliário, a Câmara deve realmente tomar mais essa posição. -----

----- Por outro lado, sou um amante da natureza, não tenho qualquer tipo de filiação política, portanto, não sou entendido do ponto de vista político. A minha filha, fundei-lhe uma Fundação na Colômbia, uma grande fundação numa reserva ecológica, faz duas vezes o parque natural de Monsanto. Aqui em Portugal, comprei uma pequena reserva de cerca de dez hectares, onde tenho também alguns projetos para plantar umas árvores e dá-se a coincidência que vivo em Caxias, ao lado de um belíssimo espaço que tem falcões, coelhos, perdizes e corvos. Esse espaço parece que tem os dias contados, em dois mil e vinte e quatro, fomos convocados, os caxienses, a estar nos Unidos Caxienses para uma consulta pública, porque a lei assim determina que deve ser feita consulta pública quando há alteração do PDM. -----

----- Tenho ouvido o Senhor Presidente referir que não constrói em REN – Reservas Ecológicas de interesse Nacional, e então foi curioso porque assisti a essa consulta, tive a oportunidade de manifestar que era contra, assim como os meus vizinhos e a comunidade local de Caxias. O certo é que em janeiro deste ano, um ano depois com imenso... by the way, sou fundador de alguns projetos de selos de marketing categoria Nice trinta e cinco em sede de Instituto Nacional de Propriedade Intelectual. O selo que aparentemente a Câmara comprou, adquiriu, de sustentabilidade está em categoria quarenta e um, ou seja, formação a autarquias, deveria estar em trinta e cinco, imenso investimento publicitário que é usado inclusivamente em Assembleia, tive a oportunidade de verificar para promover a sustentabilidade com base num selo de marketing ou seja... fiquei com pena de ver isso, mas não é o caso. O caso é que aquele espaço tem todas as condições morfológicas e ambientais, tem um bioma único irrepetível aqui na zona. Construir ali, baixo o argumento que é para utilidade pública, quando finalmente passado um ano, se entende que é para finalidades de cooperação com asiáticos, enfim. Venho aqui contestar isso, como português, como pessoa consciente da natureza e como amante da construção. Agora, do ponto de vista da construção em engenharia pode ser feito em qualquer parte, não é necessariamente... tem

uma bela vista mar, está espetacular o terreno, mas Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhores Vereadores, acho que nem tudo vale. -----

-----Depois do ponto de vista da gestão que é a minha área, o investimento asiático parece que é de trezentos milhões, não é nada, aquele terreno vale amplamente mais do que isso, sobretudo a dez anos quando o espaço estiver inaugurado isso vão ser umas migalhas, nem tem muito sentido aquilo que se está a fazer. Na altura, há um ano atrás, o Senhor Presidente nos Unidos Caxienses disse que a alternativa seria o Lagoas Park, enfim, o Município terá outros sítios para construir, fica o apelo, por ver lá aqueles bichinhos todos a morrer, neste momento, estão lá falcões, estão lá águias estão, enfim. Os falcões para quem não sabe, devem saber todos, naturalmente, estão no ponto máximo da cadeia alimentar e, portanto, onde existem estes animais, existem todos os outros. -----

-----E, como sou detentor de REN tive de ler tudo aquilo que está publicado em Diário da República, por curiosidade e também para proteger aquilo que é meu e a primeira regra é que não se pode fazer nada e este terreno tem pedaços de REN, logo não se deveria possivelmente fazer isso. Até porque aquilo vai afetar a comunidade local de Caxias, que é malta que não está habituada, se calhar, agora a vir uma invasão de novos vizinhos, de outra cultura. Isto parece um pouco rácico aquilo que estou a dizer, mas do ponto de vista da proteção ambiental creio que é uma responsabilidade muito grande para ser tomada. Após consulta pública, parece, eu estive lá presente e vi que ninguém estava de acordo e havendo um estatuto de reserva protegida em algumas partes daquele terreno, enfim... é isso. -----

-----Obrigado.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Plano Norte de Caxias.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhor Tomás Ribeiro, faz favor.”-----

5.5. O Senhor Tomás Ribeiro, município de Oeiras, disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, Executivo, caros deputados, muito obrigado. -----

----- Vou tentar ser breve até porque a noite já vai longa. -----

----- Trago aqui um tema relacionado com os investimentos de mobilidade que o Município tem planeado e dos quais soubemos mais novidades na semana passada através de várias comunicações da Parques Tejo. Dedico-me muito a temas de sistemas de transporte e infraestruturas de transporte, que é a área que me quero especializar. -----

----- Nunca escondi que até sou um grande concordante das políticas públicas que o Município segue, este Executivo segue, nomeadamente a nível de habitação, de promoção de crescimento urbano, de noutras matérias como a administração pública. Apesar de ser um cidadão independente, tenho muito orgulho em dizer que sou de Oeiras e do trabalho que se tem desenvolvido nos executivos municipais ao longo dos anos. Concordo a duzentos por cento com aquilo que o Senhor Presidente em vindo sempre a dizer, de que o território se planeia a vinte/trinta/quarenta anos e que as políticas públicas de qualidade demoram esse tempo a sentirmos os efeitos positivos delas. -----

----- Aquilo que me trouxe aqui, o momento particular que me trouxe aqui foi a semana passada quando soubemos qual é que era a solução prevista para o SATU, mas na verdade, ela também está meio relacionada com aquilo que infelizmente, parece estar a ser o caminho do LIOS. É com muita preocupação que eu tenho visto que muitos municípios do país estão a investir quantidades preocupantes de dinheiro em sistemas denominados “metro bus” que tem as suas aplicações positivas, possíveis nalguns contextos, mas que, infelizmente, em Portugal, temos seguido uma política francamente ruinosa na aplicação destes sistemas, substituindo sistemas mais capazes fazendo um “downgrade” de sistemas que estão previstos.-----

----- A infraestrutura que nós tínhamos no SATU é uma infraestrutura bastante fácil de

converter a um metro ligeiro ou mesmo, acima de tudo, a um pequeno metro em pneus. Veículos que têm o dobro da capacidade de um autocarro “metro bus”, que têm o dobro da vida útil, ou seja, apesar de terem um custo inicial ligeiramente mais elevado, na verdade, a fatura final que o município acaba por pagar é muitíssimo mais reduzida e acho que é essa preocupação acima de tudo que eu quero trazer aqui. Não queria que... lá está, tendo muito orgulho em ser de Oeiras e sendo uma pessoa otimista em relação ao futuro do Concelho, gostava mesmo que o nosso Município não caísse numa esparrela de comprarmos uma solução aparentemente barata inicialmente, mas que na realidade poderá arrastar para algo com uma conta bastante pesada para o Município e para os futuros executivos municipais. -----

-----Acho que a mobilidade é, de facto, fundamental planearmos sempre a pensar no crescimento do Concelho de Oeiras, seja daqui a trinta/quarenta anos e aquilo que eu temo é que estes sistemas que nós estamos aqui a implementar e que não estão a ser baratos, não vão conseguir comportar a procura que estamos a prever, aliás, a Parques Tejo prevê trinta mil passageiros por dia só neste corredor. É muito difícil, tecnicamente falando, de comportar isto com uma solução deste género, a menos que resulte em custos operacionais elevadíssimos com frequências elevadíssimas. Por isso, eu queria pedir encarecidamente ao Executivo Municipal, antes de dar passos decisivos no avanço destes projetos, tentasse pensar um bocadinho melhor sobre o real impacto que isto vai ter nas contas do Município e na capacidade a longo prazo, evitando até uma solução, alguma situação de algum embaraço para o Município. Bem sei que é difícil de conseguir financiamento junto do Estado Central, mesmo cento e dez milhões de euros previstos para o SATU são difíceis de conseguir, mas, por exemplo, Odivelas e Loures, dois municípios, com todo o devido respeito, que constituem dois mega dormitórios da Área Metropolitana conseguiram um financiamento quase que obscuro de seiscientos e setenta e sete milhões de euros junto do Estado Central para construir uma linha de eléctrico local e custa-me um bocadinho que o meu Município, do qual tenho muito orgulho, e que é um motor da economia nacional e do desenvolvimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nacional, se esteja a ficar por soluções que eu acho que nem sequer são condizentes com o resto da perspetiva que o Executivo tem trazido para o Concelho, ou seja, estamos aqui a apostar em coisas que podem parecer atrativas no curto prazo, mas vão revelar os seus problemas no longo prazo. Eu não tenho vergonha nenhuma, já me chamaram louco, muitas vezes por muitas das políticas de infraestruturas de transporte que defendo em Oeiras. Sou se calhar, das poucas pessoas que algum dia verão por aí a defender que, além de um corredor Bus daqui a trinta/ quarenta anos, vamos precisar, por exemplo, de uma linha de comboio no corredor da ACinco, ou que vamos precisar de uma expansão enorme do Metro de Lisboa para as zonas de Algés, Carnaxide e Linda-a-Velha ou até que qualquer travessia no corredor Algés/Trafaria precisar de um meio de transporte pesado e não apenas de ser rodoviário ou um meio ferroviário ligeiro, acho que é...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Tomás Ribeiro, município de Oeiras,** continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -----

----- “Pronto, queria só deixar este apelo ao Executivo Municipal, estou plenamente disponível, eu e os meus colegas para ajudar no que for preciso numa perspetiva positiva e de ajuda ao Município na tomada de decisões de boas políticas públicas. -----

----- Muito obrigado.”-----

5.6. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado. -----

----- Não sei se algum dos senhores pretende usar da palavra em representação dos vossos grupos políticos? Eu perguntei se algum dos Senhores pretende usar da palavra em representação dos vossos grupos políticos. -----

----- A Câmara não é obrigada a falar. Quem deve dar as respostas sou eu. Se não souber e regra geral são questões que as não sei, posso pedir ao Senhor Presidente da Câmara se ele está

disponível para dar uma ajuda respondendo aos munícipes. Isso não impede que os senhores, cada um pelo seu grupo político, possa usar da palavra. Portanto, eu repito, se algum dos senhores pretende usar da palavra em representação dos vossos grupos políticos.” -----

5.7. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, indica o Regimento que as respostas da Senhora Presidente ou da Câmara são antes dos senhores deputados e, portanto, eu tenho interesse em falar, depois quando for a altura devida.” -----

5.8. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Depois de ouvir o que o Senhor Presidente da Câmara poderá esclarecer. Eu perguntei quem queria falar, mas já explicou que só quer falar depois de ouvir a explicação do Senhor Presidente. -----

-----Senhor Presidente faz favor, agradecia-lhe... se podia dar aqui alguns esclarecimentos.” -----

5.9. O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Obrigado. -----

-----Alguns dos senhores deputados gostam de responder às questões do Presidente da Câmara em vez de responder às questões dos cidadãos, é extraordinário. Mas isso, tem razão, é o Regimento...” -----

5.10. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“É, o Regimento está errado.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção e disse o seguinte: ---

-----“Sim, é o Regimento. -----

-----Bom, começando pela Senhora, pela Dona Paula Ambrósio, eu não sei se ainda está aí, se já saiu, está ali, mas deu-me uma série de surpresas. Eu estou farto de elogiar o Vereador Nuno Neto, estou sempre a dar-lhe elogios, porque, realmente, sempre o entendi como um homem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

muito dedicado à causa animal e tem feito, realmente, um excelente trabalho. Agora, a leitura que foi fazer aqui, eu julgo que já tinha chegado qualquer coisa à Câmara Municipal, penso que já teria enviado, não sei se para mim, se para o Vereador. Eu sei que era um documento bastante extenso e julgo que, na altura, o Vereador Nuno Neto terá dito que, enfim, não havia razões para o alarme que a Senhora estava a fazer. De maneira que, eu não sei se o Vereador Nuno Neto pode responder aqui a alguma questão agora, ou se quer fazer depois por escrito, porque eu também vou querer ler isso, mas então é só um segundo para terminar. -----

----- O nosso amante da construção, que está ali em baixo, já vi que é amante da construção, mas longe da sua casa, ao pé da sua casa não gosta da construção. Portanto, as coisas devem ser discutidas na sede própria. Essa situação tem um plano de pormenor, que foi objeto de discussão pública, cada um disse aquilo que tinha a dizer e, portanto, segue os seus termos e, obviamente, que as zonas que têm Reserva Ecológica Nacional ainda não vai haver construção. Portanto, o estudo urbanístico para aquela zona terá que, digamos, ocupar as áreas onde é permitida a construção. Naquela zona de Reserva Ecológica, eventualmente, não é preciso. -----

----- Quanto aos animais, não tenha preocupações, porque ainda anteontem estive no Taguspark e apareceu uma dúzia de perdizes à minha frente ali na estrada, na estrada mesmo no Taguspark e junto da minha casa agora surgiu um galo. Um galo que está ali na Alameda Fernão Lopes, um galo lindíssimo a que os moradores estão a dar milho e o galo está majestoso. Portanto, eu compreendo que não goste de construção ao pé de sua casa, mas enfim. Agora também não há que confundir, não vamos ser invadidos pelos chineses. Quer dizer, como não somos invadidos pelos americanos, como não somos invadidos pelos italianos, pelos alemães, pelos ingleses, porque todos eles têm grandes investimentos aqui no Concelho. Portanto, há muito investimento estrangeiro aqui no nosso Concelho. -----

----- Bom, relativamente ao Senhor..., não, o Senhor Manuel já lhe pedi a rua e eu próprio vou visitar isso. Eu próprio irei visitar a rua e ver qual é a situação. -----

-----Relativamente ao último munícipe, como é que se chama? Tomás Ribeiro? Terei muito gosto em o receber, a si e aos seus amigos, no meu gabinete, numa terça-feira de manhã, porque eu às terças tenho reunião de planeamento, justamente com os técnicos que realmente se debruçam sobre essas matérias e quero-lhe dizer que estávamos nós convencidos, ou pelo menos estava convencido, que o modelo por que estávamos a optar que era o melhor, aliás, já foi apresentado ao Governo e que tem capacidade justamente para essa... em sítio próprio, vai ser em sítio próprio e tem capacidade para os tais três mil passageiros diários... vinte mil? Trinta mil? Eu não disse trinta mil? Mas é trinta mil. Mas, terei muito gosto, porque já percebi que é um entusiasta da matéria, não sei se é especialista, mas terei muito gosto em o receber na Câmara Municipal, basta combinar com o meu gabinete, em qualquer terça-feira de manhã, terei muito gosto em o receber. Aliás, no final combina aqui com o Doutor Ednilson e podem marcar já uma data, uma terça-feira, e pode levar os seus amigos e discutimos isso. Terei muito gosto, naturalmente, em ouvir e chamar a Parques Tejo, porque esta é uma área que está em mudança. Agora, não sei até que ponto é que nós podemos eventualmente mudar, porque a ideia está muito assente já, não sei se falou com alguém da Parques Tejo, mas está muito assente e em princípio temos o financiamento. Em princípio o financiamento está garantido. Agora vamos ver, mas terei muito gosto em o ouvir e, eventualmente algum contributo que possa dar será, com certeza, aceite e pedia à Senhora Presidente da Assembleia que autorizasse o Senhor Vereador Nuno Neto.-----

-----A Dona Adosinda... o que é que eu hei de dizer... que é uma Senhora que eu respeito muito, que compreendo realmente a situação em que se encontra, de muita dor, por aquilo que aqui referiu. E, portanto, naquilo que a Câmara Municipal puder ajudar, naturalmente, que estaremos do ponto de vista social, da saúde, obviamente que estaremos sempre ao seu lado e à sua disposição. Está bem?"-----

5.11. O Senhor Vereador Nuno Neto prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu vou dar apenas dois esclarecimentos e que são muito breves. -----

----- Em primeiro lugar quanto à questão do Regulamento. A Senhora Ana Paula Ambrósio tem invocado a ilegalidade de alguns documentos, este Regulamento, o Regulamento de Resíduos e algumas práticas da Câmara Municipal. Sobre este tema, quero dizer que: -----

----- Em primeiro lugar, os regulamentos são preparados pelos serviços de forma acompanhada pelos serviços jurídicos do Município e são votados em Câmara Municipal, votados nesta Assembleia e sujeitos a consulta pública. E, este regulamento seguiu toda a forma que devia ter seguido no momento em que foi aprovado, não tendo sido levantada nenhuma questão. Justiça seja feita, que eu penso que foi votado por unanimidade na Câmara Municipal, mas na Assembleia, a Senhora Deputada Sílvia, que já estava aqui do PAN, que votou contra se não me engano. Portanto, em primeiro lugar, quanto à formalidade do Regulamento. -----

----- Em segundo lugar, quanto às alegações que faz e às invocações que faz, dizer também que foram todas essas questões, porque eu, obviamente, sou responsável e quando vejo invocar a ilegalidade de atos ou de documentos da Câmara Municipal remeti estas questões todas ao Gabinete Jurídico que apreciou a conformidade. -----

----- Dizer-se também que, embora a Senhora personalize em mim, na verdade, os vereadores não têm capacidade de influenciar ou determinar o funcionamento da Câmara Municipal e dos serviços e o Gabinete Jurídico tem um funcionamento autónomo, irrepreensível até esta data e de técnicos muito qualificados. -----

----- Depois dizer também que, tendo o cuidado de ter verificado tudo isto, foi produzido um parecer jurídico pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico que sustenta a regularidade dos documentos e, não contente, a Senhora Ana Paula Ambrósio comunicou também à CADA, à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos que também arquivou por não encontrar nenhum tipo de fundamento nas alegações que faz. Compreendo que não concorde com o teor e entenda que a política devia ser diferente e isso, então já é a questão política que é diferente da

validade e da regularidade dos documentos. -----

-----Quanto aos documentos, estando verificado pelo Gabinete de Apoio Jurídico da Câmara Municipal e sustentado em parecer que foi comunicado à munícipe, eu apenas posso convidá-la a recorrer aos meios que entender adequados, judiciais, para invocar a ilegalidade destes documentos. -----

-----Quanto à opção política que entende que deve ser a Câmara Municipal a assumir determinadas despesas, também lhe posso dizer que temos pensada a revisão deste Regulamento, situação que envolverá a participação de todos os cidadãos interessados e associações e que, nesse momento, estará convidada a dar a sua opinião e o seu contributo, que tenho a certeza que com a defesa acérrima que faz destas questões será também uma pessoa, pelo menos tão interessada como muitas outras, que querem participar e dar o seu contributo e estará, nesse momento, convidada a prestar o contributo. -----

-----Quanto à validade, repito, convido-a a recorrer aos meios que entender, que já não tenho, já lhe respondi ou já lhe fiz responder dezenas de vezes, não tenho mais nada a acrescentar sobre o tema.-----

-----Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte: -----

-----“Posso?” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. respondeu e disse o seguinte: -----

-----“Faz favor Senhor Presidente.”-----

5.12. O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Ora bem, o Senhor Vereador, acho que respondeu bem, mas esta Senhora pediu a demissão do vereador e nunca me tinha acontecido uma coisa assim. Nestes anos todos, nunca ninguém me tinha pedido a cabeça de um vereador. De maneira que eu fiquei com tanta curiosidade ao ouvi-la, mas não percebi tudo aquilo que disse. De maneira que, terei muito gosto em a receber



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

no gabinete para dissecarmos tudo aquilo que disse, porque há coisas que não percebi e sobretudo estar-me a falar em violações, que o Regulamento viola isto ou viola aquilo, eu tenho sempre curiosidade, porque como tenho uma veia jurista, em tempos fiz direito e penso sempre... sou sempre do género: Está na lei? Então eu quero ver. Há muitos que dizem: “Está na lei” e eu digo: “Então mostra cá”. Eu gosto sempre de ver o que é que está na lei. De maneira que, terei muito gosto em a receber o meu gabinete, espero que o Vereador Nuno Neto não se zangue, porque ele estará lá porque há coisas que ele tem que me explicar e a si. Teremos lá o Diretor do Gabinete Jurídico e alguém ligado ao CROAMO. E, então discutiremos isso tudo e a Senhora pode dizer tudo aquilo que entender, eu vou ouvir atentamente e daquilo que tiver razão, vamos tentar corrigi-lo e se não tiver razão, dizemos abertamente que está enganada. Está bem? Combina depois... não é preciso, eu depois mando-a chamar, eu vou dizer qual é o dia que podemos recebê-la. Está bem?

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Então... a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).”-----

5.13. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente, eu serei muito breve... até porque já é bastante tarde. -----

----- Eu queria só referir-me, muito rapidamente, à questão que o Senhor Rui morador em Caxias levantou. Referir que o Grupo Político Evoluir já hoje aqui no ponto Antes da Ordem do Dia fez algumas questões relacionadas com estas obras em Caxias e, portanto, estamos atentos ao assunto. Infelizmente, não tivemos todas as respostas que queríamos, nomeadamente do estudo de impacto ambiental e também dizer ao morador que parte da REN foi retirada daquele terreno para que pudesse ser, de facto, construído.-----

----- Depois em relação ao regulamento dos cuidadores, enfim, os cuidadores de animais

no Município prestam um serviço que é um serviço público e que devia ser saudado e deviam ser estas pessoas preocupadas com este assunto integradas da melhor forma. E, portanto, saudar a posição do Senhor Presidente Isaltino Morais de agendar uma reunião com esta munícipe, uma vez que ela já cá veio várias vezes colocar esta situação não contente com as respostas, e é de saudar que o Regulamento, o parecer jurídico sobre o regulamento foi enviado para os deputados em resposta a um requerimento da Deputada Sónia Amado Gonçalves (PSD) e, portanto, todos os deputados já têm acesso e se não viram, eu vi, e parte do regulamento diz que a senhora munícipe em parte tem razão naquilo que diz. Portanto, também é de saudar e devia ser iniciado já o procedimento de revisão deste Regulamento, até porque se o Senhor Vereador se lembra, a proposta foi aprovada com o voto contra do PAN na altura, já indicando que havia determinadas ilegalidades de que padecia aquele regulamento e, portanto, ilegalidades... é assim, uma interpretação jurídica como o Senhor Vereador sabe. O parecer jurídico na verdade, pode dizer aquilo que a gente quer que diga, não é? Pronto, e então de saudar... o regulamento devia entrar em revisão. Foi de facto, votado, não houve participação na consulta pública, não quer dizer que iniciando a revisão do Regulamento não haja participação pública. Há sempre hipóteses de melhoria destes regulamentos e, portanto, olhe, por exemplo, o Regulamento do Mexe-te nas Férias, que eu saiba já foi indicado o início do procedimento para revisão, sei lá... há quê, há quase um ano que está em revisão, ainda não foi a Reunião de Câmara para aprovação do texto e submissão a consulta pública. O mesmo pode-se fazer, para começar já a reunir contributos destas cuidadoras que fazem, mais uma vez, um serviço público e que são oneradas dos custos da alimentação e dos desparasitantes e das consultas veterinárias. Se quiserem, de repente têm um gato doente e não podem estar à espera que o Senhor Vereador autorize a ida a um veterinário municipal ou à CROAMO, porque está fechada parte do dia, já falámos também sobre isso. E, portanto, estas cuidadoras despendem do seu dinheiro para ir tratar num veterinário, enfim. Nós, no âmbito das Grandes Opções do Plano este ano sugerimos que houvesse um acordo com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

clínicas veterinárias do Município para acederem mais facilmente estas cuidadoras a cuidados veterinários. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

5.14. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Só para acrescentar um pequeno esclarecimento para que quem nos está a ouvir, nomeadamente os senhores deputados, percebam com mais pormenor, quais são as características do terreno em Caxias que aqui foi aludido. -----

----- Eu moro a escassas centenas de metros desse terreno há várias dezenas de anos. E convinha esclarecer que cerca de metade deste terreno é a antiga pedreira. É antiga pedreira, é uma pedreira que está atulhada com vários inertes. A parte que não era da pedreira está ocupada, corresponde a terreno que em termos agrícolas é do mais improdutivo que existe. Aliás, quem não conheça basta consultar o Google Maps para verificar o tipo de vegetação que os mapas do Google Maps evidenciam. -----

----- É possível que haja lá animais, é possível que sim, mas não serão assim tantos porque os animais não se dão muito bem, os animais selvagens sobretudo, não se dão muito bem em terrenos que são um autêntico oásis para os amantes das acrobacias em quatro rodas, todo-o-terreno. --- -----

----- É um espaço que é utilizado frequentemente pelos jipes para fazer as aventuras que entendem fazer e não creio que seja exatamente o terreno mais apetecível por este tipo de animais.

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Bem, resta-me despedir-me. Uma boa noite para todos e também para quem nos acompanhou em suas casas.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte e uma horas e quinze minutos. --- -----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----



-----O Primeiro Secretário,-----



-----O Segundo Secretário,-----

